



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E GESTÃO SOCIAL

EGLANTINA ALONSO BRAZ

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE
AÇÕES AFIRMATIVAS: PROSPECTANDO AS
TRAVESSIAS DOS ESTUDANTES
QUILOMBOLAS NA UFBA

Salvador

2020

EGLANTINA ALONSO BRAZ

**AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE
AÇÕES AFIRMATIVAS:
PROSPECTANDO AS TRAVESSIAS DOS ESTUDANTES
QUILOMBOLAS NA UFBA**

Dissertação apresentada ao Programa Pós-graduação Multidisciplinar e Profissional de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Gestão Social

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro
Coorientadora: Me. Daiane da Luz Silva

Salvador

2020

Escola de Administração - UFBA

B826 Braz, Eglantina Alonso.

Avaliação da implementação da política de ações afirmativas:
prospectando as travessias dos estudantes quilombolas na UFBA /
Eglantina Alonso Braz. – 2020.

138 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro.

Coorientadora: M.e. Daiane da Luz Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola
de Administração, Salvador, 2020.

1. Universidade Federal da Bahia. Programa Ações Afirmativas –
Estudo de casos. 2. Universidade Federal da Bahia. Programa Ações
Afirmativas – Estudantes. 3. Quilombolas - Estudantes – Estudo e
ensino. 4. Políticas públicas – Avaliação - Brasil. 5. Estudo
comparado. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de
Administração. II. Título.

CDD – 306.430981

EGLANTINA ALONSO BRAZ

**AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE
AÇÕES AFIRMATIVAS: PROSPECTANDO AS
TRAVERSAS DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA
UFBA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Aprovado em 20 de outubro de 2020.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro (Orientadora) _____
Doutora em Ciências Políticas e da Administração pela Universidade de Santiago
de Compostela
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Denise Moura de Jesus Guerra _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Tânia Moura Benevides _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro _____
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

Na minha trajetória para realização do mestrado, contei com o apoio de várias pessoas que foram fundamentais para a conclusão deste curso. Portanto, quero deixar registrado o meu muito obrigada a cada um que contribuiu para esse sucesso. Uma gratidão eterna aos meus filhos amados, Matheus, Emília e Júlio Neto (enteados), ao meu companheiro de luta, Júlio César, à minha cunhada Lelia e seu marido Eric, minhas irmãs Rita e Rosa, que aguentaram minhas crises de choro, de angústias e não me abandonaram, ficaram firmes do meu lado com muito amor, carinho e amizade, confiantes que eu iria vencer os obstáculos que apareceram e me incentivaram a continuar, a não pular do barco. À Profa. Tânia Fischer pela criação do mestrado profissional em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social, docente com uma visão no futuro, amiga carinhosa com seus alunos. A todos os docentes que fizeram parte do grupo deste mestrado, pelo comprometimento em formar este grupo com instruções importantes para o social, em especial ao Prof. Davel e à Profa. Claudiane pelo papel que representaram no meu desenvolvimento e à Profa. Tania Benevides pelas contribuições dadas na qualificação. Ao Pró-Reitor de Graduação, Prof. Penildon Silva Filho, pela compreensão, ajuda e incentivos. Aos meus amigos e colegas de trabalho pelos incentivos e pelo apoio para não me deixar desistir, pelo carinho dedicado, destacando Marcela Ferreira, Neomar Pereira, Ananda Louise Martins, Taize Silva, Lisiane Souza, Ivone Cerqueira, André Andrade (STI) e Jaime Praseres (PROAE) e aos discentes Thaylane Souza e Jamilson Barros. À minha amiga querida e colega, Maria de Lourdes, MARA, como gosta de ser chamada, por estar presente em muitos momentos, até mesmo na realização da Residência Social realizada na Argentina. Aos meus novos amigos e colegas do curso Josué, Sigevaldo, Marina e Mayra, parceiros desta caminhada. À Daiane da Luz Silva, minha coorientadora, colega e amiga, que emprestou um pouco da sua sabedoria para iluminar o meu caminho. Pessoa importantíssima nesta minha estrada, um presente de DEUS. À minha orientadora, Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro, amiga de outras vidas, que me acolheu com carinho de uma irmã querida, por ter acreditado e confiado em mim, aceitado me orientar, mesmo sem poder. Sem sua orientação e amizade, não seria possível continuar. Aos Pró-Reitores de Graduação e da Assistência Estudantil e Ações Afirmativas, aos Coordenadores dos Colegiados dos cursos por aceitarem responder a minha entrevista, mesmo com pouco tempo para isso, devido as suas pesquisas, atividades acadêmicas e administrativas. Meu agradecimento à banca avaliadora, pela disponibilidade de ouvirem a minha defesa e contribuírem para o meu crescimento profissional. Por último e mais importante, ao mundo espiritual que colocou no meu caminho pessoas tão iluminadas, tão especiais que possibilitaram a concretização deste projeto.

MUITA GRATIDÃO.

BRAZ, Eglantina Alonso. **Avaliação da implementação da política de ações afirmativas: prospectando as travessias dos estudantes quilombolas na UFBA.** Programa Pós-graduação em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (Mestrado Multidisciplinar e Profissional), 2020.

RESUMO

As políticas de ações afirmativas nas últimas duas décadas no Brasil representam um avanço importante na ampliação do acesso dos estudantes negros, indígenas e de outras minorias à educação superior. O movimento de democratização racial e social no país é bastante antigo, mas somente obtém contornos político-institucionais mais assertivos a partir da Constituição Federal de 1988, que passa a garantir à população brasileira acesso a direitos sociais amplos, incluindo o acesso à uma educação de qualidade. Entretanto, a partir do Programa Reuni, criado em 2006, as políticas afirmativas voltadas para garantir a expansão da educação superior para a população até então excluída, especialmente as minorias étnicas sub-representadas, passam a ser integradas como medidas obrigatórias para todas as Instituições Federais de Educação Superior - IFES. Visando contribuir para aprofundar esse debate, o objetivo geral desse estudo foi avaliar o processo de implementação da política de ações afirmativas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) com ênfase na perspectiva das travessias vivenciadas pelos estudantes quilombolas. Em termos teórico-histórico, a pesquisa buscou sustentação na ampla literatura que tem discutido as políticas de ações afirmativas no Brasil, considerando tanto as perspectivas materiais (que garantem a permanência dos estudantes quilombolas na universidade) quanto as questões simbólicas que têm reflexos diretos e indiretos no processo de aprendizagem e na qualidade da formação superior oferecida. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, com ênfase no estudo de caso da UFBA, que utilizou como base de dados tanto a análise documental quanto a realização de entrevistas semiestruturadas feitas a gestores e coordenadores de cursos selecionados. Enquanto a análise documental permitiu identificar os avanços da política de ações afirmativas na universidade estudada, as entrevistas possibilitaram reconhecer a percepção dos atores entrevistados sobre os limites, os desafios e as perspectivas da capacidade organizacional-administrativa e acadêmico-pedagógica dos cursos para a efetividade e qualidade da política analisada. Visando ampliar a capacidade de análise a partir do histórico da UFBA, foram integradas ao estudo as experiências da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), instituições públicas que também têm assumido um papel relevante na política de cotas na Bahia e no Brasil. Como a vivência da residência social, atividade obrigatória da formação do mestrado, foi dirigida para observar uma experiência internacional de política de inclusão social no ensino superior, foi dado destaque ao relato da Universidade de La Plata, instituição argentina. Como resultados relevantes da pesquisa, podem ser destacados os seguintes: (a) análise comparativa da experiência de implementação de políticas de ações afirmativas em quatro universidades públicas, três nacionais e uma internacional; (b) as percepções dos gestores e coordenadores dos colegiados de cursos selecionados sobre os avanços, limites e desafios da implementação da política de ações afirmativas na UFBA; e (c) o desenho de um instrumento de avaliação da percepção dos estudantes quilombolas sobre o processo de inclusão social que o acesso à universidade tem possibilitado. Esses produtos refletem a relevância que essa formação trouxe, ao possibilitar à pesquisadora desenvolver competências teórico-analíticas, contextuais e empíricas sobre o tema estudado, além de contribuir para qualificar sua prática profissional como servidora da UFBA, atuando na Pró-Reitoria de graduação. Em síntese, acredita-se que os resultados alcançados podem ajudar na (re)definição de estratégias acadêmico-pedagógicas que preparem as IFES a atender melhor às necessidades dos estudantes quilombolas e outras minorias que têm direito à educação superior.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Gestão Acadêmico-Pedagógica. Avaliação de Políticas Públicas. Estudantes Quilombolas. UFBA.

BRAZ, Eglantina Alonso. Evaluation of the implementation of the affirmative action policy: prospecting the crossings of quilombola students at UFBA. Graduate Program in Development and Social Management at the Federal University of Bahia (Multidisciplinary and Professional Masters), 2020.

ABSTRACT

Affirmative action policies in the past two decades in Brazil represent an important advance in expanding the access of black, indigenous and other minorities students to university. The movement of racial and social democratization in the country is quite old, but it only obtains more assertive political-institutional outlines starting from the Brazilian Federal Constitution of 1988, which starts to guarantee the Brazilian population access to broad social rights, including access to an education of quality. However, as of the Reuni Program, created in 2006, affirmative policies aimed at guaranteeing the expansion of university for the hitherto excluded population, especially underrepresented ethnic minorities, are now integrated as mandatory measures for all Instituições Federais de Educação Superior - IFES. Aiming to contribute to deepen this debate, the general objective of this study was to evaluate the process of implementing the affirmative action policy at Universidade Federal da Bahia (UFBA) with an emphasis on the perspective of the crossings experienced by quilombola students. In theoretical-historical terms, the research sought support in the broad literature that has discussed affirmative action policies in Brazil, considering both the material perspectives (which guarantee quilombola students to remain at the university) and the symbolic issues that have direct and indirect reflexes in the learning process and the quality of higher education offered. In methodological terms, this is a qualitative research, with an exploratory-descriptive character, with emphasis on the UFBA case study, which used as a database both documentary analysis and the conducting of semi-structured interviews with managers and coordinators of selected courses. While the documentary analysis made it possible to identify the advances in the affirmative action policy at the university studied, the interviews made it possible to recognize the perception of the actors interviewed about the limits, the challenges and the perspectives of the organizational-administrative and academic-pedagogical capacity of the courses for the effectiveness and quality of the analyzed policy. In order to expand the analysis capacity based on the history of UFBA, the experiences of Universidade do Estado da Bahia (UNEB) and Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), public institutions that have also assumed a relevant role in quota policies in Bahia and Brazil, were integrated into the study. As the experience of a program visitor, a mandatory activity of the master, was managed to observe an international experience of social inclusion policy in university, emphasis was given to the report of the Universidad de La Plata, an Argentine institution. As relevant results of the research, the following can be highlighted: (a) comparative analysis of the experience of implementing affirmative action policies in four public universities, three nationals and one international; (b) the perceptions of the managers and coordinators of the collegiate bodies of selected courses on the advances, limits and challenges of the implementation of the affirmative action policy at UFBA; and (c) the drawing of an assessment tool for the quilombola students' perception of the social inclusion process that access to the university has made possible. These products reflect the relevance that this training brought, by enabling the researcher to develop theoretical-analytical, contextual and empirical skills on the subject studied, in addition to contributing to qualify her professional practice as a UFBA servant, working in the graduation pro-rectory. In summary, it is believed that the results achieved can help in the (re)definition of academic-pedagogical strategies that prepare IFES to better meet the needs of quilombola students and other minorities who are entitled to university.

Keywords: Affirmative Actions. Academic-Pedagogical Management. Public Policy Evaluation. Quilombolas students. UFBA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Comparativo das Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) entre as Regiões | 23 |
| Gráfico 2 – Evolução dos números de inscritos: quilombolas e aldeados indígenas | 27 |
| Gráfico 3 – Evolução das matrículas por ano: quilombolas | 28 |
| Tabela 1 – Situação de matrícula: remanescentes de comunidades quilombolas (2005 a 2019.2)..... | 28 |
| Gráfico 4 – Comparativo entre Conclusão e Evasão | 29 |
| Gráfico 5 – Número de estudantes e área do conhecimento..... | 30 |
| Gráfico 6 – Número de matriculados por curso/habilitação | 31 |
| Tabela 2 – Número de matriculados por habilitação: remanescentes de comunidades quilombolas (2005 a 2019.2)..... | 31 |
| Quadro 1 – Comparativo entre as universidades | 52 |
| Quadro 2 – Conhecimento sobre políticas de ações afirmativas | 67 |
| Gráfico 7 – Nível de conhecimento jurídico-normativos sobre as Políticas de Ações Afirmativas | 68 |
| Quadro 3 – Conhecimento sobre Estratégias de Gestão da UFBA para a Implementação da Política de Assistência Estudantil..... | 69 |
| Gráfico 8 – A percepção dos gestores sobre as ações estratégicas da Gestão da UFBA para implementação da Ações inclusivas | 70 |
| Quadro 4 – Conhecimento sobre o Nível de Participação dos Estudantes na Concepção e Implementação da Política de Assistência Estudantil da UFBA..... | 71 |
| Gráfico 9 – A percepção sobre a participação estudantil na concepção/implementação das políticas de inclusão..... | 72 |
| Quadro 5 – Conhecimento sobre o processo de inclusão acadêmica dos alunos quilombolas na UFBA..... | 73 |
| Gráfico 10 – A percepção sobre as ações inclusivas direcionadas aos estudantes quilombolas | 75 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa e Ensino Superior |
| CIAGS | Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social |
| CNPQ | Conselho Nacional de Pesquisa |
| CONAQ | Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CRQ | Comunidades Remanescentes de Quilombo |
| EAUFBA | Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| NUPEL | Núcleo Permanente em Extensão em Letras |
| PBP | Programa de Bolsa-Permanência |
| PNAES | Plano Nacional de Assistência Estudantil |
| PNAD | Plano Nacional de Amostra de Domicílios |
| PROAE | Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas |
| PROFICI | Programa de Proficiência em Língua Estrangeira |
| PROGRAD | Pró-Reitoria de Ensino de Graduação |
| PROPAAE | Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis |
| REUNI | Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SIAC | Sistema Acadêmico |
| SISU | Sistema de Seleção Unificada |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFRB | Universidade Federal do Recôncavo Baiano |
| UNB | Universidade Nacional de Brasília |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |
| UNLP | Universidad Nacional de La Plata |
| USAID | United States Agency for International Development |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 PROBLEMA DA PESQUISA | 10 |
| 1.2 OBJETIVOS | 12 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 12 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 13 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 13 |
| 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 15 |
| 1.4.1 Situação empírica e atores envolvidos | 15 |
| 1.4.2 Abordagem metodológica | 15 |
| 1.4.3 Desenho metodológico | 16 |
| 1.4.4 Técnicas metodológicas | 16 |
| 1.4.5 Estratégias de análise | 17 |
| 1.4.6 Aporte referencial-teórico | 18 |
| 2. ESTRUTURA DO TRABALHO | 20 |
| 2.1. ARTIGO 1 - O ACESSO DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS POR MEIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA UFBA | 20 |
| 2.1.1 Introdução | 20 |
| 2.1.2 A inclusão das ações afirmativas na UFBA | 21 |
| 2.1.3 Os Remanescentes das comunidades quilombolas: breve histórico e ações inclusivas na educação quilombola | 22 |
| 2.1.4 Percurso metodológico | 25 |
| 2.1.5 Resultados e discussão: itinerários após o acesso | 26 |
| 2.1.6 Considerações finais | 31 |
| REFERÊNCIAS | 33 |
| 2.2. ARTIGO 2 - AÇÕES AFIRMATIVAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS, LIMITAÇÕES E DESAFIOS COM ÊNFASE NO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS | 35 |
| 2.2.1 Breve análise histórica das ações afirmativas | 35 |
| 2.2.2 As políticas de ações afirmativas nas universidades selecionadas | 38 |
| 2.2.3 Considerações finais | 55 |
| REFERÊNCIAS | 56 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 2.3 | ARTIGO 3 - AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFBA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES..... | 59 |
| 2.3.1 | Introdução | 59 |
| 2.3.2 | Análise do Marco Regulatório da Políticas de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil das IFES com ênfase na Experiência da UFBA | 61 |
| 2.3.3 | Metodologia | 65 |
| 2.3.4 | Análise e Discussão dos Resultados da Pesquisa..... | 66 |
| 2.3.5 | Considerações Finais..... | 76 |
| | REFERÊNCIAS | 77 |
| 2.4. | ARTIGO 4 – DESENHO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA | 79 |
| 2.4.1 | Introdução | 79 |
| 2.4.2 | Avaliação de políticas públicas: inspirações teórico-metodológicas para a estruturação do instrumento | 80 |
| 2.4.3 | Contextualizando os desafios dos estudantes quilombolas após o ingresso na educação superior | 84 |
| 2.4.4 | Percurso Metodológico para a construção do instrumento | 90 |
| 2.4.5 | Considerações Finais..... | 96 |
| | REFERÊNCIAS | 97 |
| 3. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 99 |
| | REFERÊNCIAS | 104 |
| | APÊNDICE A - Técnicas Metodológicas e Roteiros de entrevistas | 114 |
| | APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 122 |
| | APÊNDICE C - Ações Afirmativas Ameaçadas pelo Covid-19 e pelo Corte de Verbas para as Universidades | 124 |
| | APÊNDICE D – Manual de orientações gerais para os estudantes quilombolas | 128 |

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um desafio para a sociedade brasileira, a sua implantação oferece espaço para o início do processo de democratização da educação do ensino superior. Há um consenso em afirmar que a escola pública não forma adequadamente seus estudantes e, por consequência, eles adentram à Universidade com lacunas na formação básica que dificultam o desempenho acadêmico e a sua permanência nos cursos. Essas dificuldades revelam questões estruturais que explicam as profundas desigualdades que continuam a marcar a sociedade.

O direito à educação é um direito humano fundamental, reconhecido tanto nas normas internacionais quanto nas constitucionais e infraconstitucionais. É, portanto, um direito público e possui um conjunto próprio de princípios e regras que objetivam disciplinar o comportamento humano relacionado à educação (MARTINS, 2009).

Com vistas a contribuir para o resgate do compromisso histórico que o país tem em relação ao povo escravizado, a UFBA iniciou o processo em busca da educação inclusiva, a partir de 2002, com a implantação do Programa Universidade Nova que estabelece reserva de vagas para estudantes negros e pardos, oriundos da educação pública e que promoveu outras frentes, a partir de 2004, com a aprovação da política de Ações Afirmativas e com a inserção, em 2012, de vagas supranumerárias para quilombolas. Entretanto, a efetividade dessa política exige investir em decisões que perpassam por uma discussão complexa e que evidencia alguns paradoxos que o processo de inclusão/exclusão induz. Esse contrassenso reflete em problemas socioeconômicos e sociopolíticos que permanecem na realidade brasileira. Nesse sentido, o êxito dessa política exige considerar as especificidades de cada grupo social, tendo em vista ser uma variável relevante na avaliação do desempenho e na permanência dos estudantes nas unidades de ensino da UFBA.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

No Brasil, existem 63 universidades públicas federais que atendem 1.120.804 de estudantes e desse total apenas 10.747 são alunos quilombolas (ANDIFES, 2019). Segundo o PNAD, 60,6% da população brasileira é negra e há mais de 3.000 comunidades quilombolas reconhecidas no país. A Bahia é considerada o estado com maior número de população negra e conta com 885 comunidades quilombolas certificados.

As comunidades quilombolas permanecem com enormes problemas no atendimento da política de educação, sendo identificadas por diversos estudos sobre o tema as seguintes dificuldades: ensino de má qualidade, professores sem capacitação adequada e em número insuficiente para atender à demanda, infraestrutura das escolas inadequadas (SANTOS; VELOSSO; NACIF; SILVA, 2019). Poucas comunidades quilombolas no Brasil têm unidade educacional com oferta de ensino fundamental completo; quase 75% delas encontram-se na região Nordeste.

Outro aspecto relevante da realidade dessas populações jovens que vivem em quilombos é que elas se mantêm em situação de vulnerabilidade social. Do total de estudantes cotistas no Brasil, os quilombolas e os indígenas aldeados são os que possuem menor renda. Segundo dados da ANDIFES (2019), cerca de 50% dessa população recebe o equivalente ao valor da renda per capita de um preto não-quilombola.

Esses dados ratificam a necessidade da ampliação da política de ações afirmativas no tocante não somente ao processo de inclusão desse público, mas principalmente em relação a adoção de medidas que garantam sua permanência e qualifiquem sua formação superior.

A UFBA tem atualmente 39.795 estudantes matriculados nos 106 cursos de graduação (diurnos e noturnos); destes, 439 obtiveram acesso à universidade por meio das cotas específicas para quilombolas. Todavia, faz 15 (quinze) anos que a UFBA adotou essas medidas e até o momento não possui um estudo sobre os resultados e avanços da implantação dessa ação inclusiva. Com esse estudo, busca-se construir um instrumento que possa ser utilizado no diagnóstico da implementação dessa política pelos estudantes cotistas quilombolas e com isso se possa perceber onde pode avançar e o que é possível melhorar, visando identificar as possibilidades de maior acesso, mas principalmente de permanência.

Visando contribuir para ampliar a produção acadêmico-técnica sobre esse tema, esta pesquisa pretende fornecer a possibilidade de análise do processo de implementação dessa política na UFBA, a partir da percepção e das expectativas dos estudantes quilombolas.

Nesse sentido, será priorizada, para a elaboração do produto tecnológico central desse projeto (desenho de um instrumento de análise do processo de implementação da Política de Ações Afirmativas na UFBA), a percepção dos gestores acadêmicos e professores, através de entrevistas com perguntas que permeiam sobre a inclusão desses estudantes, tendo por objetivo prospectar novas travessias para a efetividade e qualificação da formação dos discentes quilombolas. Com base nesse contexto, esse estudo buscou responder à seguinte questão de pesquisa:

- **Quais os principais dilemas, desafios e perspectivas da implementação da Política de Ações Afirmativas da UFBA para garantir um processo efetivo de inclusão social dos estudantes quilombolas?**

Com base na ampla literatura que trata dos aspectos teórico-metodológicos na área de avaliação de políticas públicas (BOULLOSA; ARAÚJO, 2015), considera-se que avaliar processos de implementação de ações públicas exige integrar diversas e complementares dimensões que envolvem aspectos político-institucionais, técnico-operacionais e acadêmico-pedagógicos. Do mesmo modo, Carvalho (2001) acrescenta que:

[...] diante da complexidade que a questão social assume no mundo contemporâneo e no Brasil em particular, a avaliação de Políticas e Programas Sociais torna-se igualmente um imperativo ético. É que a avaliação sistemática e contínua deve ser instrumento estratégico na oferta de informações substantivas que possibilitem o exercício do controle social (CARVALHO, 2001, p. 88-89)

Apreciando essas condicionantes, foram definidos os seguintes questionamentos que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa:

- **Q1 - Existem problemas político-institucionais, técnicos-operacionais e acadêmico-pedagógicos que interferem na qualidade e efetividade da implementação da Política de Ações Afirmativas da UFBA, especialmente no que se refere ao atendimento das necessidades e expectativas dos estudantes quilombolas?**
- **Q2 - Ao integrar a percepção crítica dos gestores e dos estudantes, de modo a identificar as diferenças e complementariedades das expectativas em relação à qualidade e à efetividade da formação superior, é possível identificar os problemas que têm dificultado o alcance de níveis desejáveis da qualidade e efetividade da formação superior dos alunos quilombolas?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Para responder a esses pressupostos, definiu-se o seguinte objetivo geral: **identificar os dilemas, desafios e perspectivas da implementação da Política de Ações Afirmativas da UFBA, a partir da percepção dos gestores e estudantes quilombolas para, assim, garantir um processo efetivo de inclusão social.**

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar o acesso dos estudantes quilombolas na educação superior por meio da implementação das políticas de ações afirmativas;
- Identificar o contexto organizacional e social que sustentou a implementação das políticas de ações afirmativas em instituições de educação superior selecionadas (UFBA, UFRB, UNEB e UNLP-AR);
- Avaliar a percepção dos gestores da UFBA sobre a implementação da Política de Assistência Estudantil para atendimento das necessidades e expectativas dos estudantes quilombolas;
- Elaborar um instrumento de pesquisa para avaliar a percepção dos estudantes quilombolas, de modo a contribuir para a construção futura de uma Tecnologia de Gestão Social que auxilie a gestão institucional, administrativa e acadêmico-pedagógica da UFBA a melhorar a qualidade do ensino para atender a esse perfil de discentes.

1.3 JUSTIFICATIVA

A motivação inicial desta pesquisa deu-se em torno da inquietação em fazer um diagnóstico sobre a real situação da inclusão social dos estudantes quilombolas no ensino público superior. Tem início pela trajetória profissional, enquanto funcionária da UFBA, no cargo de Assessora Acadêmica na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e partindo da prerrogativa que a PROGRAD é um órgão estruturante da Administração Central que trata das demandas acadêmicas dos estudantes e docentes de graduação e que, portanto, devia se debruçar sobre a temática e produzir um estudo que trouxesse como resultado a avaliação da efetivação das ações inclusivas.

A PROGRAD é responsável pelo diagnóstico das não conformidades e pela proposição de políticas relacionadas ao ensino de graduação. Tem como seu papel principal implementar políticas, projetos e programas de acesso, ensino e avaliação dos cursos de graduação da UFBA, promover a qualidade do ensino de graduação com ações que integrem o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com a legislação vigente e com o Plano de Desenvolvimento Institucional e coordenar as atividades relativas ao ensino de graduação (PROGRAD, 2019).

Diante disso, compreende-se que esta pesquisa contribuirá diretamente para a melhoria do atendimento da função social da Universidade. Considera-se também que esse trabalho se justifica por vários fatores: pela relevância das ações afirmativas no ensino superior para as comunidades quilombolas; pela produção de uma tecnologia social que dimensione a efetivação das políticas de inclusão social através das percepções dos autores envolvidos (estudantes, gestores acadêmicos e administrativos); pelo material produzido que permitirá o levantamento diagnóstico sobre os processos de aprendizagem, o perfil das (con)vivências, as redes de sociabilidade e os desafios para a permanência dos estudantes quilombolas na universidade; e pela possibilidade de um maior entendimento sobre as questões e desafios que envolvem o processo de inclusão social na Universidade, como também de contribuir para melhorar a efetividade e qualidade do ensino superior oferecido pela UFBA, além de dialogar com uma necessidade concreta da UFBA em apresentar à sociedade civil os resultados advindos desta política.

Nos aspectos teóricos, espera-se que esse estudo avance na discussão crítica sobre abordagens teórico-analíticas e empíricas que contribuam para melhorar a qualidade da gestão e a governança das Políticas de Ações Afirmativas na Universidade. Que promovam reflexões críticas para compreender melhor as trajetórias, representações e desafios das travessias desses estudantes na Universidade, aprofundando nos aspectos que têm dificultado sua permanência e limitado a qualidade da sua formação acadêmica com vistas a garantir uma melhor inserção social e profissional.

Como desafio, este estudo buscou a construção de um instrumento que seja capaz de identificar os fatores que contribuem ou dificultam a inclusão dos estudantes quilombolas no ensino superior, assim como identificar os desafios que enfrentam na sua trajetória até a universidade. Esse instrumento poderá proporcionar a análise das percepções destes estudantes e captar suas expectativas em relação a universidade, bem como identificar as possíveis implicações em seus percursos acadêmicos, contribuindo na identificação dos impactos das ações inclusivas na UFBA. Espera-se, ainda, que esse esforço contribua para reorientar as ações estratégicas da UFBA, através das suas Pró-Reitorias, PROAE e PROGRAD, no que se refere à melhoria da gestão institucional, organizacional, administrativa e acadêmica, dirigidas para o fortalecimento das Políticas de Ações Afirmativas da Universidade. Trata-se de uma análise para contribuir com a gestão na ampliação das ações de inclusão social.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.4.1 Situação empírica e atores envolvidos

O universo da pesquisa abrangerá a Universidade Federal da Bahia, com ênfase nos seguintes setores/órgãos:

- Unidades acadêmicas selecionadas (através do envolvimento dos colegiados de cursos);
- Estudantes cotistas quilombolas;
- Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas (PROAE)
- Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROGRAD).

1.4.2 Abordagem metodológica

A abordagem metodológica caracteriza-se como um estudo de caso, de natureza qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, que tem definido a UFBA como o *locus* inicial da pesquisa, tendo como referenciais duas Instituições baianas, uma federal e uma estadual, UFRB e UNEB, por serem as mais antigas e pioneiras na adoção das cotas, e uma internacional pela sua amplitude e história diferenciada em relação a seleção de ingresso, a UNLP-Ar (residência social). A escolha do método de estudo de caso baseia-se em Bonoma (1985, p.207), ao afirmar que seu uso é viável “[...] quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre”.

No que se refere ao objetivo do método de estudo de caso, apoia-se na compreensão de que possibilite investigar “[...] um fenômeno contemporâneo dentro do seu conceito de vida real, especialmente quando as fronteiras entre fenômeno e contextos não são claramente evidentes” (YIN, 1994, p.24). O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um melhor entendimento dos processos e práticas (YIN, 2001), portanto fundamental para a compreensão das estratégias, desafios e perspectivas implementadas pela UFBA como suporte acadêmico-pedagógico aos estudantes quilombolas.

A partir desse entendimento, pode-se ler, interpretar e categorizar, identificando a percepção dos estudantes, gestores acadêmicos e professores sobre a qualidade das experiências de inserção dos estudantes quilombolas na Universidade, analisando o aprendizado, as (con)vivências, as redes de sociabilidade e os desafios para sua permanência na universidade. A abordagem é qualitativa, e, no que se refere aos objetivos, é exploratória.

- **Pesquisa Descritiva:** descrever as características de uma população, um fenômeno ou uma experiência para o estudo realizado, desenhando a trajetória dos estudantes quilombolas e seus perfis acadêmicos.

1.4.3 Desenho metodológico

1ª Fase (F1) - Contextualização

- Fundamentação em normas jurídicas institucionais e sistemas de informação.
- Técnicas: Documentos - F1.1

2ª Fase (F2) - Mapeamento de práticas similares

- Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão inclusivas.
- Identificação das estratégias utilizadas.
- Técnica: Documentos - F2.1.

3ª Fase (F3) - Comparativo fases 1 e 2

- Comparativo metodológico de Universidades Públicas baianas (uma federal e uma estadual) e uma internacional com as normas acadêmicas.
- Técnica: Documentos - F3.1

4ª Fase - Construção Instrumental

- Projeto e ações pedagógicas comprometidos com a educação das relações étnico-raciais;
- Formação continuada e permanente.
- Técnica: Entrevista - F4.1

1.4.4 Técnicas metodológicas

Fase 1 - Contextualização

F1.1 Documentos

- F1.1.1 Normas jurídicas, regimentos e normas da UFBA;
- F1.1.2 Metodologias e estratégias pedagógicas;
- F1.1.3 Quantitativo e perfil acadêmico dos estudantes quilombolas.

Fase 2 - Mapeamento de práticas similares

F2.1 Documentos das universidades públicas baianas (uma federal e uma estadual, mais antiga e pioneira na adoção das cotas) e uma internacional sobre políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão inclusivas e métodos pedagógicos comprometidos com a educação.

Fase 3 - Comparativo fases 1 e 2

F3.1 Análise comparativa do material adquirido: seleção dos aspectos mais relevantes para construção do instrumento de avaliação da efetividade das políticas inclusivas.

Fase 4 Construção Instrumental

F4.1 Entrevistas semiestruturadas com Gestores PROAE e PROGRAD; e Coordenadores dos cursos envolvidos.

1.4.5 Estratégias de análise

Estratégias:

- Análise de conteúdo – elementos de pesquisa das entrevistas realizadas.

Unidade de análise:

1. Ações inclusivas implementadas pelas universidades: UFBA, UFRB, UNEB e UNLP;
- Desafios encontrados para o acesso e para a inclusão.
- Tipos de mecanismos estratégicos adotados:
2. Percepção dos gestores e coordenadores dos cursos;
 3. Busca da percepção e expectativas dos estudantes quilombolas, através da identificação de:
 - Barreiras que dificultam a travessia no ensino superior;
 - Metodologias de ensino utilizadas;
 - Ações inclusivas no ensino, extensão e pesquisa;
 - Deficiências advindas do ensino médio;
 - Superação das dificuldades acadêmicas metodológicas de ensino utilizadas;
 - Representatividade curricular;
 - Formação profissional.

1.4.6 Aporte referencial-teórico

No âmbito das temáticas e teorias envolvidas, buscou-se analisar referenciais teóricos que ajudassem a analisar, de forma crítica, as políticas públicas de ações afirmativas, para assim subsidiar o alcance dos objetivos pretendidos. Com base nesse domínio teórico, foi possível avançar no levantamento de: histórico das universidades públicas; políticas de expansão e Interiorização da Educação Superior; política de assistência estudantil e o PNAES; política de Assistência Estudantil na UFBA.

No que tange às políticas de expansão do Ensino Superior - Reuni e Ações Afirmativas, tem-se o intuito de apresentar o Reuni e a democratização do acesso à Universidade Federal da Bahia: estudo a partir das dimensões operacionais e da reestruturação curricular-pedagógica (SANTOS, 2013); políticas afirmativas na pesquisa educacional (SILVA; BORBA, 2018); inclusão social e ações afirmativas nas universidades do Brasil, para quê? (MOREIRA; FERRARESI; CARVALHO; AMARAL, 2017); ações afirmativas na educação: os avanços na realidade brasileira na perspectiva da universidade para todos (TOUBIA; LIMA, 2015); ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico (DAFLON; FERES; CAMPOS, 2013); os quilombos e as novas etnias. In: E. C. O'Dwyer. Quilombos: identidade étnica e territorialidade (ALMEIDA, 2002); as normas legais que constituem as Políticas de Ação Afirmativa; políticas públicas de inclusão social para comunidades tradicionais, com ênfase nas comunidades quilombolas.

Na tentativa de enriquecer a pesquisa com estudos de outros autores, com discussões, tender-se-á ressaltar o reconhecimento da importância da implementação de políticas públicas, realizando de forma assertiva a inclusão social, baseado em: Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação; Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão (FREITAS; GABRIELLE; SANTOS, 2014); A Permanência na Educação Superior: Múltiplos Olhares (NUNES; VELOSO, 2016); Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto (CARRIL, 2017); Educação Escolar Quilombola: As Pedagogias Quilombolas na Construção Curricular (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia - SHIRLEY PIMENTEL DE SOUZA, 2015); A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola (SILVA, 2011).

Com base nas leituras dos temas relacionados, encontraram-se fundamentos para atender ao objetivo geral do projeto, respondendo aos questionamentos levantados na pesquisa. Registrou-se práticas e soluções que serviram como comparativo para o caso estudado.

O trabalho foi dividido em seis sessões, incluindo essa introdução, quatro capítulos apresentados em formato de artigo científico e as considerações finais. A escolha por apresentar os resultados dessa dissertação nesse formato justifica-se tanto pelo compromisso assumido no início da formação no Mestrado de investir em publicações para difundir os avanços alcançados, quanto visando contribuir para a avaliação do Programa junto a CAPES.

No primeiro artigo, foi feita uma análise do quantitativo de ingressos, evadidos e egressos, bem como os cursos e áreas de maior interesse dos estudantes quilombolas, desde o início da oferta de vagas por cotas raciais (2005) na Universidade Federal da Bahia.

O segundo artigo apresenta a discussão sobre as ações de implantação das políticas públicas de ações afirmativas adotadas pelas universidades baianas: UFBA, UNEB e UFRB e pela internacional: UNLP-AR.

No que se refere ao terceiro artigo, buscou-se, por meio de entrevistas semiestruturadas, avaliar a percepção dos gestores da UFBA sobre a implementação de ações de inclusão para atendimento aos estudantes quilombolas que ingressaram após a instituição das cotas.

O quarto artigo discutiu a relevância da avaliação das ações afirmativas e apresentou o desenho de um instrumento de avaliação diagnóstica para esta finalidade, tendo como ponto central da proposta a participação estudantil neste processo.

Nas considerações finais, são apresentadas algumas reflexões que revelam tanto as vivências e aprendizagens alcançadas nesse processo complexo e profícuo de formação acadêmica, como são destacadas as dificuldades e necessidades de ajustes que se fizeram necessários, especialmente diante das dificuldades para a finalização da pesquisa empírica junto aos estudantes, em razão dos impedimentos provocados pela Pandemia da Covid-19. Consta no apêndice C, um breve comentário sobre as implicações da pandemia e o corte de verbas nas ações afirmativas nas universidades. No apêndice D, é apresentado um manual de orientações gerais dos serviços oferecidos pela UFBA aos estudantes quilombolas.

2. ESTRUTURA DO TRABALHO

2.1. ARTIGO 1 - O ACESSO DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS POR MEIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA UFBA

2.1.1 Introdução

O Brasil é um país multiétnico e miscigenado, resultado de um processo sócio-histórico de formação da população, decorrido por meio da colonização e da imigração. Como todo processo de colonização, os efeitos nocivos para os povos colonizados geram profundas desigualdades.

No caso brasileiro, o sistema escravagista, que atuou contra a existência e a dignidade dos povos indígenas e africanos, formou abismos sociais, reforçados cotidianamente pela segregação e discriminação desses povos e seus descendentes, cujo produto resultou no racismo em todas as suas dimensões (CAMPOS, 2017).

A ideia de raça, aplicada ao contexto histórico e social na América, foi pautada como referência às supostas estruturas biológicas de diferença entre colonizadores e colonizados, e também significou a legitimação de ideias e práticas de superioridade / inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005). Para Quijano (2005), a formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu as identidades sociais indígenas, negras, mestiças, entre outras. Segundo ele, essas identidades foram associadas às hierarquias e aos papéis sociais correspondentes ao padrão de dominação que se impunha, mas sobretudo, outorgou a legitimidade das relações de dominação impostas pela colonização.

De acordo com Campos (2017), o racismo continua atuante na contemporaneidade e de forma cada vez mais complexa. Esse fator justifica a importância de estudos com essa temática como parte da luta antirracista e do reconhecimento e valorização dos grupos sub-representados. Ademais, os reflexos da consolidação das relações baseadas na distinção racial supracitada persistem na atualidade, atingindo vários institutos sociais, entre eles o sistema educacional brasileiro que reproduz práticas discriminatórias.

Uma possibilidade de alterar esse quadro de discriminação, para Campos (2017), são as ações afirmativas em vigor no Brasil, pois são instrumentos que visam alterar o caráter racista das estruturas sociais, proporcionando a alteração dos lugares historicamente ocupados pelos grupos sub-representados e os conduzindo aos espaços de privilégio e poder.

Neste sentido, as ações afirmativas adotadas na última década como forma de acesso à educação superior têm essa finalidade, uma vez que as instituições que a ofertam são, historicamente, redutos da elite branca. Ao dar acesso aos mais vulneráveis, estaria colaborando para uma transformação positiva da sociedade, tornando-a mais justa e democrática (DINIZ-PEREIRA; SOARES, 2019).

Por essa razão, optou-se como objetivo desta pesquisa analisar e identificar a taxa de acesso, conclusão e evasão, bem como os cursos e áreas de maior interesse dos estudantes remanescentes das comunidades quilombolas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) que ingressaram por meio de cotas raciais específicas para esse público. A UFBA, desde 2004, oferta cotas nas vagas de seus cursos de graduação para o grupo étnico citado, considerando que são meios possíveis de reduzir as desigualdades sociais e raciais, resultando na inclusão desse público no âmbito universitário.

Acredita-se, portanto, que as ações afirmativas, por sua finalidade, tornam-se um instrumento de inclusão, e o êxito de sua implantação é uma importante possibilidade para o alcance da democratização do acesso à educação superior.

2.1.2 A inclusão das ações afirmativas na UFBA

A Lei 12.711/2012 determinou que as Universidades, Institutos e Centros Federais de educação reservem 50% das suas vagas para estudantes oriundos de escola pública, estabelecendo um percentual, dentro dessa reserva, para estudantes negros, autodeclarados pardos ou pretos, e indígenas. Tal percentual é definido pela presença dessas populações no território do qual se encontra a Instituição de Ensino Superior (IES), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012). Contudo, anterior a essa lei, algumas universidades já vinham adotando as cotas como política pública de ação afirmativa. A primeira universidade a aderir ao programa de cotas no Brasil foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 2003. A partir daí, o número de adesão cresceu rapidamente.

O Sistema geral de cotas está também associado a cotas sociais, que consistem na reserva de vagas para pessoas que vêm de escolas públicas, pessoas com algum tipo de deficiência, estudantes com baixa renda familiar, candidatos socioeconomicamente desfavorecidos. As cotas raciais, como parte de uma política de ações afirmativas, têm sido um mecanismo que está permitindo o acesso ao ensino superior de uma parcela historicamente excluída da população.

Na UFBA, as cotas sociais e raciais foram implementadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFBA) em julho de 2004 e previa (UFBA, 2004; 2012) duas vagas, além do número de vagas estabelecido para o curso, sendo uma para indígenas aldeados e outra para moradores das comunidades remanescentes dos quilombos, que tenham cursado, a partir da segunda etapa do ensino fundamental até a conclusão do ensino médio, integralmente em escolas públicas.

A comunidade acadêmica tem, nos últimos 14 anos, buscado ampliar a oferta de vagas para atendimento aos grupos sub-representados e aos que se enquadram na categoria de vulnerabilidade social. Entre eles, os moradores de comunidades quilombolas, que, segundo estudo recente publicado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), têm acessado cada vez mais a graduação. Ela identificou que, dentro do período de 4 anos (2014 a 2018), o número de estudantes quilombolas que eram de 4.231, contavam em 2018 com 10.747. Esta pesquisa também identificou a situação de vulnerabilidade social desses estudantes, considerando que, do total de estudantes cotistas, esses e os indígenas aldeados são os que possuem menor renda, chegando a ter cerca de 50% equivalente ao valor da renda per capita de um preto não-quilombola (ANDIFES, 2019). Esses dados ratificam a necessidade da política de ações afirmativas no tocante não somente à inclusão desse público, mas também, à adoção de medidas que possam favorecer a permanência deles nos espaços acadêmicos de formação superior.

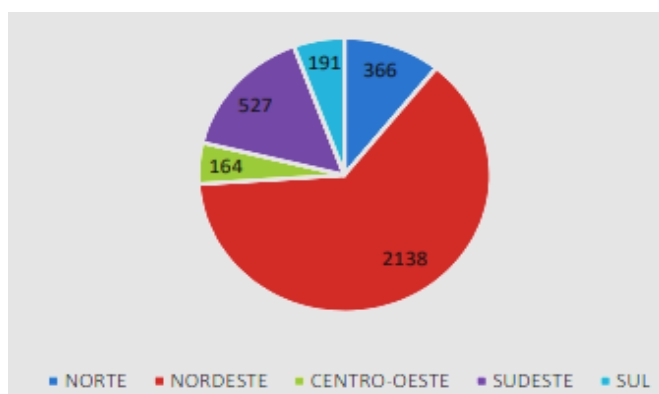
2.1.3 Os Remanescentes das comunidades quilombolas: breve histórico e ações inclusivas na educação quilombola

O processo de escravidão dos africanos trazidos para o Brasil foi um dos momentos mais trágicos e danosos da história da população mundial. Mas apesar de todo um sistema que insistiam em subjugar-los, houve muita luta e resistência. Um símbolo desse processo foi o quilombo. Os quilombos representam resistência e luta contra a forma de repressão vivenciada por eles e seus descendentes ao longo da história, tendo insurgido diante de uma situação de conflito entre escravagistas e escravizados. Fugir das agruras da escravidão e ir se refugiar em um quilombo era a possibilidade de ter liberdade e uma vida mais digna. Assim, o quilombo tornou-se um núcleo paralelo de poder, organização social e produção para a própria subsistência (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014). Logo, os habitantes de quilombos são sobreviventes da luta contra a escravidão. Contemporaneamente, nas comunidades remanescentes de quilombo vivem aqueles que descendem desses povos escravizados.

Legalmente, aos remanescentes de quilombo foi reconhecido o direito à terra. No art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), definiu-se que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos”. O Decreto nº 4.887/2003 define, em seu art. 2º, que são remanescentes das comunidades dos quilombos: “[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. E conceituou, no § 2º do art. 2º, que: “São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. Garantindo-lhes, assim, o direito de autodeterminação dos povos indígenas tribais, anteriormente previsto por meio da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da qual o Brasil é signatário, conforme promulgado por meio do Decreto n. 5.051/2004 (BRASIL, 2004).

Atualmente, no Brasil há 3.386 Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ), devidamente certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição vinculada ao Ministério da Cidadania (FCP, 2019). A região Nordeste é onde está concentrada a maior parte das Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ), com cerca 2.138 CRQ, ou seja, 63% do total. A segunda região com maior CRQ é a região Sudeste com 527 comunidades certificadas, seguida da região Norte com 366, depois a região Sul com 191 e por último a região Centro-Oeste com 164 CRQ, conforme demonstrado no gráfico 1. Destas, somente na Bahia, há 885 comunidades quilombolas devidamente certificadas, mas esse número pode aumentar, pois até a data da última atualização (02 de agosto de 2019), havia mais 44 comunidades baianas com pedido de certificação em fase de análise, assim como muitas outras nas demais regiões do país (FCP, 2019).

Gráfico 1 – Comparativo das Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) reconhecidas por região



Fonte: FCP, 2019. Disponível em:

<<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-02-08-2019.pdf>>

Todavia, os remanescentes de quilombo continuam em busca por igualdade de oportunidades, considerando que os territórios quilombolas, mesmo os que estão em áreas urbanas, persistem em condições precárias, com pouco ou nenhum investimento público em saneamento, saúde, educação e moradia dignos.

O povo quilombola permanece na luta por seus direitos civis, como a terra, a qualidade de vida, a saúde, e reivindica também seu direito à educação de qualidade, na qual possa desenhar um futuro melhor para as comunidades alcançando o ensino superior. Exige uma política educacional inclusiva. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), vem denunciando esse descaso com a educação pública.

Em 2003, o governo federal implementou alguns avanços efetivos para a reparação com as comunidades quilombolas, validando o que já havia garantido a Constituição de 1988. Ampliou a certificação quilombolas e a regularização fundiária, dando acesso a várias melhorias como: o abastecimento de água via PAC-FUNASA, minha casa minha vida (PMCMV), luz para todos e garantia da tarifa social, assistência técnica e extensão rural, construção de escolas quilombolas, aprovação das Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola, Programa Brasil Quilombola, dentre outras medidas. Apesar dessas políticas públicas, a justiça social em relação a educação não foi efetivada, as comunidades permanecem com problemas em relação à educação, com um ensino de má qualidade, com a maioria dos professores sem capacitação adequada e em número insuficiente para atender à demanda, além da infraestrutura das escolas serem inadequadas (SANTOS; VELOSSO; NACIF; SILVA, 2019). Poucas comunidades têm unidade educacional com o ensino fundamental completo e quase 75% delas encontram-se no Nordeste.

De acordo com Santos, *et al.*, (2019, p.5):

As comunidades quilombolas foram durante muito tempo territórios arbitrariamente esquecidos ou silenciados. Nem os governos nem as *policies communities* se dedicaram a produzir diagnósticos e avaliações precisos sobre essa realidade. Avançar nessa agenda se faz necessário, pois é no terreno do secundário, do negligenciável, que se ancoram práticas racistas legitimadas pelo Estado.

As dificuldades que passam as comunidades quilombolas são históricas, as desigualdades provocadas pelo racismo causaram e vêm causando inúmeros problemas. Não pode ser esquecido o fato da negação da educação gratuita e de qualidade à grande parcela da população, excluindo principalmente os afrodescendentes, os quais, até os dias atuais, correspondem ao maior número de estudantes que não completam a escolarização mínima necessária. Segundo dados do IBGE (IBGE, 2017), a taxa nacional de analfabetismo entre as pessoas brancas de 15 anos ou mais de idade passou de 4,2% para 4,0%, enquanto entre

as pessoas pretas ou pardas, ela passou de 9,9% para 9,3%. Fator esse que impede a melhoria das condições de vida e da oportunidade de os quilombolas assumirem o contexto da singularidade do seu território para o desenvolvimento.

O conhecimento permite a realização potencial de transformar e trazer a valorização da diversidade racial e a visualização da necessidade do combate ao preconceito e à discriminação que produz mal-estar e afasta o estudante das salas de aulas, afetando seu aprendizado.

2.1.4 Percurso metodológico

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, com abordagem quanti-qualitativa e do tipo documental, realizado no âmbito da UFBA. Optou-se pelo estudo de caso por considerar relevante compreender as características únicas do processo de inclusão, por meio de cotas específicas para o público-alvo em uma universidade pública da Bahia. De acordo com Yin (2001) “[...] o poder diferenciador do estudo [de caso] é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências”, e assim, possibilitar compreender as particularidades do objeto de estudo e suas dimensões.

O acesso aos dados foi obtido do Sistema Acadêmico da Universidade (SIAC). Deste modo, foram verificados: o quantitativo de estudantes matriculados por meio dos sistemas de cotas para remanescentes de comunidades quilombolas, a oferta de vagas e a concorrência, as opções dos campos de estudo e das áreas de interesse, os egressos e dados de evasão deles, desde a implantação das cotas em 2004. Foram eleitos para esta pesquisa todos os cursos de graduação presenciais e na modalidade a distância, incluindo bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia. A análise dos dados foi realizada a partir do cálculo de proporção no Excel do Microsoft Office.

Quanto ao procedimento de análise, consistiu em uma análise documental, cujas operações sistemáticas (codificação de informação e estabelecimentos de categorias) visam analisar e estudar vários documentos (relatórios gerados pelo SIAC) no intuito de descobrir as circunstâncias com as quais podem estar relacionados (Richardson, 2012). A categoria e as subcategorias preestabelecidas, a partir do referencial normativo e norteador da pesquisa, foram: estudantes remanescentes de comunidades quilombolas (categoria principal), além do número de matriculados por curso, do tipo de curso e área do conhecimento, dos egressos e evasão (subcategorias).

Mediante o exposto, essa análise foi desenvolvida considerando as cinco dimensões propostas por Cellard (2008): contexto de produção dos documentos, seus autores, a confiabilidade e autenticidade textuais, a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto. Sucedeu por meio do estabelecimento da análise em três etapas: (1) análise preliminar dos documentos e sua organização, considerando uma leitura exaustiva do material; (2) a exploração e sistematização dos dados, tendo como referência as categorias anteriormente definidas; (3) tratamento dos resultados, resultante das etapas antecessoras, no esforço de identificar e dar interpretações condizentes com a temática e o problema da pesquisa, utilizando estratégias de indução e dedução (CELLARD, 2008).

2.1.5 Resultados e discussão: itinerários após o acesso

O processo de expansão e democratização do acesso à educação superior, iniciada pelo Governo Federal a partir de 2003, foi uma sequência de investimentos que priorizaram a inclusão dos grupos sub-representados e possibilitaram mudar o cenário educacional brasileiro, ampliando as relações intergrupos sociais (ALMEIDA FILHO, 2005).

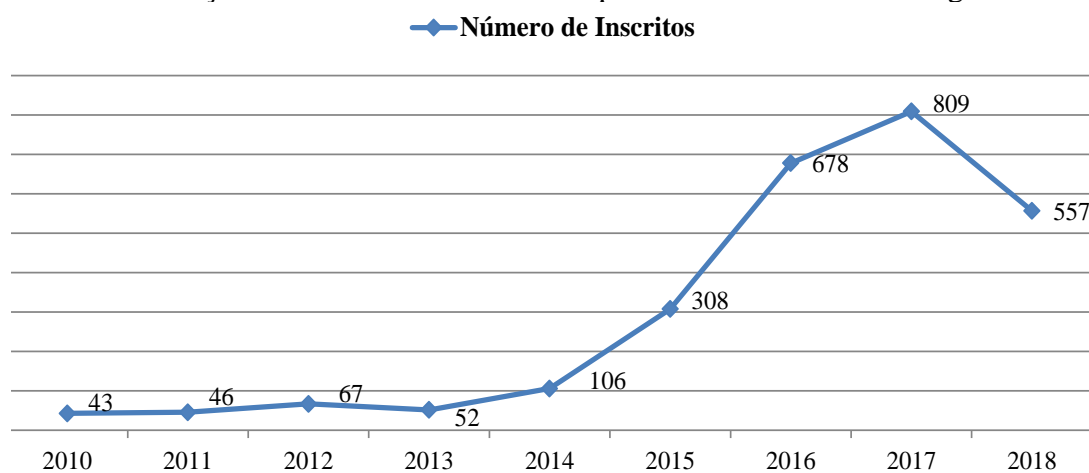
Na UFBA, com base nesse contexto histórico, é possível perceber a ampliação da oferta e a inclusão desses grupos, especificamente no que diz respeito ao público-alvo da pesquisa, conforme proposto na análise que segue.

2.1.5.1 *Evolução do número de participações no processo seletivo*

O meio de acesso a UFBA até o ano de 2012 era por meio do Vestibular, seleção realizada pela própria Universidade. A partir de 2013, a UFBA aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (SISU). Contudo, no que se refere à seleção para as vagas dedicadas aos remanescentes de comunidades quilombolas, a UFBA manteve a seleção interna, mas passou a exigir que os candidatos apresentassem a avaliação realizada via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como parte do processo de seleção. Nota-se, no Gráfico 2, que no período de transição do formato de seleção, entre 2012 e 2013 houve uma queda expressiva no número de inscritos. Atribui-se essa redução na procura ao possível período de adaptação ao novo sistema de seleção, bem como às possíveis dificuldades desses candidatos em participarem do ENEM, ou até mesmo à falta de informação sobre a necessidade de recorrer

ao ENEM para participar do certame. Todavia, a partir de 2015, o número de inscritos cresce em mais de 200% em relação ao período anterior e se mantém em crescimento constante. Ressalta-se que esses dados são referentes às entradas em dois semestres por ano, exceto em 2018, cujos dados somente foram divulgados até o primeiro semestre, fator que justifica o número menor de inscritos em relação ao ano anterior, mas que se considera de crescimento elevado, pois equivale a mais de 50% do quantitativo referente ao total de dois semestres do ano antecessor. Destaca-se também que a procura maior é pelo curso de Medicina, curso tradicionalmente concorrido em todas as categorias de cotas e ampla concorrência.

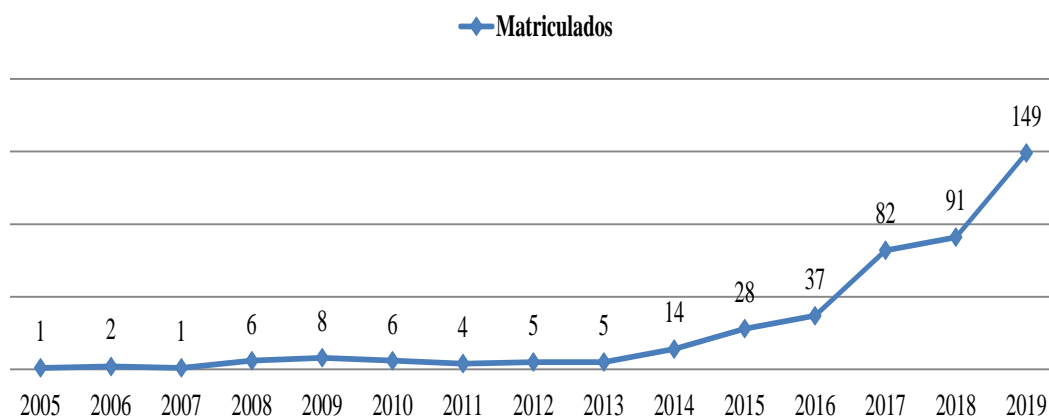
Gráfico 2 – Evolução dos números de inscritos: quilombolas e aldeados indígenas



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

2.1.5.2 *Evolução do número de ingressos*

O acesso por meio das cotas para remanescentes de comunidades quilombolas foi aprovado pela UFBA em 2004 e entrou em vigor na seleção do ano seguinte (UFBA, 2004). Portanto, os dados demonstrados no Gráfico 3 são referentes ao número de ingressos cotistas dessa categoria que foram disponibilizados a partir do 1º semestre de 2005 (2005.1). Desse gráfico, pode-se perceber que o número de ingressos se manteve com baixa entrada, oscilando entre 1 e 8 ingressos até o ano de 2013. A partir de 2014, o número de matrículas aumentou, passando de 5 em 2013 para 14 matriculados em 2014, um salto de quase 200% em relação a 2013. No último certame, foram 148 matrículas, que comparado a 2014, é um aumento significativo de ingressos por esse tipo específico de cotas. Do somatório final de todas as matrículas desde 2005.1 até 2019.2, totalizaram 439 estudantes remanescentes de comunidades quilombolas.

Gráfico 3 – Evolução das matrículas por ano: quilombolas

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

2.1.5.3 Dados sobre conclusão, permanência e evasão

Com base na análise das tabelas fornecidas pelo sistema acadêmico da Universidade, foi possível classificar em categorias por situação de matrícula do estudante. Essas categorias são dadas pelo próprio sistema que indicou ter, ao longo do processo de inclusão dos estudantes cotistas em questão, desde 2005 até 2019.2, a seguinte situação, na tabela 1:

Tabela 1 – Situação de matrícula: remanescentes de comunidades quilombolas (2005 a 2019.2)

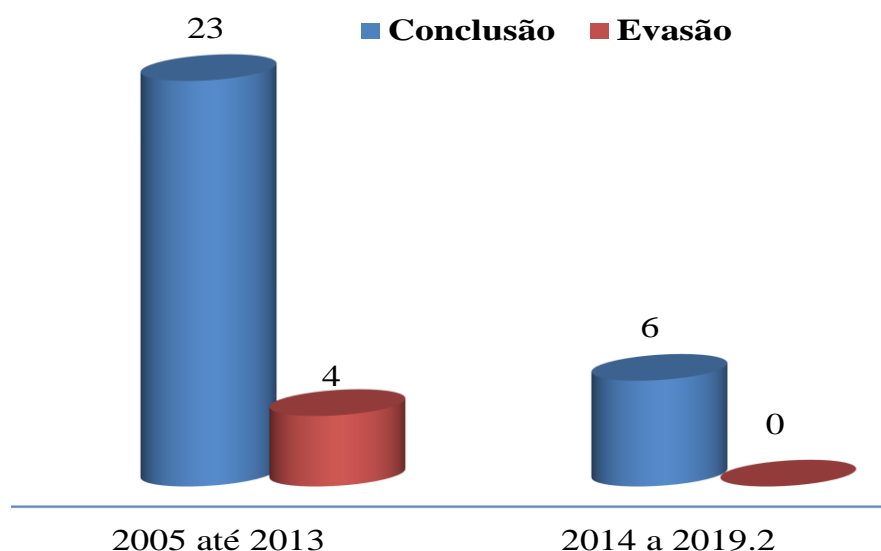
| Situação de matrícula | | Quantitativo |
|-----------------------|--|--------------|
| 1. | Recusa de Matrícula em Inscrição de Disciplina | 4 |
| 2. | Graduado | 29 |
| 3. | Vaga Cancelada por Decisão Judicial | 0 |
| 4. | Mudança de Habilitação | 1 |
| 5. | Matrícula Ativa | 391 |
| 6. | Aguardando Colação de Grau | 3 |
| 7. | Decurso Prazo Máximo | 1 |
| 8. | Integrado à UFOB - Lei 12.825 | 2 |
| 9. | Mudança de Curso | 7 |
| 10. | Cumpriu Grade Curricular | 1 |
| Total | | 439 |

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

No decurso de 14 anos, após a inclusão dessas cotas para remanescentes quilombolas, considerando o quantitativo total de 439 matrículas, somente 4 (quatro) estudantes tiveram suas matrículas canceladas por falta de inscrição de disciplinas (ou seja, por evasão), sendo que os 4 cursavam respectivamente os cursos de: Ciências da Computação, Administração, Farmácia e Medicina Veterinária. Quanto aos números de conclusão, graduaram no total 29 estudantes, sendo a maioria conclusões anterior a 2014.

Conforme demonstrado no Gráfico 4, até 2013 foram 23 graduações e 4 evasões. Considerando que até 2013 havia somente 38 matrículas, significa que 60,5% dos matriculados de 2005 a 2013 já estavam diplomados. A partir das matrículas de 2014.1 até 2019.1, nenhum estudante havia evadido ou obtido suas matrículas canceladas por descumprimento às normas acadêmicas.

Gráfico 4 – Comparativo entre Conclusão e Evasão

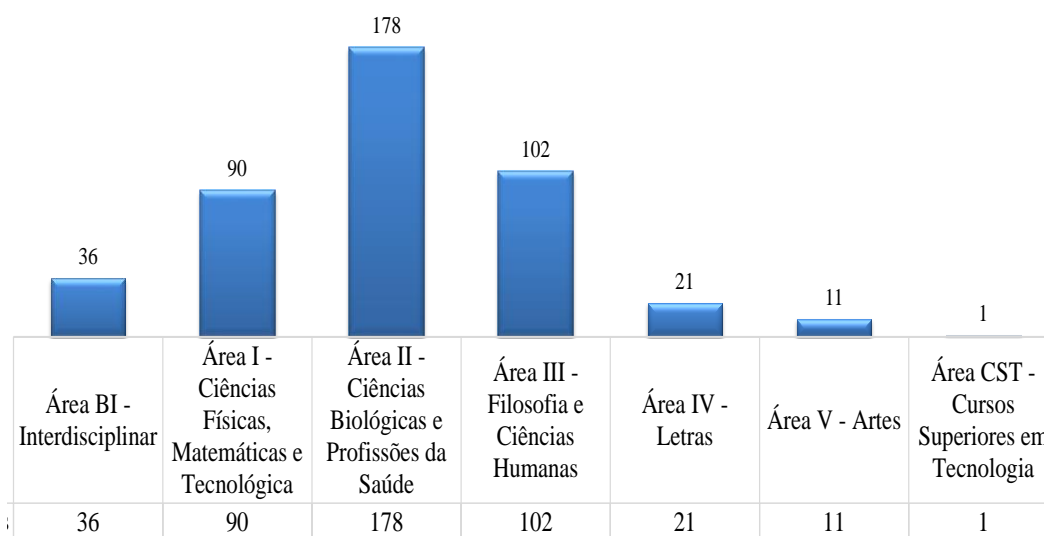


Fonte: Elaborado pela autora (2020)

2.1.5.4 *Cursos e áreas de interesse*

Para análise dessa categoria, optou-se por enquadrar as escolhas formativas dos estudantes em áreas do conhecimento de forma que possibilitasse uma melhor compreensão dos resultados. A primeira opção foi dispor os cursos em Áreas do Conhecimento (Grande Área), conforme estabelecido pela UFBA (disponíveis em: <https://ufba.br/cursos>) e representado no gráfico seguinte:

Gráfico 5 – Número de estudantes quilombolas matriculados *versus* áreas do conhecimento



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Como resultado, foi possível identificar que, para ambos os grupos, há uma maior predominância nas escolhas formativas para os cursos da Área II – Ciências Biológicas e Profissões da Saúde (cerca de 40,5% das matrículas), Área III – Filosofia e Ciências Humanas (23,2% das matrículas); e área I – Ciências Físicas, Matemáticas e Tecnológicas (cerca de 20,5% das matrículas).

As áreas de menor interesse são da Área V – Artes e da Área CST – Cursos Superiores em Tecnologia, que contam com 11 (onze) e 1 (um) matriculados respectivamente.

No que concerne a Área II, os cursos com maior número de matriculados são: Farmácia (25), Enfermagem (21), Medicina (20), Psicologia (19), Ciências Biológicas (19) e Nutrição (18). Na área III, a predominância está nos cursos de Letras (21), Pedagogia (15) e Direito (12).

O curso com maior número de matrículas na Área I é: Geografia (13) e na Área V, o curso de Dança (9). Os cursos com menor número de matrícula são: Artes Cênicas (1), Design (1), Engenharia de Agrimensura e Cartografia (1), Gênero e Diversidade (1) e Superior de Tecnologia em Transporte Terrestre (1).

Quanto à habilitação dos cursos de Bacharelados e de Licenciaturas, foi possível identificar, após análise da Tabela 2, que a maior parte está cursando bacharelados, ou seja, 334 estudantes e apenas 105 matriculados em licenciaturas.

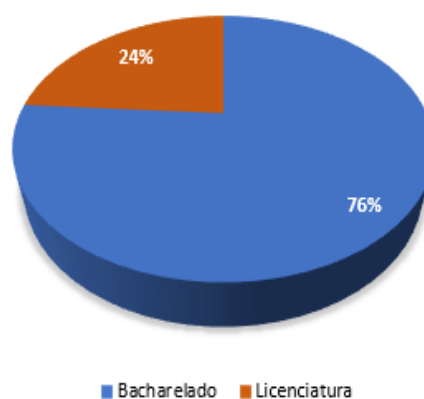
Tabela 2 – Número de matriculados por habilitação: remanescentes de comunidades quilombolas (2005 a 2019.2)

| Modalidade do Curso | Total (439) |
|---------------------|-------------|
| Bacharelado | 334 |
| Licenciatura | 105 |

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Subentende-se que, para esses estudantes, a carreira técnica mostra-se mais atrativa do que a formação para o magistério, compreendendo que a escolha para o Bacharelado é equivalente a 76% (setenta e seis por cento) das escolhas formativas desses estudantes em comparação com as licenciaturas que é de 24% (vinte e quatro por cento), conforme gráfico 6.

Gráfico 6 – Percentual de matriculados por curso/habilitação



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Mediante os resultados apresentados, compreende-se a fundamental relevância das políticas públicas ao aproximar o Estado das populações remanescentes de quilombos e ao ser basilar no processo de reconhecimento e inserção das comunidades nos espaços em que mantinham-se apartadas por um processo histórico de exclusão (LARCHERT; OLIVEIRA, 2013), principalmente quanto ao acesso à educação superior.

2.1.6 Considerações finais

A Universidade pública, por sua função social, deve atuar como promotora no desenvolvimento de ações que visem a emancipação intelectual dos cidadãos, sendo um instrumento que contribua para a ascensão da parcela da população historicamente excluída

do acesso ao ensino acadêmico. Acredita-se, portanto, que, ao se engajar na oferta de ações afirmativas que visem a inclusão de estudantes por meio das cotas raciais, a universidade está exercitando o seu dever de instituição cidadã e colaborando para o fortalecimento da democracia e da justiça social.

Neste ínterim, a UFBA, a partir de 2005, com as cotas raciais específicas para quilombolas, grupo étnico que carrega o estigma da exclusão social fruto de um processo de colonização, tem possibilitado que esses cidadãos também tenham o direito de ocupar o espaço universitário que tradicionalmente era ocupado pelas classes e grupos mais privilegiados. Neste contexto, a UFBA tem se tornado mais democrática e mais plural.

Considerando os tempos formativos distintos para cada curso e a singularidade da itinerância formativa de cada estudante, conclui-se que as taxas de permanência dos estudantes são satisfatórias, uma vez que só há registro acadêmico de 4 estudantes evadidos dentro de um grupo de 439 estudantes, em 14 anos da implantação desse tipo específico de cotas. Também se compreende que a taxa de conclusão é exitosa, pois, dentro do tempo formativo de 8 anos, com um grupo de 38 estudantes, 23 completaram suas graduações, significando 60,5% de conclusão. É notório também que os cursos tradicionalmente ocupados pelas elites brancas da sociedade, como Medicina e Direito, estão sendo espaço de formação para remanescentes de comunidades quilombolas, fator de importante transformação do cenário educacional brasileiro.

Contudo, compreende-se que a limitação dessa pesquisa está em identificar se a permanência desses estudantes tem de fato proporcionado uma devida inclusão igualitária, quando comparados aos demais grupos étnicos-raciais que fazem parte do escopo estudantil. Para tanto, será necessário ouvir a percepção desses estudantes e o significado para eles de fazer parte da Universidade.

Cabe destacar também que os cortes orçamentários na educação superior a partir da mudança na gestão presidencial em 2016, que se intensificou a partir de 2019 com a assunção do novo governante, impactou diretamente na continuidade das políticas de ações afirmativas, principalmente para os remanescentes quilombolas que necessitam de auxílio estudantil para a sua permanência na universidade. O governo atual reduziu drasticamente o recurso orçamentário das universidades públicas, especificamente da UFBA que foi uma das universidades mais atingidas com o contingenciamento, e suprimiu cerca de 40% (quarenta por cento) previsto para o funcionamento da Universidade em 2019 (Correio, 2019). Esse mesmo governo vem demonstrando descaso pelas cotas e demais políticas que visam a promoção da justiça social. Por essa razão, o momento político é crítico para a manutenção

da universidade pública, plural e inclusiva; os brasileiros não devem manter-se apáticos aos ataques à educação. Considerando que o direito à educação, por ser um direito humano, é um direito de todos, cabe a sociedade resistir e cobrar dos governantes atitudes condizentes com os anseios da maioria da população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. *et al.* **Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2005.

IBGE. **PNAD - Contínua 2017: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano.** Agência IBGE Notícias. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 14 de ago. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. **Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 12 de ago. 2019.

BRASIL. Casa Civil. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 11 de ago. 2019.

CAMPOS, L. A. Racismo em três Dimensões: Uma abordagem realista-crítica. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000300503&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 11 ago. 2019.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CORREIOS. **MEC amplia bloqueio de recursos para a UFBA: corte pode passar de R\$ 55 milhões.** 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mec-amplia-bloqueio-de-recursos-para-a-ufba-corte-pode-passar-de-r-55-milhoes/>. Acesso em 16 ago. 2019.

DINIZ-PEREIRA, J. E.; Soares, L. J. G. Formação de Educadoras/es, diversidade e compromisso social. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100207&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 jul. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Comunidades certificadas. **In: Certificação Quilombola**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 12 ago. 2019.

FURTADO, M. B.; Pedroza, R. L. S., & Alves, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, 2014, p. 106-115.

LARCHERT, J. M.; Oliveira, M. W. de. Panorama da educação quilombola no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, 2013, p. 44-60. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/45656/28836>. Acesso: 30 jun. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso: 11 ago. 2019.

RICHARDSON. R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres (*et al.*). São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, E. S.; VELLOSO, T. R.; NACIF, P. G. S.; SILVA, Ga. Oferta de Escolas de Educação Escolar Quilombola no Nordeste Brasileiro. **Educação & Realidade**, fev. 25, 2019.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 1, de 26 de julho de 2004**. Altera a Resolução 01/2002 do CONSEPE. Estabelece reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do Vestibular. Disponível em: <https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001.2004.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 03/2012**. Altera o Art. 3º e o Art. 5º da Resolução nº 01/2004 do CONSEPE. 2012. Disponível em: https://ingresso.ufba.br/sites/ingresso.ufba.br/files/resolucao_03.2012_1.pdf. Acesso em: 09 ago. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Tradução Daniel Grassi, Porto Alegre: Artmed, 2001.

2.2 ARTIGO 2 - AÇÕES AFIRMATIVAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS, LIMITAÇÕES E DESAFIOS COM ÊNFASE NO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS

2.2.1 Breve análise histórica das ações afirmativas

As ações afirmativas, modalidade de política pública baseada na concepção de uma discriminação positiva, têm por principal objetivo resolver problemas advindos da persistência de desigualdades socioeconômicas e raciais perpetrada por padrões sociais excludentes. (FERES JR; DAFLON, 2015; THEODORO, 2008). Desde 1930, existe a preocupação com a redução das desigualdades no mundo. O país pioneiro foi a Índia que criou o sistema de cotas raciais, permitindo o acesso ao ensino superior para os Dalits, classe pobre e discriminada, situada na base do sistema de castas indiano (HOFBAUER, 2015). Atualmente na Índia, as cotas são obrigatórias no serviço público, na educação e em todos os órgãos estatais (SILVA; SILVA, 2012).

Nos Estados Unidos, a luta pela implementação de políticas de ações afirmativas surgiu na década de 60. Já na Inglaterra, surgiu durante a década 80, em decorrência do aumento da população não-branca e das dificuldades do poder judiciário em responder às demandas específicas deste público (THEODORO, 2008).

Na contemporaneidade, devido às lutas dos grupos sub-representados da sociedade, ações afirmativas estão sendo adotadas por vários países da Europa Ocidental, Malásia, Sri Lanka, Nigéria, África do Sul, Austrália, Canadá, Cuba, Argentina, dentre outros (MOEHLECKE; SOWELL *apud* SILVA, 2012).

Existem hoje, como medidas de política afirmativa: o aumento da participação dos grupos discriminados em determinadas áreas de emprego ou no acesso à educação por meio de cotas; a concessão de bolsas de estudo; a prioridade em empréstimos e contratos públicos; a distribuição de terras e moradias; as medidas de proteção diferenciadas para grupos ameaçados; dentre outras.

As ações afirmativas fazem parte de uma política pública preventiva e reparadora que visa permitir que grupos discriminados tenham acesso à educação, à saúde, ao emprego, à aquisição de bens materiais, às redes de proteção social e de reconhecimento cultural, reduzindo assim as desigualdades produzidas pelas estruturas socioeconômicas, culturais e educacionais (SILVA; GRAÇA NETO; DANIELI JÚNIOR; RAMALHO, 2017).

Segundo Silva *et. al* (2013), as ações afirmativas não estão limitadas aos aparatos judiciais de reparação. Referendado por Gonçalves e Silva (2009, p. 264), este declara que as ações afirmativas visam “corrigir desigualdades no acesso à participação política, educação, saúde, moradia, emprego, justiça, bens culturais; reconhecer e reparar crimes de desumanização e extermínio contra grupos e populações”.

No contexto brasileiro, foi a partir dos anos 90 que começam a ser formuladas ações pontuais que culminaram em políticas de promoção da equidade (THEODORO, 2008). Todavia, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, já se sinalizava medidas de inclusão, ao instituir (VIII, art. 37) a reserva de vagas em cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência (BRASIL, 1988). *A posteriori*, o percentual de vagas (de 5% até 20%) foi regulamentado pela Lei 8.112/1990 e pela Lei 8.213/1991 e pelo Decreto n. 3.298/1999 que ampliaram esse direito para o setor privado.

Foi através das lutas dos movimentos sociais, particularmente do Movimento Negro, que foi feita a construção de políticas de ação afirmativa. O sistema de cotas é o mais utilizado e conhecido no Brasil e consiste em “estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado, em área específica, por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível” (MOEHLECKE, *apud* SILVA, 2012).

As principais ações em âmbito federal direcionadas para o público afrodescendente e indígena foram: a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 que incluíram a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica; a Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, e ampliou a obrigatoriedade para o currículo dos cursos ofertados pelas instituições de educação superior. Além delas, há a Lei 12.711/2012 que estabeleceu cotas no Ensino Superior, garantindo a reserva de 50% de vagas nos cursos de graduação para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas.

No contexto argentino, o combate à desigualdade educacional no âmbito da educação superior emerge desde 1918, em Córdoba, através do movimento estudantil por igualdade de oportunidades, na ocasião em que foi aprovada a reforma universitária que estabeleceu princípios de autonomia e identidade universitárias. Soma-se a esses fatores a ampliação do acesso por meio da instituição de novas universidades, a exemplo das criadas em La Plata em 1905. Outras universidades públicas surgiram nas décadas posteriores, além de universidades privadas.

A oposição dos estudantes argentinos à ditadura trouxe a consolidação do modelo de acesso aberto as universidades públicas, sem necessidade de seleção para admissão em um curso universitário. Com isso, começa a se falar em democratização do ensino (SIASNABÁR-ROVELLI, 2016, p.87). Contudo, apesar dessa medida ampliar o número de matrículas, os mais favorecidos continuaram a ter acesso aos cursos, em detrimento dos mais pobres, portanto, sem proporcionar uma inclusão social equitativa.

No período entre 2008 e 2015, o governo argentino, através do seu Ministério Nacional de Educação, promoveu vários programas de bolsas e reformas com o intuito de combater a desigualdade de oportunidades. Lançou o Programa Nacional de Bolsas Universitárias (PNBU), o Programa Bicentenário de Bolsas de Estudo (PNBB) e o Programa Argentino de Apoio ao Estudante (PROG.R.ES.AR), dentre outras medidas de política pública para a permanência dos estudantes no ensino superior (SUASNABÁR-ROVELLI, 2016, p. 84).

Considerando o contexto apresentado, o propósito geral deste artigo é identificar as ações afirmativas implementadas por três universidades situadas no Estado de Bahia: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), além do conhecimento de uma outra realidade diferente do Brasil com o intuito de ampliar as ações sociais, após uma compreensão das medidas adotadas na Universidade Nacional de La Plata (UNLP), província de Buenos Aires, Argentina, com o objetivo de realizar uma análise comparativa.

A investigação ocorreu mediante estudo de caso, com abordagem qualitativa. O objeto de estudo centrou-se nas ações afirmativas implementadas pelas instituições de ensino superior selecionadas. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e da análise documental, considerando os documentos oficiais disponibilizados pelas instituições supracitadas, que versam sobre ações e estratégias que visam à inclusão mediante reservas de vagas para grupos sociais sub-representados e/ou ações dedicadas a reduzir a evasão e garantir a permanência do público socialmente mais vulnerável.

Essa análise comparativa parte do princípio da identificação de outras políticas sociais que possam ser agregadas as ações realizadas pela UFBA. Buscou-se com isso contribuir com a gestão e a governança da universidade no que se refere à implementação da política de assistência estudantil, aprimorando os processos de gestão inclusiva/participativa e de qualificação da formação acadêmica dos estudantes quilombolas, além de ampliar a compreensão sobre as questões e desafios que envolvem o processo de inclusão social na Universidade. Buscou-se a UFRB por ser a universidade federal mais antiga, no estado da Bahia, depois da UFBA. A UNEB, por ser a primeira universidade estadual a aderir ao sistema de cotas. A UNLP, por ser uma universidade estrangeira, latino-americana e por ser próxima ao Brasil, e, além disso, devido a UNLP ser uma das principais universidades do país e do mundo a expandir conhecimentos culturais, artísticos e científicos, além de ser a maior da Argentina.

2.2.2 As políticas de ações afirmativas nas universidades selecionadas

As universidades públicas brasileiras, até 2012, em sua maior parte, utilizavam mecanismos de seleção institucionais próprios para acesso aos seus cursos de graduação. A partir de 2012, por estímulo do governo federal, houve uma grande adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), mediante resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) realizado pelos estudantes. Com a nota obtida neste exame, os estudantes podem pleitear uma vaga em qualquer universidade que aderir ao SISU. É o caso das Universidades baianas UFBA, UNEB e UFRB, todas com ingresso mediante SISU. Há também um fator de diferenciação que é o ingresso de remanescentes de Comunidades Quilombolas e Indígenas, no qual esse público obtém reserva e seleção específicas. Essa medida inclusiva parte da compreensão da urgente necessidade de democratização da educação com o intuito da redução das desigualdades e de mais oportunidades para os historicamente excluídos.

Diferentemente do Brasil, a Universidade Nacional de La Plata, província de Buenos Aires, e todas as universidades públicas argentinas, oferecem vagas no ensino superior sem a obrigação de ser aprovados em uma seleção prévia.

O papel da universidade é transformar cidadãos com o objetivo estratégico para assumir perante a nação seu desenvolvimento social. Compreende-se também que a escolaridade é um fator importante na mobilidade social entre as classes desprivilegiadas e aquelas mais favorecidas. Portanto, são imprescindíveis medidas socioeducativas que favoreçam a redução e quiçá a eliminação de desigualdades raciais para o alcance de oportunidades educacionais e de ascensão social.

2.2.2.1 A política de ações afirmativas na Universidade Federal da Bahia

Com base no levantamento feito pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), em artigo publicado em 2015, das 38 universidades públicas estaduais, 34 possuem alguma modalidade de política de ação afirmativa. Vale salientar que estas práticas são de iniciativa destas universidades ou de legislação estadual, uma vez que permanecem fora do escopo da lei federal, apresentando características próprias (EURÍSTENES et al, 2015). Em 2016, todas as universidades federais aderiram ao sistema de cotas, apesar de antes da promulgação da Lei 12.711/2012, muitas já ofereciam cotas como forma de acesso ao ensino superior.

Contudo, desde 2004 que a Universidade Federal da Bahia estabelece reserva de vagas baseadas em critérios sociais e raciais, por meio de Programa Institucional de Ações Afirmativas. A partir de janeiro de 2005, 45% das vagas passaram a ser restritas para candidatos egressos de escolas públicas. Dentre as vagas destinadas àqueles que cursaram o ensino médio no ensino público, 81,2% das vagas são destinadas aos que se declararam pretos ou pardos no ato da inscrição para o exame vestibular, 14,3% de qualquer etnia ou cor e 4,4% de índios descendentes (SILVA; SILVA, 2012).

Estudos realizados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) mostram a evolução do perfil dos graduandos, considerando os processos seletivos massivos, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a criação de mais de 300 campi no interior do País e a Lei de Cotas, criada em 2012, que garantiu o ingresso de 32% dos estudantes que compõem o corpo discente das 63 universidades federais brasileiras (ANDIFES, 2019). O número de alunos negros quase triplicou de 2003 a 2014. Juntos, negros e pardos já representavam, há três anos, 47,5% do total de estudantes das universidades federais do Brasil (ANDIFES, 2019). Os outros levantamentos feitos pela associação mostram, ainda, que dois terços dos universitários têm origem em famílias com renda média de 1,5 salário-mínimo. Os dados desmistificam a ideia de que os alunos de universidades públicas pertencem às camadas sociais predominantemente com rendas altas (ANDIFES, 2019). Esse cenário, entretanto, só foi possível por meio das políticas de ação afirmativas.

Dados obtidos por meio da V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES 2018, divulgados pela Assessoria de Comunicação da UFBA (UFBA, 2019) e realizados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), constata-se que a UFBA é inclusiva, diversa e predominantemente negra, jovem e feminina, e que 75,6% dos seus estudantes se declaram negros, pardos ou indígenas. Consta neste artigo que:

A amostra de 5774 estudantes de graduação da UFBA que responderam à pesquisa, de um total de 38,6 mil (número que faz da Universidade a quarta maior entre as federais nesse quesito, atrás apenas das universidades do Pará, do Rio de Janeiro e Fluminense), revela que, 15 anos após o início da política de acesso por cotas sociais e raciais, 3 a cada 4 graduandos são considerados negros (soma dos que se autodeclararam de cor preta, parda e indígena). Isso significa que, hoje, o perfil racial dos estudantes da Universidade corresponde quase plenamente à composição racial da Bahia: 75,6% dos alunos são negros na UFBA, ante 76,7% de negros no Estado, segundo a PNAD/IBGE de 2018. O percentual de negros na UFBA é bastante superior ao do conjunto das universidades federais (51,2%, o maior da série histórica da pesquisa) e ao da população brasileira (60,6%, também segundo a PNAD). Na comparação com as outras 64 universidades e institutos federais (IFES) que participaram da pesquisa, a UFBA é, disparada, a que tem maior número de alunos autodeclarados pretos: 32,2%, ante 15,5% no Nordeste, e 12% no

país. A pesquisa permite estimar que 62,3% do alunado de graduação seja composto por mulheres, acima do percentual nacional (54,6%). O percentual de ingressantes por cotas também supera o percentual nacional (45,1% x 41,9%), muito embora o total de alunos que vêm de escolas públicas seja um pouco menor na comparação com o conjunto das federais (57,7% x 64,7%).

A UFBA vem promovendo diversas ações e espaços para o debate em torno da necessidade de ampliação das ações afirmativas, incluindo a importância da reserva de vagas. Uma destas ações é o Congresso da UFBA, evento realizado anualmente desde o início da gestão do atual Reitor Prof. Dr. João Carlos Salles. Este evento, que conta com a participação de estudantes, professores, pesquisadores e a comunidade em geral, proporciona a convergência de diversas temáticas sobre o tema. Entre elas, propostas de assistência aos estudantes e reservas de vagas na pós-graduação, contemplando: identidade étnico-racial e de gênero, cuidados necessários com os estudantes indígenas, o respeito às diversidades, dentre outras medidas que conduza a universidade para mais desafios e superações.

Nos últimos anos, principalmente a partir das políticas de expansão da educação superior iniciada no Governo Lula, a UFBA cresceu e multiplicou o número de estudantes nos seus cursos, e atualmente há cerca de 35 mil graduandos. A política de reserva de vagas proporcionou significativa mudança étnico-racial nos campi universitários.

Destarte, alguns fatores socioeconômicos impactam diretamente na permanência dos estudantes cotistas na Universidade. A hipossuficiência é um desses fatores cruciais. Dados recentes publicados pela UFBA corroboram com esta análise ao indicar que 69,1% dos estudantes têm renda familiar média per capita de até 1,5 salário-mínimo, praticamente o mesmo patamar do conjunto das IFES, que é de 70,2%. Apesar do quadro apresentado somente 27% (ou seja, 1 a cada 4) dos estudantes cotistas de baixa renda foi ou é beneficiado por alguma ação de assistência estudantil, isso devido à falta de recursos suficientes para atender à demanda. A UFBA utiliza 100% dos seus recursos destinados a essa área, com: auxílios alimentação e moradia, atendimento médico, assistência de transporte, dentre outros. Para a Pró-Reitora de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas, Cássia Virgínia Maciel, o compromisso da UFBA com as ações afirmativas torna esta universidade mais abrangente e transversal, já que a consolidação da Universidade pública, gratuita e de qualidade, está atrelada a permanência dos seus estudantes, sendo o alicerce dessas garantias (SANGIOVANNI, CALDAS, 2019).

O Pró-Reitor de Ensino de Graduação (PROGRAD) da UFBA, Prof. Dr. Penildon Silva Filho, relata que “provavelmente a maior parte da evasão estudantil é por motivo socioeconômico”. Ele também avalia que: “Se quisermos ter eficiência no gasto público,

temos que investir mais na assistência estudantil, para evitar vagas ociosas. O investimento na assistência estudantil não aumenta o custo da universidade, na verdade, aumenta sua eficiência, porque de nada adianta ter vagas ociosas”, pois elas seriam o maior entrave, por serem “um investimento que não tem retorno” (SANGIOVANNI, CALDAS, 2019).

Dentre as limitações e desafios, pode-se destacar também um preocupante quadro mostrado nos dados divulgados pela UFBA:

Nove em cada 10 alunos da UFBA relatam enfrentar alguma dificuldade que interfere diretamente em sua vida ou no contexto acadêmico – dado próximo ao percentual nacional, 86%. Entre as mais frequentes estão a falta de disciplina ou hábito de estudo (32,5%), dificuldades financeiras (29,5), problemas emocionais (28,4%), carga excessiva de trabalhos estudantis (26%), tempo de deslocamento para a universidade (25%) e problemas de relacionamento familiar (18,4%). (SANGIOVANNI, CALDAS, 2019).

Considera-se que a evasão nos cursos é devida a vários fatores como a falta de recursos para manter os estudos, a falta de disciplina ou hábitos para os estudos, um ensino médio deficitário, a baixa autoestima refletindo em problemas emocionais, além da baixa atratividade da Universidade para os estudantes de escolas de públicas, por pensar ser inacessível a eles.

Considera-se, portanto, que existem vários desafios a serem superados. Um deles é a articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão de forma que o projeto pedagógico seja criativo e inovador, e que agregue as multiculturas existentes na universidade, que abrace suas diferenças, incluindo-as e permitindo a sua permanência na construção da sua história.

O ensino deve alcançar todos os discentes com a mesma qualidade, para isso a UFBA possui projetos e programas permanentes que contribuem para a formação dos seus estudantes, tais como: Programa Permanecer - concede bolsas acadêmicas a estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica e vinculadas a projetos de iniciação à pesquisa, extensão e iniciação ao ensino; Projeto Conviver - produz e publica livros científicos e literários de autoria de estudantes de graduação em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica; UFBA em Paralaxe - age na superação e no combate dos preconceitos e discriminações que impactam na qualidade de vida e na autoafirmação desses segmentos, refletindo portanto no desempenho acadêmico; Apoio a atividades de lazer e esporte e; Projeto de Formação Continuada - oferecem cursos aos servidores docentes e técnicos-administrativos, com a finalidade de promover o conhecimento sobre as ações afirmativas, a convivência universitária, a assistência estudantil e a inclusão, dessa forma, combatendo preconceitos existentes.

Dentre os desafios e avanços da universidade, a mudança de destaque foi a adoção de um novo modelo de assistência estudantil, sendo criado em 2006, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas (PROAE) através da Resolução n. 05/2006, o que permitiu que o sistema de cotas se fortalecesse, tornando real o direito de ensino para todos, assumindo, por fim, o compromisso da inclusão social.

A PROAE tem o compromisso de garantir a permanência de estudantes de graduação em situação de risco socioeconômico no curso escolhido e de combater as desigualdades sociais e a discriminação de grupos excluídos dos espaços legitimados do poder, a saber: mulheres, negros(as), indígenas, comunidade LGBT, pessoas com necessidades especiais, ciganos(as), dentre outros grupos, situação histórica que se perpetua até os dias atuais.

Todos os esforços são realizados para assegurar aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica um bom desempenho na realização do seu curso, uma vez que esses têm a maior probabilidade de adiar sua formação acadêmica ou até mesmo de abandonar os cursos, devido às adversidades que se apresentam no dia a dia. Contribui para que os discentes em situação de vulnerabilidade sejam atendidos com moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, em atendimento ao compromisso com as ações afirmativas. Desenvolve também ações para a participação e o aprendizado de estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação (PROAE, 2019).

Os estudantes indígenas e quilombolas, além dos auxílios citados acima, recebem o auxílio-acolhimento que corresponde a duas parcelas por mês de um determinado valor com o intuito de ajudar o estudante a se organizar financeiramente nos primeiros meses da vida acadêmica.

A UFBA também possui na sua estrutura administrativa a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), órgão estruturante da Administração Central, que atende às solicitações acadêmicas dos estudantes e docentes de graduação. Tem como sua maior responsabilidade o diagnóstico das não conformidades e a proposição de políticas relacionadas ao ensino de graduação. Os papéis da PROGRAD são: implementar políticas, projetos e programas de acesso, ensino e avaliação dos cursos de graduação da UFBA; promover a qualidade do ensino de graduação com ações que integrem o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com a legislação vigente e com o Plano de Desenvolvimento Institucional; e coordenar atividades relativas ao ensino de graduação (PROGRAD, 2019).

Das atividades ligadas diretamente aos estudantes, a Pró-Reitoria administra as bolsas do Programa de Educação Tutorial (PET) que foram criadas para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e que atendam às necessidades do próprio curso de graduação. Também é responsável pela Bolsa Monitoria que é fornecida ao discente que auxiliar o professor, monitorando grupos de estudantes em projeto acadêmico e visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação. Busca intensificar e assegurar a cooperação entre estudantes e professores nas atividades básicas da Universidade, relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, assim como subsidiar trabalhos acadêmicos orientados por professores, através de ações multiplicadoras e da mobilidade acadêmica que permite aos alunos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras realizar intercâmbio entre elas (PROGRAD, 2019a).

Em relação às ações afirmativas, a PROGRAD trabalha em parceria com a PROAE na luta pela aprovação de medidas que avancem e proporcionem mais oportunidades aos discentes carentes.

Em entrevista com o Prof. Dr. Penildon Silva Filho, Pró-Reitor de ensino de graduação, este afirma que a PROGRAD tem o dever de salvaguardar a decisão do Conselho Universitário na aprovação de vagas supranumerárias que garantem 1 vaga para estudantes quilombolas e 1 para indígenas, em cada curso da UFBA, assim como todas as medidas de ações afirmativas em prol da comunidade acadêmica.

A PROGRAD tem como uma de suas estratégias apresentar a universidade aos estudantes de escolas públicas, através do projeto “UFBA mostra sua cara” que, desde 2015, vem percorrendo as escolas e falando sobre os cursos que a universidade oferece, as oportunidades de atuação no mercado de trabalho e os benefícios para os estudantes carentes. Uma política permanente de aproximação ao público secundarista (PROGRAD, 2019b) tem por objetivo facilitar a troca de experiências e informações profissionais, fortalecendo o ensino de graduação e divulgando os valores da universidade.

2.2.2.2 *O caso da Universidade Estadual da Bahia (UNEB)*

A Universidade do Estado da Bahia é uma instituição pública de ensino superior, estruturada em multicampi e multirregional, estruturada com base no sistema binário e administrada de forma descentralizada. Suas sedes principais estão localizadas nos bairros do Cabula e Imbuí na cidade de Salvador, porém está presente geograficamente em todas as regiões do estado, possuindo 24 campi, e estando presente na quase totalidade dos 417 municípios, marcando presença através dos programas e atividades de extensão estabelecidos com parcerias públicas e privadas, beneficiando os cidadãos baianos desfavorecidos. É considerada a maior universidade do estado da Bahia. Possui em torno de 150 cursos entre graduação e pós-graduação nas modalidades presenciais e a distância (UNEB, 2019).

A universidade se aproxima da sociedade desenvolvendo as seguintes ações: alfabetização e capacitação de jovens e adultos em situação de risco social; educação em assentamentos da reforma agrária e em comunidades indígenas e quilombolas; projetos de inclusão e valorização voltados para pessoas deficientes, da terceira idade, LGBT, entre outros; além de pesquisas voltadas para a região em que atua. Produz na área da robótica e em jogos eletrônicos pedagógicos, sendo reconhecida nacional e internacionalmente. Com a concessão de bolsas de monitorias, estimula-se os estudantes a participarem das pesquisas dos programas de iniciação científica (UNEB, 2019).

A UNEB tem por compromisso trilhar o caminho da excelência acadêmica como sua missão social, participando de forma ativa do desenvolvimento sócio educacional e econômico do estado da Bahia e do Brasil, e para isso, conta com a parceria de sua comunidade acadêmica, de outros parceiros e de toda sociedade (UNEB, 2019).

A UNEB, além de ser a primeira universidade estadual a aderir ao sistema de cotas, se destaca por suas ações de desenvolvimento em territórios regionais e por ter sido avaliada pela *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*, ficando entre as dez melhores instituições brasileiras das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, ficando atrás apenas de universidades federais, ou seja, a mais bem avaliada instituição estadual dessas três regiões (UNEB, 2019).

No regimento geral desta universidade consta a sua missão, que está vinculada à produção, à difusão e à socialização do saber, destacando seu objetivo central que é a formação do cidadão de maneira integral, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, com base nos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social, da pluralidade étnico-cultural e dos demais princípios do Direito Público.

Em relação ao sistema de cotas, a UNEB reserva 40% do total de vagas para negros desde 2003, sendo a pioneira na implantação das cotas. Em 2008, cerca de 5% das vagas foram reservadas para os indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação, sendo ampliado em vagas supranumerárias, em 2018, para quilombolas, ciganos, transexuais, travestis e transgêneros, pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades. Cada grupo conta com essa porcentagem em todos os cursos. A UNEB, desde a sua criação, foi concebida para ter um compromisso com as ações afirmativas. Seus programas seguem em direção às práticas de igualdades entre a sua comunidade universitária, sem distinção étnica, racial, cultural, de gênero, de geração/faixa etária, de inserção territorial-geográfica, de condições físicas e/ou históricas desvantajosas e outras.

As ações afirmativas foram concebidas para reparação e redução das desigualdades sociais historicamente estabelecidas. A UNEB vem com esse objetivo ao se expandir para o interior do Estado, levando o ensino superior à população que não sonharia em adentrar na universidade que, até então, estava longe do seu alcance geográfico e economicamente distante. Porém, acessar uma vaga na universidade não se constitui no único problema, mas sim permanecer nela. Com esse intuito, a UNEB criou, em 2014, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF) que parte da concepção de dar visibilidade aos cotistas, realizando ações de valorização, incentivo a pesquisa, extensão e acesso à pós-graduação.

Isso é um diferencial em relação às outras universidades aqui analisadas, uma Pró-Reitoria específica de Ações Afirmativas, a qual é um órgão da administração superior responsável pela coordenação geral, supervisão e avaliação do processo permanente de institucionalização da política universitária de ações afirmativas, através da proposição e/ou desenvolvimento, fomento, acompanhamento e normatização das atividades, programas e projetos de inclusão, de promoção da igualdade, de garantia da equidade e de justiça social, no âmbito da comunidade universitária (UNEB, 2019).

Dentre as suas competências, integra o programa afirmativo que é um sistema de bolsas de pesquisa e extensão implantado em 2016. Tem por propósito garantir apoio à permanência e ao sucesso dos estudantes cotistas na universidade, desenvolvendo atividades acadêmicas que forneçam elementos importantes para sua inserção de forma qualificada na dinâmica universitária, bem como para contribuir na sua formação integral, tanto profissional, quanto humana. Esse programa tem um papel importante na estratégia de ressaltar o potencial dos estudantes cotistas, pois são preparados para a produção do conhecimento e, através dele, para a divulgação dos seus resultados, o que os tornam visíveis perante a sociedade, quebrando grilhões no âmbito acadêmico.

Acontece anualmente a Conferência Universitária de Estudantes Cotistas da UNEB (CONFCOTAS). Esse evento reúne representantes de vários setores da comunidade universitária (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos), no qual se discutem propostas para a implementação de políticas afirmativas referentes ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino, e no qual também é feita uma avaliação da efetivação das ações inclusivas, tentando articular, debater, formular e encaminhar questões que possam resolver possíveis problemas existentes, colaborando para a diminuição das desigualdades (UNEB, 2019).

A UNEB tenta, através das suas ações, criar políticas de reconhecimento das diferenças, destacando seus alunos cotistas em debates sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, dando ênfase nos seus aspectos políticos, culturais e históricos.

2.2.2.3 O caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é uma autarquia criada pela Lei nº 11.151 de 29 de julho de 2005, através do desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA. Possui sua sede na cidade de Cruz das Almas, com extensão das suas unidades em outros municípios baianos: Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus. É um modelo de multicampi que assume o compromisso com o desenvolvimento regional, contribuindo fortemente com o país, não só pelo crescimento da região, mas também do Estado, através do desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico. Tem por princípio a criação de marcos de reconhecimento social, oriundos dos serviços especiais prestados no atendimento da população, com a gestão participativa, com o uso de novas tecnologias de comunicação e de informação, com a equidade nas relações entre os *campi*, com o desenvolvimento de um ambiente capaz de viabilizar a educação à distância, com o processo de avaliação institucional permanente e com a adoção de políticas afirmativas de inclusão social. É autônoma nos seus aspectos administrativos, patrimoniais, financeiros e didáticos-pedagógicos (UFRB, 2019).

Na sua estrutura organizacional, é formada por Conselhos, Reitorias, Pró-Reitorias, Centros de Ensino, Superintendências, Assessorias, Comissões e Comitês, Auditoria interna. Possui 65 cursos de graduação, sendo 33 bacharelados, 24 licenciaturas e 8 tecnólogos.

A UFRB, desde 2015, reserva a cada semestre duas vagas por curso para estudantes aldeados ou moradores de comunidades remanescentes dos quilombos, através da abertura de edital para processo seletivo especial. Tal decisão está contida na Resolução Nº 26, emitida

em 15 de dezembro de 2014, do Conselho Acadêmico (CONAC). Em 2015.1, foram oferecidas 56 vagas em 27 cursos; em 2016, abriu seleção para preenchimento de 44 vagas, em 31 cursos de graduação (UFRB, 2016).

No primeiro semestre de 2019, foram oferecidas 41 vagas em 29 cursos, já no segundo semestre letivo, 2019.2, foram abertas 41 vagas para 33 cursos de graduação, distribuídos nos Campi de Cruz das Almas, Cachoeira, Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana e Santo Amaro (UFRB, 2019).

Pode-se destacar o relato do reitor Silvio Soglia o qual declarou, em 2016, que a política de acesso à UFRB é uma ação de reparação a essas comunidades: “Essa é uma forma de diversificar e representar ainda mais o recôncavo em nossa instituição” (UFRB, 2016). Os estudantes são oriundos de dez comunidades quilombolas. No município de São Felix, estão: Engenhoca, Quilombo, Santo Antônio e Vidal, Pau Grande, Santo Antônio da Jaqueira, Terreno do Governo, Engenho de São João e Sumaúma. Na cidade de Salinas, a comunidade de Conceição de Salinas; já em Muritiba, Baixa Grande. Os discentes foram aprovados em cursos de graduação do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) e Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), (UFRB, 2016).

Essa universidade tem, como uma das suas políticas de inclusão, o programa de permanência qualificada (PPQ), que se constitui por um conjunto de políticas articuladas com o propósito de democratizar o ingresso e a permanência do estudante no ensino superior. Atua de forma dialógica e articulada com as partes envolvidas por estas políticas, assumindo a corresponsabilidade e a reciprocidade com as demandas da comunidade acadêmica. Esse programa estabelece a garantia de permanência dos estudantes, ao envolvê-los em projetos de ensino, pesquisa e extensão, em atividades de iniciação científica vinculadas aos projetos de pesquisa existentes nos Centros e em atividades relacionadas à sua formação e ao desenvolvimento territorial, o que conduz a uma formação acadêmica de excelência. Além disso, promove a interação dos estudantes de graduação com pesquisadores da área científica, tecnológica, profissional e artística-cultural que contribua com o desenvolvimento regional. Dentre outras atividades, qualifica a permanência dos estudantes cotistas, contribui com a redução do tempo médio de permanência nos cursos, combate o racismo e as desigualdades sociais, disponibiliza bolsas como auxílio-moradia, auxílio-alimentação, bolsas pecuniárias vinculadas a projetos de extensão, de pesquisa e graduação, de acompanhamento psicossocial, pedagógicos e a outros serviços. O PPQ tem por função garantir medidas que

promovam melhorias na formação acadêmica, através do acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes que se encontram no programa (UFRB, 2019).

Essa universidade possui na sua estrutura administrativa uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) com duas coordenações. Uma delas é a Coordenadoria de Políticas Afirmativas (COPAF), que é responsável pelas Ações Afirmativas no âmbito institucional para a elaboração, a efetivação, a instauração, o acompanhamento e a avaliação de atividades, com programas e políticas afirmativas que tem o objetivo de promover ao estudante o ingresso, a permanência qualificada e a pós-permanência. Possui um Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas (COPARC) que está vinculado ao Conselho Universitário. A outra é a Coordenação de Assuntos Estudantis (COEST), que tem por finalidade garantir a permanência de estudantes cotistas, integrando estes ao ensino superior, proporcionando a redução das desigualdades e das taxas de evasão e retenção. As coordenações têm por missão a assistência ao estudante com o propósito de promover a democratização e a inclusão social. A PROPAAE é responsável em prestar atendimento e acompanhamento pedagógico, psicológico e social, além de ofertar bolsas e auxílios, dentre outros serviços.

Essa Pró-Reitoria é responsável pela execução do Programa de Permanência Qualificada (PPQ), principal agente da política inclusiva, bem como é encarregada de acolher as demandas do total de estudantes.

2.2.2.4 O caso da Universidade Nacional de La Plata (UNLP)

A Universidade Nacional de La Plata (UNLP) foi fundada em 1905 com características de uma universidade moderna por se diferenciar das tradicionais. Surge a partir de dois conceitos fundamentais: universidade como área de conhecimento e como conhecimento científico de base experimental, social e artística em suas diferentes expressões. É considerada a pioneira em estudos culturais, artísticos e científicos (UNLP, 2017). Está entre as principais do país, do continente americano e do mundo. É considerada a 2ª maior universidade da Argentina com 120.000 estudantes e 30.000 funcionários. O ensino, pesquisa e extensão formam os pilares básicos desta universidade. É uma das maiores da América Latina, e a primeira a oferecer a carreira de Comunicação Social (relato de docentes da Instituição, 2019).

Busca, através do ensino, desenvolver a capacidade da observação, da análise e do raciocínio lógico por meio de contato direto entre os participantes (professores, estudantes)

com o propósito de permitir julgamento crítico, curiosidade científica, iniciativa, compromisso e responsabilidade (UNLP, 2008). Encontra-se no seu estatuto que “o conhecimento como um bem público e social, pressupõe-se que é dever indelével do Estado argentino apoiar plenamente as tarefas e funções da Universidade” (UNLP, 2008).

A Universidade oferece educação para o ensino médio, para a graduação e a pós-graduação, com o intuito de promover a igualdade de oportunidade. O acesso ao ensino superior é um direito e não um privilégio. É uma instituição de referência para candidatos de todo o território nacional e da América Latina. A pós-graduação da UNLP possui 213 cursos entre doutorado, mestrado e especializações e 500 cursos de treinamento e aperfeiçoamento, nos quais cerca de 20.000 estudantes participam. Possui 111 carreiras e 157 títulos, sendo que a oferta acadêmica da UNLP é uma das mais diversas do país. Sua qualidade é baseada na articulação com o nível de ensino médio e com o sistema de ensino superior universitário e não universitário. O monitoramento de currículos e a validação de diplomas é uma proposta ambiciosa para a melhoria de seu corpo docente, que inclui: a Carreira docente, a Especialização em Ensino Universitário e o Programa de Treinamento e Atualização de Professores. A isto, acrescenta-se uma estreita relação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (UNLP, 2019).

A Universidade tem dentro de suas políticas inclusivas as seguintes atividades:

- Aula de reforço escolar para estudantes do ensino médio de escolas públicas. O reforço é dado para qualquer idade, e o objetivo principal é que cursem o ensino superior. É feito teste vocacional.
- Aulas no primeiro semestre de nivelamento dos conhecimentos dos ingressos.
- Aulas que são dadas nos cárceres para presos que concluíram o ensino médio e que têm interesse em uma formação superior, só não tem esse direito os homicidas.
- Estudos e ações de acompanhamento de mulheres vítimas de violência, através de projetos de ajuda psicológica, pedagógica e assistencial, oferecidos às mulheres docentes, técnicas e discentes, como também as mulheres do território que procuram ajuda junto a universidade.
- Introdução da disciplina da diversidade de gêneros na grade curricular de todos os cursos.
- Busca por pessoas desaparecidas devido a ações políticas.
- Capacitação dos docentes sobre ações inclusivas no seu primeiro ano de contrato, com o objetivo de que entendam e participem das políticas públicas oferecidas e para que conheçam a cultura e a realidade dos discentes, além da subjetividade do

pensamento estudantil. Tem como foco permitir que estudantes e professores tenham seu próprio julgamento, espírito crítico, curiosidade científica, iniciativa e responsabilidade.

- Promover o treinamento contínuo de seus professores, pesquisadores e graduados de outras instituições acadêmicas nacionais e internacionais.
- Oferecer bolsas de estudo, auxílio-moradia, auxílio-transporte, creche.

A Diretora de Inclusão Educativa e Articulação, Profa. Eleonora Spinelli, informou em entrevista (setembro, 2019) que a universidade estabelece políticas que tendem a facilitar a entrada, permanência e saída das pessoas mais vulneráveis da sociedade. A política de retenção de estudantes inclui Programas de Orientação e Suporte Acadêmico para a entrada e permanência de estudantes, e um extenso sistema de subsídios e benefícios de ajuda financeira para toda a comunidade estudantil. São oferecidas bolsas de estudos, alimentação, transporte, habitação, dão bicicletas que são usadas até o último ano, dão uma bolsa creche para os estudantes que possuem filhos menores de 5 anos. São 14 mil estudantes com bolsas.

Em entrevista com a Diretora de Graduação da Faculdade de Periodismo e Comunicación Social de la UNLP (setembro, 2019) a Profa. Dra. Rossana Viñas afirmou que, apesar de todas as ações para evitar a evasão, preparando os estudantes para entrar na universidade e na vida acadêmica, acompanhando sua frequência nas aulas, o número de desistentes é grande, e acredita-se ser devido à situação do país, à necessidade de procurarem um emprego muito cedo para o sustento deles e da família. Segundo Rabossi (2013), a Argentina enfrenta um problema de permanência dos estudantes na universidade, bem como uma batalha para que concluem o curso dentro do prazo determinado. Para Zago (2006, p. 233), “se o ingresso ao ensino superior representa para os novos estudantes ‘uma vitória’, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso”. As universidades argentinas usam uma política universal de ensino para todos.

A Profa. Dra. Rossana continua informando que as ações públicas realizadas pelas universidades de La Plata estão pautadas nos acompanhamentos das trajetórias dos estudantes antes e durante a sua formação. A equipe da universidade acompanha o dia a dia dos estudantes em relação à frequência as aulas. Caso constatem muitas faltas, os estudantes recebem ligações de um profissional para saber o que levou a essa ausência e se necessário vão até a residência deles para conferir. Essa ação é uma política pública para evitar a evasão acadêmica e dessa forma contribuir para o desenvolvimento do território.

Consta no seu estatuto que o ensino está baseado em conteúdo ético, cultural, social, científico e profissional, sendo objetivo, sistemático, interdisciplinar e universal, sem preconceitos, livre na sua discussão e crítica de teorias e doutrinas, sem discriminação de nenhuma ordem, sem imposição política, ideológica, religiosa, social ou econômica. Pautase em conhecimento dos problemas fundamentais do conhecimento e da realidade social contemporânea (UNLP, 2008).

A Profa. Eleonora Spinelli, em continuação da entrevista, informou que o ingresso na UNLP é livre, gratuita, sem restrições para a graduação. Todos os inscritos que comprovarem ter completado o ensino médio podem se matricular na graduação no curso escolhido e concluir o ensino superior: acesso gratuito e oportunidades iguais. O doutorado só é gratuito para os professores, pesquisadores e graduados que desenvolvam atividades na Universidade.

As faculdades, os institutos e as escolas são livres em estabelecer a forma de avaliação dos estudantes. Os discentes têm direito adquirido inalienáveis sobre as disciplinas cursadas e aprovadas no decorrer do curso, podendo retornar ao curso a qualquer tempo como aluno regular. Os estudantes não são obrigados a assistirem as aulas teóricas, exceto quando determinado pelo Conselho de Administração para recuperação da disciplina. A participação em aulas ou trabalhos práticos será obrigatória, nas condições estabelecidas por cada faculdade, departamento, instituto ou escola superior (UNLP/Estatuto, arts. 10 e 11, 2008).

2.2.2.4.1 Estrutura e atuação da Gestão

A Universidade possui na sua estrutura: centros de ensino, pesquisa e criação (faculdades, departamentos universitários, institutos e escolas superiores, estabelecimentos ou outras unidades acadêmicas; organizações de ação social e extensão universitária (UNLP, 2019).

A UNLP é formada por 17 Faculdades e 6 escolas superiores. A Universidade é autônoma, elege suas próprias autoridades e gerência seu patrimônio cultural, físico e econômico-financeiro. Conforme seu estatuto indica, o governo da universidade é exercido pelo Presidente, pela Assembleia Universitária e pelo Conselho Superior.

A administração da universidade é exercida pela Assembleia Universitária, pelo Conselho Superior e pelo Presidente, constituído pela representação dos docentes, graduados, graduandos e o corpo técnico.

A assembleia é o órgão máximo da universidade e é composta por professores, chefes de trabalho prático, assistentes certificados, graduados e estudantes que compõem o

Conselho de Administração, sendo dez (10) representantes não docentes e um representante pedagógico de cada estabelecimento do Sistema Universitário de Graduação. É presidida pelo presidente (Reitor) ou pelo seus vice-presidentes ou pelo Professor Orientador que a Assembleia designar em caso de ausência ou impedimento do que precede (UNLP, 2008).

A administração da universidade tem por objetivo central ser transparente, eficaz e eficiente, com o propósito de gerir os recursos de forma responsável, garantindo fundamentalmente a educação inclusiva, a pesquisa e a extensão solidárias. Ela tem como alguns de seus objetivos o alcance de uma distribuição harmoniosa, razoável dos seus servidores para garantir o correto funcionamento, a implementação de sistemas e procedimentos administrativos, de programas de comunicação organizacional formal e informal e de tecnologias apropriadas à sua natureza, para que possa otimizar as estruturas e áreas da organização para obter o melhor desempenho (UNLP, 2008).

Quadro 1 – Comparativo entre as universidades

| | UFBA | UFRB | UNEB | UNLP |
|-------------------------------|---|---|--|--|
| Forma de acesso | Seleção pelo SISU , reserva de vagas baseadas em critérios sociais e raciais, por meio do Programa Institucional de Ações Afirmativas. | Seleção pelo SISU , reserva de vagas baseadas em critérios sociais e raciais, por meio do Programa Institucional de Ações Afirmativas. | Vestibular e SISU | Livre, gratuita e sem restrições. O estudante, após o término do ensino médio escolhe o curso e se matricula. |
| Sistema de cotas | 50% das vagas para negros, pardos, indígenas, provenientes de escolas públicas e renda familiar igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos; 1 vaga em cada um dos seus 106 cursos para os estudantes quilombolas. | 50% das vagas para negros, pardos, indígenas, provenientes de escolas públicas e renda familiar inferior a 1,5 salários-mínimos; 1 vaga em cada curso oferecido para os estudantes quilombolas. | Reserva de 40% do total de vagas para negros; 5% das vagas reservadas para os indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação e para quilombolas, ciganos, transexuais, travestis e transgêneros, pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades. | Não se aplica |
| Assistência estudantil | Criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas que tem o compromisso de garantir a permanência de | Bolsas de auxílio-moradia, alimentação, bolsas pecuniárias vinculadas a | Criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas; alfabetização e | Aula de reforço escolar para estudantes do ensino médio de escolas públicas; teste |

| | | | | |
|--|---|---|---|--|
| <p>Assistência estudantil</p> | <p>estudantes de graduação, em situação de vulnerabilidade social. Oferece: auxílio-moradia, auxílio-alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, em atendimento ao compromisso com as ações afirmativas. Desenvolve ações para participação e aprendizado de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação; Acolhimento à Saúde Mental e ao Bem-estar.</p> | <p>projetos de extensão, pesquisa e graduação, acompanhamento psicossocial, pedagógico, auxílio-emergencial, material pedagógico, auxílio-saúde e a eventos; programa bolsa-permanência - MEC. Programas e políticas afirmativas com o objetivo de promover ao estudante o ingresso, permanência qualificada e pós-permanência.</p> | <p>capacitação de jovens e adultos em situação de risco social; educação em assentamentos da reforma agrária e em comunidades indígenas e quilombolas; projetos de inclusão e valorização voltados para pessoas deficientes, da terceira idade, LGBT, entre outros, além de pesquisas voltadas para região em que atua; concessão de bolsas de monitorias com a participação de estudantes nas pesquisas dos programas de iniciação científica.</p> | <p>vocacional; política de retenção de estudantes, através dos programas de Orientação e Suporte Acadêmico para a entrada e permanência de estudantes, e um extenso sistema de subsídios e benefícios de ajuda financeira para toda a comunidade estudantil; aulas em cárceres para presos que concluíram o ensino médio e que tem interesse em uma formação superior; estudos e ações de acompanhamento de mulheres vítimas de violência; bolsas de estudo; auxílio-moradia; auxílio-transporte, alimentação e creche.</p> |
| <p>Projeto pedagógico inclusivo</p> | <p>Projeto Entre Letras e Números: oferece monitorias nas áreas de português, matemática, física e técnicas de estudos; curso de idiomas - PROFICI e NUPEL, para a inscrição em ambos é necessário a abertura de editais e passar por processo de seleção (concorrência ampla); Apoio pedagógico que auxilia os estudantes em assuntos relacionados à vida acadêmica.</p> | <p>Programa de permanência qualificada (PPQ); garantia de permanência dos estudantes, ao envolvê-los em projetos de ensino, pesquisa e extensão, em atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros e em atividades relacionadas à formação e ao desenvolvimento territorial; promove a interação dos estudantes de graduação com pesquisadores da área científica, tecnológica,</p> | <p>Programa afirmativo: sistema de bolsas de pesquisa e extensão que tem por propósito garantir apoio à permanência e ao sucesso dos estudantes cotistas na universidade.</p> | <p>Levantamento das dificuldades acadêmicas para um planejamento de aulas de reparação das deficiências detectadas para nivelar os conhecimentos, através de aulas na área ou áreas de conhecimentos deficitários; oferece condições favoráveis a todos que queiram ingressar em um curso de ensino superior; aula de reforço aos estudantes de ensino médio; procura contribuir na busca de respostas para problemas sociais, principalmente nas áreas mais vulneráveis; fortalecimento da identidade cultural. Acompanhamento do</p> |

| | | | | |
|-----------------|---|--|--|---|
| | | profissional e artística-cultural. O PPQ tem por função garantir medidas que promovam melhorias na educação através do acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes que se encontram no programa. | | desempenho acadêmico dos estudantes universitários pelos professores, oferecendo aulas extras quando necessário; capacitação dos docentes sobre ações inclusivas no seu primeiro ano de contrato. |
| Normas | Normas, Regulamentos aprovados pelos Conselhos Superiores. | Normas, Regulamentos aprovados pelos Conselhos Superiores. | Normas, Regulamentos aprovados pelos Conselhos Superiores. | Políticas de inclusão criadas pelas unidades de ensino, sem precisar de portarias, regulamentos ou normas publicadas pela Reitoria. |
| Desafios | <p>Recursos insuficientes para atender à demanda dos estudantes cotistas para garantir a sua permanência na universidade; diminuir a evasão por problemas socioeconômicos; diminuir a deficiência acadêmica do ensino médio deficitário; criar ações que ajudem emocionalmente os estudantes.</p> <p>Divulgar a UFBA, tornando-a mais atrativa para os estudantes de escolas públicas; articular o tripé ensino, pesquisa e extensão, de forma que o projeto pedagógico seja criativo e inovador, e que agregue as multiculturas existentes na universidade e acompanhem as novas tecnologias; repensar os currículos para que valorizem os saberes tradicionais e as diversidades; inclusão de uma universidade voltada para a diversidade; combate à discriminação, assim como os discursos contra as minorias no espaço universitário.</p> | <p>Diminuição das desigualdades raciais e promoção da igualdade de oportunidades.</p> <p>Recursos insuficientes para atender à demanda dos estudantes cotistas para assegurar a sua permanência na universidade.</p> | Ampliar as políticas afirmativas referentes ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino; combater a desigualdade social. | Recursos insuficientes para atender a todos os estudantes carentes; combate à evasão. |

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

2.2.3 Considerações finais

Ao analisar os dados levantados, percebe-se que as ações inclusivas das universidades relatadas são semelhantes, diferenciando-se em alguns aspectos.

A UNEB difere das demais por possuir uma Pró-Reitoria de Ações afirmativas única para tratar dos assuntos inerentes a inclusão social, que atua diretamente na questão das desigualdades, propondo medidas para melhorar o desempenho acadêmico dos cotistas. Anualmente, realiza uma conferência na qual são debatidos os pontos positivos e negativos dessas ações, fornecendo um feedback a todos os envolvidos, permitindo melhorias para efetividade da diminuição das desigualdades.

Uma das ações diferenciadas em relação a UFBA e a UNLP parte do princípio de ser uma realidade diferente do nosso contexto, primeiro por não apresentar as contradições de um país escravagista, e, segundo, porque a Universidade de La Plata não faz seleção para o ingresso na universidade pois o acesso é livre para a graduação.

A UNLP utiliza, como uma das políticas de inclusão, uma avaliação realizada no primeiro ano de ingresso dos discentes quando fazem um levantamento das dificuldades acadêmicas, e com base nesses dados é feito um planejamento de aulas para reparação das deficiências detectadas para nivelar os conhecimentos, oferecendo aulas de tutoria na área ou áreas de conhecimentos deficitários apresentadas pelo estudante, caracterizada como política de retenção. As aulas são dadas por estudantes do último ano de cada curso e acompanhadas por um docente.

Foi no período entre 2003 e 2015, durante os governos de Nestor e Cristina Kirchner, que houve a ampliação de acesso as oportunidades nas Universidades. A inclusão educacional na política de acesso ao ensino superior na UNLP demonstra a preocupação em ampliar medidas para mitigar as desigualdades encontradas, em ações combinadas para não refletir apenas no número de matriculados, mas para garantir a permanência nos cursos e a conscientização dos menos favorecidos sobre a importância do conhecimento universitário. A inclusão ocorre a partir da combinação de posições e oportunidades iguais, aceitando as desigualdades para a redução da discriminação (DUBET, 2012).

As ações afirmativas ultrapassam medidas paliativas de concessões de benefícios pecuniários, requerem: reparação, reconhecimento e valorização histórica, política, cultural e de identidade. Exigem mudanças pedagógicas que respeitem todos os cidadãos provenientes de uma sociedade multicultural e pluriétnica.

As universidades brasileiras, em atendimento ao CNE, deveriam ter em foco a ampliação dos currículos para superar as diferenças, apresentar uma perspectiva nova de conhecimento, educar na pluralidade para a interculturalidade e a valorização das identidades (OLIVEIRA; CANDAU; 2010, p. 33). Envolver os estudantes cotistas quilombolas nas atividades que conduzam ao aprimoramento do ensino, da pesquisa e da extensão dão oportunidades de superarem os preconceitos, demonstrando seu potencial, através da produção e transmissão dos conhecimentos adquiridos, fortalecendo sua permanência e visibilidade no espaço acadêmico.

As políticas implementadas no Brasil e na Argentina, na aplicação de políticas públicas para expansão de ações que reduzam as desigualdades, são perceptíveis quanto as semelhanças em relação ao objetivo, a oferecer oportunidade de curso universitário para os que estão à margem do sistema; porém diferem em algumas medidas práticas como a forma de ingresso e a preocupação em igualar os conhecimentos adquiridos na vida acadêmica. Essas diferenças trazem a oportunidade de avaliação quanto aos métodos utilizados para democratização do ensino, em torno dessas questões de expansão das oportunidades de acesso ao curso universitário que é a o objetivo desta pesquisa.

Conclui-se com essa análise comparativa, que, a partir das instituições estudadas, as políticas públicas de inclusão educacional, tanto na Argentina quanto no Brasil, estão caminhando para a igualdade de oportunidades, a partir de ações que combatem a desigualdade social e competitividade econômica, mas que ainda necessitam superar desafios como a precarização da educação básica e a situação socioeconômica que dificulta o acesso das populações mais vulneráveis à educação superior. Por fim, entende-se que a comparação entre as instituições não teve por pretensão equipará-las, mas destacar as inúmeras possibilidades de ações afirmativas tendo em vista a inclusão social.

REFERÊNCIAS

BELINCHE, Marcelo; VIÑAS, Rossana. **La zona de tránsito de la escuela secundaria a la universidad: la escritura y la lectura como dispositivos de inclusión y permanência**, 2015.

CHIROLEU, Adriana. Democratización e inclusión en la universidad argentina: sus alcances durante los gobiernos kirchner (2003-2015). *EDUR • Educação em Revista*. 2018; 34. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e176003.pdf>. Acesso 18 maio 2020.

DE PAULA, Maria de Fátima. [2015]. **A Política de Cotas do Governo Lula: opção real pela democracia do ensino superior ou medida compensatório com fins eleitoreiros?** Palavra Aberta, 2004, p. 235.

DUBET, François. **Los límites de la igualdad de oportunidades**. *Nueva Sociedad*, 239, pp. 42-50. Nuso n. 239, maio - junho 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/los-limites-de-la-igualdad-de-oportunidades/>. Acesso em: 18 maio 2020.

EURÍSTENES, Poema; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. (2015), **Políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2015)**. *Levantamento das políticas de ação afirmativa* (GEMAA), IESP-UERJ, p. 1.

FERES JR., João; DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 92-123, Dez.2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000300092&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jul. de 2019.

HOFBAUER, Andreas. Racismo na Índia? Cor, raça e casta em contexto. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* Brasília, n. 16, p. 153-191, abril de 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200153&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 jul. 2019.

MELO, Fernanda Augusta de Oliveira; KENUPP, Rebeca; MOUTINHO, Jaqueline. **As Ações Afirmativas no Processo de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Globalizado. Gestão e tecnologia para competitividade**. Outubro, 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/9418201.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

PROAE. **Folder PROAE 2014**. Disponível em: https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/folder-proae_2014.1.pdf. Acesso em: 28 jul 2019.

PROAE. **Seleção**. Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/selecao>. Acesso em: 16 ago. 2019a.

PROAE. **Conheça a PROAE**. Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/conheca-proae>. Acesso em: 16 de ago. 2019b.

PROGRAD. **Bolsas PET - Programa de Educação Tutorial**. Disponível em: <https://prograd.ufba.br/bolsas-pet-programa-de-educacao-tutorial>. Acesso em: 16 ago. 2019a.

PROGRAD. **UFBA: Mostra a sua cara!** Disponível em: <https://prograd.ufba.br/ufba-mostra-sua-cara>. Acesso em: 16 ago. 2019b.

RABOSSI, Marcelo. Universidade pública na Argentina: ineficiente e ineficaz? *Revista Ensino Superior*. Campinas: Unicamp (2013). Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/universidade-publica-na-argentina-ineficiente-e-ineficazij>. Acesso em: 15 maio 2020.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n4/06.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

SANGIOVANNI, Ricardo; CALDAS, Fernanda. Ações Afirmativas. *Edgar digital*, matéria divulgada em 25/05/2019. Disponível em: <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=12836>. Acesso em: 28 jul 2019.

SILVA, Leandro de Sousa; GRAÇA NETO, Antônio; DANELLI JÚNIOR, César Augusto; RAMALHO, Halleyde Sousa. **Ações afirmativas como modo de efetivação do princípio da igualdade frente ao estado democrático de direito**. 2017, Disponível em: <https://www.unibalsas.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/A-1.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

SILVA, Paula Bacellare; SILVA, Patrícia da. **Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade**. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 24 – n. 3, p. 525-542, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v24n3/07.pdf>. Acesso, 23 jul. 2019.

SUASNABAR, C., & ROVELLI, L. **Ampliaciones y desigualdades en el acceso y egreso de estudiantes a la Educación Superior en la Argentina**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v27n3/1980-6248-pp-27-03-00081.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

UFBA. **PDI (2018/2022)**. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/plano-desenvolvimento-institucional-ufba_web_compressed.pdf. Acesso em: 08 jul. 2019.

UFBA. **Relatório Anual 2017**. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27977/1/relatorio_de_gestao_2017_final.pdf. Acesso em: 08 jul. 2019.

UFBA. **Ações afirmativas para maior diversidade na universidade. UFBA em pauta**. Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-para-maior-diversidade-na-universidade. Acesso em: 28 jul. de 2019.

UFRB [2019]. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal>. Acesso em: 02 out 2019

UNEB [2019]. Disponível em: <https://portal.uneb.br>. Acesso em: 02 out 2019

UNLP. Disponível em: <https://unlp.edu.ar/unlp>

UNLP. Ensino, disponível em: (<https://unlp.edu.ar/ensenanza>)

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2020.

2.3 ARTIGO 3 - AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFBA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES

2.3.1 Introdução

A inclusão de pessoas pertencentes aos grupos raciais, historicamente excluídos da educação superior, constitui-se em um dos elementos fundamentais para o processo de inclusão social e fortalecimento da democracia no Brasil. Diversos estudos têm comprovado que a ampliação do acesso mediante políticas de cotas subjaz a decisão de tornar as instituições universitárias públicas um espaço aberto para oferecer e garantir oportunidades formativas para todos os brasileiros, particularmente para os mais vulneráveis.

A literatura nacional e internacional confirma também que alguns esforços governamentais, particularmente nas IFES, caminharam nessa direção com o objetivo de ampliar os espaços de democratização do acesso à educação superior e reduzir os efeitos perversos e comuns da elitização nessas instituições. Após décadas de lutas e reivindicações dos movimentos sociais, principalmente com as ações políticas lideradas pela população negra e indígena no país, espelhadas por movimentos em outras nações que convivem há muitos séculos com essa situação injusta de exclusão social, cultural e, conseqüentemente, econômica.

Apesar da Constituição Federal de 1988 garantir, em seu Artigo 6º, os direitos sociais, incluindo o acesso à educação a todos os brasileiros, o marco normativo que dá garantias ao início dessa reparação social só vai chegar em 2012, mediante a aprovação da Política de Cotas públicas, por meio da Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012). Esta norma prevê um percentual mínimo para candidatos que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas nos processos seletivos para cursos de graduação nas IFES. Ainda que esse avanço deva ser considerado como um passo relevante para o processo de superação da dívida social histórica que o Brasil tem para com essa população, é fundamental considerar, como ressaltado por Gomes (2013, p. 305), que os remanescentes quilombolas fazem parte de um grupo étnico-racial com realidades específicas estabelecidas por sua própria trajetória, referidas a situações históricas e a contextos completamente diferentes dos demais. Segundo o autor, essas especificidades justificam a adoção de medidas que possam garantir direitos sociais que atendam as características desse grupo social, afirmando que tais decisões devem, pois, “[...] respeitar seus elementos étnico raciais [para poder] efetivar, assim, uma justiça de reconhecimento e redistribuição”. Com essa ressalva, não há uma

negação da relevância da reparação social junto a outros grupos que têm sido discriminados historicamente, como a população indígena, os deficientes físicos, os trabalhadores, os que se identificam como parte do grupo LGBTIQ+, entre outros, mas se pretende destacar as particularidades sócio-históricas que têm acometido a população negra, especialmente os quilombolas localizados em áreas remotas e que têm sido impedidos de preservar sua identidade cultural, ou de conseguir meios de garantir a permanência dos seus jovens nas Universidades, além da enorme defasagem de aprendizagem que não tem sido reconhecida pela gestão acadêmica da maioria das IFES.

Com base nesses argumentos, é importante ressaltar que, ao reconhecer que o ingresso dos estudantes quilombolas, mediante política de cotas nos espaços universitários, isso proporcionaria o estreitamento das relações intergrupos sociais e, principalmente, garantiria a qualidade na sua formação profissional, de modo a criar as condições para sua inserção no mundo do trabalho (ALMEIDA FILHO *et al.*, 2005; KRISHNA; TARASOV, 2013). Corroborando com essa análise, Gomes pontua que o movimento negro teve um papel decisivo no tocante à reivindicação dos direitos específicos para a população quilombola que culminou na integração de ações que objetivavam incluir os remanescentes dessas comunidades tradicionais nos espaços de formação para a educação superior.

Em síntese, os avanços das lutas sociais, que resultaram na aprovação das políticas de ações afirmativas nas instituições de educação superior federais, possibilitaram, ao longo dos 8 anos desde sua aprovação, que o número de pessoas hipossuficientes e negras tenham aumentado significativamente nas salas de aulas, ainda que o número de brancos e ricos continue sendo maioria; o que comprova que essa medida foi assertiva no tocante a garantia do acesso dessa população à educação superior. Entretanto, ao analisar de forma mais criteriosa como tem sido o processo de implementação dessas ações, é possível avaliar se, de fato, que esse público está recebendo o apoio institucional prometido para poder superar as diversas e complexas limitações materiais, culturais e de aprendizagem.

Com a contextualização acima, buscou-se responder à seguinte questão norteadora: Qual é a percepção dos gestores da UFBA sobre a implementação de ações de inclusão para o atendimento aos estudantes quilombolas? Como objetivo central, buscou-se avaliar a percepção dos gestores da UFBA sobre a implementação de ações de inclusão para atendimento aos estudantes quilombolas que ingressaram após a instituição das Cotas. Nesse sentido, é importante ressaltar que esse texto integra os resultados parciais da pesquisa dissertativa para a conclusão do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Socioterritorial e Gestão Social - PDGS / UFBA.

Como resultado, foi possível identificar os alcances, limites e desafios da implementação da política de cotas com ênfase na análise do processo de implementação na UFBA. Esta universidade ganha destaque por ter antecipado em quase oito anos tal iniciativa, ao aprovar a referida legislação em 2004. O que implica que há mais de 15 anos de esforço institucional e de gestão dirigidos para o processo de implementação dessa política, o que justifica a relevância desse estudo. Nessa direção, o problema central do estudo orienta-se por avaliar, junto aos gestores acadêmicos e administrativos da UFBA, como tem sido o processo de implementação das Ações afirmativas (2004), com destaque no esforço mais recente assumido pela instituição, através da atualização da Política de Assistência Estudantil (PAES) dessa Universidade, aprovada em 2016.

2.3.2 Análise do Marco Regulatório da Políticas de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil das IFES com ênfase na Experiência da UFBA

A educação é a base necessária para a preparação dos indivíduos para assumir plenamente o papel social como cidadãos de direitos e deveres para com a sociedade aos quais estão integrados. O que implica considerar que o papel social da educação é instrumentalizar as crianças e os jovens para o exercício pleno do seu papel na sociedade, aumentando, desse modo, suas oportunidades para um processo de inclusão social justo e efetivo. Concordamos com a afirmação feita por Porto e Réginer (2003, p. 6), ao ressaltar que o acesso a uma educação de qualidade representa justiça e democracia, expressão, portanto, de poder político.

As organizações públicas em geral, e as Universidades em particular, têm sido pressionadas, desde os idos dos anos de 1980 (especificamente após a conquista da redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988), a se adequarem à essas inovações institucionais (legais), mediante o esforço de modernizar os padrões de gestão (institucional, organizacional, administrativa e acadêmica), para enfrentar desafios de várias ordens. Entre esses desafios, conforme ressaltado nos objetivos desse texto, está o reconhecimento do perfil das necessidades singulares do público alvo da política de cotas, com destaque dos estudantes quilombolas para que possam, efetivamente, terem a oportunidade de acesso a uma educação de qualidade e comprometida em promover sua inserção social, cultural (simbólica) e econômica. A pergunta que cabe para orientar essas reflexões é a seguinte: as Universidades e os Institutos Federais foram preparados para

dar conta desse amplo e complexo desafio, do ponto de vista formal e substantivo, para garantir a inclusão social e acadêmica plena desse perfil de estudante (no caso dos quilombolas)?

Conforme destacado por Tavares (2011 *apud* RIBEIRO 2014, p. 4), responder a essa indagação implica considerar que a gestão universitária defronta-se, na atualidade, para além das políticas de inclusão dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, com novos conceitos no âmbito da governança, mas também da nova gestão pública que implica considerar os indicadores de competitividade, eficiência e produtividade. Nesse caso, os desafios institucionais, organizacionais, administrativos e acadêmicos que passaram a assumir são enormes e de grande complexidade, tendo que se adaptar e avançar em novas e desafiadoras questões para acompanhar essa nova realidade que se apresenta. Para o citado autor, as organizações universitárias enfrentam, portanto, inúmeros desafios que vão: desde a emergência de novos processos decisórios que exigem inserir a participação dos diversos atores sociais emergentes; passando pelo cumprimento da cultura gestorial fundada na gestão por meio de colegiados representativos de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil; e pelos avanços e limites constitucionais da autonomia universitária (inscrita na CF de 88, mas que não está regulamentada). Além de considerar ainda outros aspectos e variáveis relevantes como: a dimensão política da gestão da universidade; a performance institucional para responder rápida e efetivamente às demandas da sociedade; o exercício do controle institucional e social que implica a prestação de contas e a transparência da gestão (por meio de relatórios técnicos); a capacidade de financiamento da universidade frente as mudanças recorrentes do papel do Estado e os consequentes padrões de gestão pública, mediante o estabelecimento de parâmetros de sustentabilidade e gestão de risco; a capacidade de planejamento estratégico com ênfase na criação e atualização de indicadores qualitativos e quantitativos que reflitam o desempenho da gestão; o respeito as diferenças e diversidades que integram a comunidade universitária; até alcançar a liberdade de cátedra que garante o amplo e fértil debate de ideias refletidas na formação de recursos humanos de qualidade e na produção e difusão dos saberes produzidos.

Com base nessa extensa descrição das múltiplas e complexas funções da gestão da universidade pública, merece destaque a missão dessas instituições que está pautada na responsabilidade social para o oferecimento de educação superior de qualidade com vistas a contribuir para a formação de cidadãos com competências para produzir transformações substanciais na realidade social e organizacional as quais estão inseridos. Segundo destaca Carbonati (2011 *apud* RIBEIRO, 2014, p. 6), assumir uma gestão pública e social

responsável implica que essas instituições estejam fundadas em “[...] atitudes e procedimentos de seus gestores que vão além das ações de extensão universitárias [...]” considerando que disso depende também o “[...] planejamento, acompanhamento e avaliação de resultados no sentido de atingir metas e objetivos estabelecidos em seu Estatuto ou Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)”. Sobre esse aspecto, citando as observações relevantes trazidas por Canterle e Favaretto (2008, p. 395), é possível destacar que:

Em virtude de seu caráter interdisciplinar, a universidade interage com um maior número de segmentos da sociedade do que qualquer outra organização isoladamente, e sua gestão tem sido parte da agenda de discussão em instâncias políticas como acadêmicas.

As interpretações sobre os desafios e as perspectivas impostos à gestão das IFES ganham maior relevo a partir da integração da política de ações afirmativas que irão refletir no compromisso destas instituições com a ampliação do acesso às populações de baixa renda, historicamente excluídas do acesso a esse nível de ensino no Brasil. O que implica, no caso particular da UFBA, ter assumido em 2004 o compromisso de estabelecer novos parâmetros gestoriais que passaram a preparar a Universidade para atender às medidas de inclusão social de diversos segmentos sociais da população baiana. Nessa direção, Almeida Filho et al. (2005, p. 3) afirmam que os “500 anos de escravatura e genocídio e 200 anos de luta de classes determinaram exclusão social e política de grande parcela da população brasileira”, gerando, segundo os autores, uma enorme dívida histórica para com as populações excluídas. Nesse caso, será dada especial ênfase aos povos tradicionais escravizados (os negros, com destaque para os que resistiram em seguir vivendo nos quilombos) e a população indígena, povo nativo que perdeu o direito às suas terras e que se viram, progressivamente, dependentes das políticas públicas assistências para garantir sua sobrevivência. Esse reconhecimento exige, pois, ações urgentes de reparação social através do acesso à educação básica, média, técnica e superior.

Ao reconhecer seu caráter público e gratuito, a UFBA assume, a partir de 2004, o compromisso de garantir o acesso aos estudantes negros e indígenas aos cursos de graduação, bem como estimula outras ações de pesquisa e extensão para atender as demandas dessas populações. Na primeira década do século XXI, a UFBA optou, portanto, por adotar medidas que anteciparam em mais de 6 anos as decisões em âmbito nacional. O objetivo da gestão da Universidade Federal da Bahia era aproveitar o clima de entusiasmo com as mudanças políticas advindas da chegada do PT ao poder inaugurando, assim, medidas estratégicas de inclusão social. Conforme mencionado por Nery et al. (2011) e UFBA (2007), a emergência

das políticas de cotas inauguradas vão englobar outras medidas relevantes ampliando, assim, para além do acesso as vagas, outras ações de assistência estudantil imprescindíveis para garantir a permanência desses estudantes na Universidade.

Outra importante estratégia para a consolidação da política de ações afirmativas na UFBA foi a ampliação do número de cursos de graduação que, a partir de 2009, após a política do REUNI, alcançou 106 diferentes tipos de formação superior. O que significa que o acesso à universidade exigiu também oferecer aos novos alunos possibilidades de formação mais adequadas ao novo contexto socioeconômico do País e do Estado da Bahia. Além dessa medida relevante, muitos cursos foram ofertados no turno diurno, matutino e vespertino, e avançou na criação de cursos noturnos para atender ao público de trabalhadores (jovens e adultos). Nessa direção de ampliar o acesso aos estudantes não tradicionais, historicamente sem oportunidades de acessar a educação superior, foi a política de expansão da UFBA para o interior do Estado da Bahia, o que aumentou significativamente a margem de ingressos de estudantes, levando assim a universidade para mais perto daqueles que desejavam ingressar.

Merece ressaltar o esforço institucional da UFBA, para aprovar a política de ações afirmativas, na criação, em 2002, do Comitê Pró-Cotas e a implantação, em 2005, do sistema de reserva de cotas para alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Esse percentual equivale a 45%, e desses, 36,55% para estudantes autodeclarados pretos e pardos, passando a ser modelo para outras universidades (UFBA, PDI, 2018-2022). Em 2012, após a aprovação da Lei de Cotas em âmbito nacional, esta Universidade passa a oferecer vagas supranumerárias, o que significa que em cada curso ficava garantida 01 vaga para remanescentes quilombolas e 01 vaga para indígenas. Em 2018, amplia vagas para o público LGBT+, integrando diversos beneficiários destituídos desse direito. Em 2019, foram integrados a essa medida os refugiados.

Concordamos com a análise feita por Nery, et al. (2011, p. 112) ao afirmarem que, a partir do momento em que a universidade assumiu como sua responsabilidade institucional a adoção e a ampliação de políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil, a UFBA passou a assumir como uma ação estratégica do seu papel institucional o compromisso de garantir a esse público, antes excluído, a oportunidade de participar ativamente do processo de geração de transformações dessa realidade social.

Nos anos mais recentes, observamos que a universidade vem investindo no fortalecimento dos órgãos colegiados, enquanto órgãos consultivos e deliberativos, com o objetivo de qualificar a gestão universitária para dar conta desses novos e crescentes desafios. Esse esforço institucional revela, portanto, o compromisso em tornar a UFBA mais democrática e participativa, além de melhorar sua capacidade de gestão acadêmica e

administrativa para superar os obstáculos que ainda persistem nessa organização, especialmente no que diz respeito à convivência entre o que se classifica de ‘velha’ e ‘nova’ universidade. Os próprios termos aqui destacados permitem, pois, considerar a existência de conflitos entre uma visão tradicional que fundou essa Universidade, sustentada em princípios e valores elitistas, e a emergência de uma universidade ampliada que se compromete a integrar todos os que almejem a formação superior, com ênfase na população historicamente excluída desse direito. Talvez, ao reconhecer essa dualidade ou essa tensão entre o ‘velho’ e o ‘novo’, estejam as fontes para a superação dos desafios que ainda persistem na gestão da universidade, especialmente no referente às ações assistenciais e de suporte pedagógico fundamentais para garantir a permanência desses estudantes.

Essas preocupações fundamentaram, portanto, a escolha metodológica para responder à questão norteadora e alcançar o objetivo geral da pesquisa que orientou a produção desse artigo centrada na consulta de gestores acadêmicos e administrativos, vinculados diretamente ao processo de implementação da Política de Assistência Estudantil, com vistas a identificar a partir da percepção desses atores selecionados qual a real e/ou potencial capacidade de gestão institucional, organizacional, administrativa e acadêmica da Universidade para atender tal estratégia.

2.3.3 Metodologia

A pesquisa que embasou esse artigo foi o resultado da realização de um estudo de caso com uma abordagem qualitativa feita através de entrevistas semiestruturadas com nove (9) gestores. Destes, foram selecionados oito (8) docentes e uma (1) técnica-administrativa que atuam, direta ou indiretamente, na gestão da referida política. Do grupo de gestores, foram selecionados sete (7) coordenadores de cursos de graduação, por representarem o maior número de alunos cotistas quilombolas, e dois (2) Pró-Reitores: a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Enquadra-se na metodologia de estudo de caso único, considerando a experiência da UFBA (TRIVIÑOS, 1987). Segundo Yin (2001), o estudo de caso permite realizar um exame detalhado de uma situação em particular que deve ser observada à luz de acontecimentos contemporâneos mais amplos.

Nesse sentido, foi escolhido avaliar a experiência da implementação da Política de Ações Afirmativas da UFBA, por ter sido pioneira em âmbito nacional nesse movimento, desde os idos de 2004. Por esse pioneirismo e inovação institucional e gestorial considera-se que a análise dessa experiência pode revelar servir como referência para distintos estudos

sobre essa temática em outras Universidades Públicas brasileiras. O diferencial da UFBA está, pois, no fato de ter tido a oportunidade de antecipar uma política que só vai se tornar nacional no Brasil em 2012.

O desenho do instrumento privilegiou a escolha de tópicos previamente elaborados e validados em teste piloto. Esses tópicos orientaram a definição das perguntas orientadoras, esquematizadas de forma semiestruturada, integrando espaços para a livre manifestação dos entrevistados, por meio de questões abertas. Ao destacar a percepção dos gestores acadêmicos e administrativos, esperava-se compreender como tem sido implementada a Política de Assistência Estudantil, com ênfase na melhoria da qualidade da política de ações afirmativas inauguradas desde 2004 na UFBA, observando seus avanços, dificuldades e perspectivas.

2.3.4 Análise e Discussão dos Resultados da Pesquisa

Esse estudo utilizou como premissa a afirmação defendida por Nery et. al. (2011, p. 112) na qual sustentam que “[...] conhecer o impacto dos programas de assistência estudantil e monitorá-los de forma constante é tarefa importante, tanto para a gestão da universidade, quanto para a pesquisa acadêmica”. Avançando sobre essa premissa mais geral, os autores acrescentam que, para ampliar a qualidade dessa avaliação, é fundamental integrar a esse processo a leitura do público beneficiário da referida política, no caso objeto desse estudo: os quilombolas. Mas, devido às limitações desse artigo, essa tarefa será apresentada em outro artigo, e pode-se ressaltar que os resultados dessas entrevistas feitas aos gestores será objeto de reflexão na construção de um instrumento avaliativo que deverá ser aplicado aos estudantes. Estes, a partir dessa leitura, apresentarão seus contrapontos e contribuições.

Esta seção enfatiza, pois, os resultados desse esforço, e foi estruturada a partir das perguntas ‘perguntas-chave’ distribuídas em quatro (4) categorias de análise e representadas nos tópicos que seguem.

Os resultados preliminares obtidos demonstram que quase todos os gestores consultados ressaltam ter amplo conhecimento sobre as normas e as ações institucionais que integram o processo de implementação dessa política, bem como reconhecem a importância da gestão dessas ações. Mas, apesar desse reconhecimento, indicaram haver uma carência de formação voltada para a gestão e para qualificar o atendimento dessa política, dando especial ênfase ao perfil do público beneficiário, conforme análise desenvolvida nas categorias a seguir.

2.3.4.1 *Conhecimento sobre as Concepções (Legislação) da Política de Ações Afirmativas*

A adesão das políticas dirigidas para a promoção de processos de inclusão no ambiente formativo é de suma importância, tanto para o desenvolvimento do trabalho docente, quanto para o bom desempenho acadêmico dos discentes. Segundo Bezerra e Gurgel (2012), a interrelação entre estudantes com diversidades de origem de classe social, incluindo aqueles que têm uma trajetória de vida com mais dificuldades, a exemplo de pessoas com deficiência, com hipossuficiência, negras, indígenas, dentre outras categorias socialmente sub representadas, torna-os mais cooperativos, menos excludentes e segregadores. Deste modo, considera-se fundamental identificar se os gestores acadêmicos e administrativos da UFBA têm uma compreensão clara da dimensão e dos impactos que as ações afirmativas possuem na vida acadêmica dos estudantes.

Nessa categoria analítica, foram realizadas seis (6) perguntas-chave cujo objetivo foi identificar o nível de conhecimento dos gestores sobre as normas nacionais, internacionais e internas referentes à temática. O resultado das respostas pode ser observado no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas

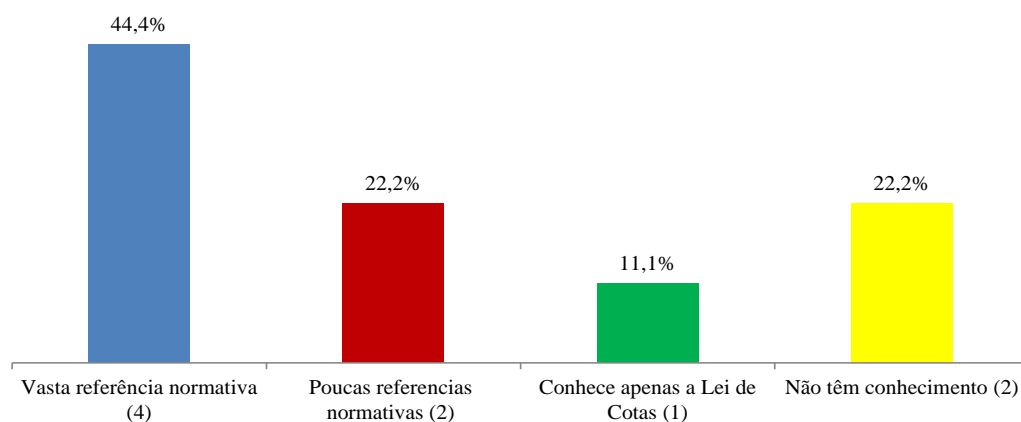
| Perguntas norteadoras | Resultados |
|--|--|
| 1- Qual sua compreensão sobre as políticas de ações afirmativas? | Seis (6) entrevistados reconhecem que são ações estratégicas que visam a inclusão de grupos historicamente excluídos e pouco representados nos espaços universitários. Destes, dois (2) identificam que são medidas que visam dar acesso a Direitos Humanos. Outros dois (2) pontuaram que fazem parte desse escopo vários mecanismos normativos jurídicos e administrativos. E um (1) pontuou que são medidas necessárias para amenizar os efeitos do racismo estrutural. |
| 2 - Qual é o seu conhecimento sobre os principais instrumentos legais que instituíram a política de ações afirmativas no Brasil? Poderia citar os mais relevantes? | Quatro (4) entrevistados apresentaram vasta referência normativa. Dois (2) indicaram ter poucas referências normativas. Um (1) informou que somente conhece a Lei de Cotas. E dois (2) informaram que não têm nenhum tipo de conhecimento. |
| 3 - Poderia descrever qual a sua compreensão sobre a Política de Assistência Estudantil brasileira, citando os principais fatores/motivos que levam a esse entendimento? | Sete (7) entrevistados apresentaram suas percepções sobre o significado e importância da assistência estudantil. Desses, três (3) descreveram com detalhes as justificativas para a manutenção dessa política. E dois (2) não responderam a essa pergunta |
| 4 - Em sua opinião, a UFBA tem assumido um papel relevante na implementação de políticas de ações afirmativas? Por quê? | Todos foram unânimes em afirmar que a UFBA tem papel ativo na implementação da Política de Ações Afirmativas. Contudo, um (1) pontuou que ainda é preciso adotar medidas internas para combater o racismo estrutural que pode ser um fator impeditivo para a inclusão. |

| | |
|---|--|
| 5 - Qual é o seu conhecimento sobre os principais instrumentos legais (internos) que a UFBA instituiu para implementar a política de ações afirmativas? Poderia citar os mais relevantes? | Seis (6) entrevistados demonstraram conhecimentos sobre as normas internas. Dois (2) apresentaram pouco conhecimento. E um (1) disse que não tem conhecimento sobre o tema. |
| 6 - Qual(is) o(s) objetivo(s) central(is) da referida política para a atual gestão da UFBA? | Seis (6) entrevistados afirmaram ser o objetivo de a UFBA, com essa política, oportunizar a inclusão, possibilitar a permanência e o sucesso acadêmico, reduzir as desigualdades. Os demais tergiversaram. |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Mediante os dados expostos, observa-se que 100% dos entrevistados reconhecem a função social da universidade enquanto promotora das ações de inclusão por meio da Política de Ações Afirmativas, assim como compreendem que a assistência estudantil é parte fundamental para o sucesso dessa política. Todavia, ficou evidenciado que falta um maior embasamento normativo por parte dos gestores, conforme demonstrado no Gráfico 7, no qual 55% revelaram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre os aspectos jurídico-normativos que legitimam a política supracitada.

Gráfico 7 – Nível de conhecimento jurídico-normativos sobre as Políticas de Ações Afirmativas



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

No que diz respeito às normas internas, identificou-se que a maior parte dos entrevistados - seis (6) - conhecem as normas, 2 têm pouco conhecimento e apenas um (1) disse não ter conhecimento sobre as normas. Esses dados apontam para a necessidade da gestão central investir em ações permanentes de formação do corpo gestor, especialmente dos docentes, por representarem funções de elevada rotatividade, com o objetivo de formá-los de maneira continuada sobre as dimensões legais e implicações organizacionais e administrativo-acadêmicas que os documentos normativos impõem para a efetivação da referida política.

2.3.4.2 *Conhecimento das estratégias de gestão destinadas à Garantir a Permanência do Estudante Quilombola na Universidade*

A luta pelo acesso dos grupos sub-representados ao ensino superior não se extingue com o ingresso deles nos espaços universitários. De acordo com Carril (2017, p. 539), “[...] analisando a luta pelo reconhecimento, percebe-se a necessidade de ampliação dos direitos, como é o da educação quilombola. Os desafios são grandes, sendo necessário modificar a cultura escolar, que exclui a diversidade.”

Com base nesse pressuposto, foi elaborado um segundo bloco de questionamentos integrado por cinco (5) perguntas-chave cujo objetivo foi para que os entrevistados apontassem o nível de conhecimento acerca das medidas implementadas pela UFBA para garantir a permanência dos estudantes quilombolas. Tal percepção foi sistematizada no Quadro 3 a seguir:

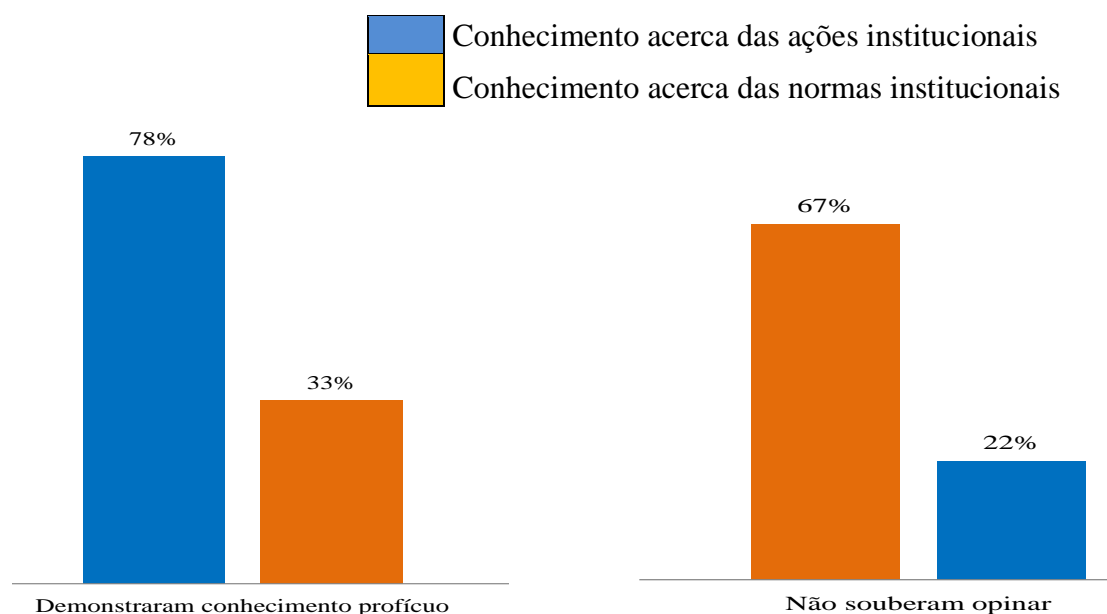
Quadro 3 - Conhecimento sobre Estratégias de Gestão da UFBA para a Implementação da Política de Assistência Estudantil

| Perguntas norteadoras | Resultados |
|--|---|
| 1 - A concepção e a aprovação da Política de Assistência Estudantil objetivaram o atendimento de metas estabelecidas no PDI ou em outros instrumentos institucionais? Em caso afirmativo, cite quais. Em caso negativo, quais fatores levaram a esse resultado? | Seis (6) dos entrevistados não souberam opinar. Os demais apresentaram conhecimento e apontaram algumas das metas previstas nos documentos institucionais. |
| 2 - Quais as principais mudanças institucionais, organizacionais e/ou administrativas implementadas pelas gestões central e acadêmicas da UFBA para garantir o processo eficiente e efetivo da implementação da referida política? Poderia citar os instrumentos que considere mais relevantes (regimentos internos ou outros instrumentos). | Dois (2) dos entrevistados demonstraram não ter conhecimento. Os demais citaram as seguintes mudanças: criação e ações da PROAE; programas e projetos para assistência estudantil; e reuniões sistemáticas. |
| 3 - Considera que há interação entre as Pró-Reitorias envolvidas diretamente com essa política (PROAE, PROGRAD e PROEXT, entre outras que considere relevantes)? Por quê? | Quatro (4) dos entrevistados não souberam opinar. Quatro (4) indicaram que há interação. E um (1) indicou que há pouca interação. |
| 4 - Considera que há interação entre a PROAE, a PROGRAD e as Unidades de Ensino (especialmente o envolvimento direto das Diretorias e Chefias de Departamentos) no que se refere às mudanças necessárias no planejamento pedagógico e nas metodologias de ensino dos cursos para o devido acolhimento desse novo perfil de estudante? Por quê? | Seis (6) dos entrevistados responderam que há pouca ou nenhuma interação. Dois (2) citaram a orientação acadêmica como estratégia de interação. E um (1) indicou que a alta rotatividade dos gestores é um fator impeditivo para uma maior interação. |
| 5 - Existem ações de treinamento ou capacitação continuada da equipe de gestores, gerentes (coordenadores, supervisores, entre outros cargos gerenciais) e técnicos responsáveis, direta e/ou indiretamente, pela implementação da referida política na UFBA? | Dois (2) entrevistados disseram que sim, mas com baixa adesão. Um (1) ressaltou que existem poucas ações. Três (3) informaram não saber se existem. Dois (2) afirmaram que há e que já participaram dessas ações. Um (1) informou que não há ações direcionadas para a área na qual é gestor. |

Fonte: elaborado pela autora (2020).

No que tange à interação entre os órgãos da administração central e entre estes e as unidades de ensino, ficou evidenciado que a gestão da UFBA carece de estratégias que visem uma maior interação entre si, considerando que a maior parte das narrativas denotaram que há pouca ou nenhuma interação. Dentre estas estratégias, os cursos de formação para a gestão foram referenciados como relevantes pela maioria - cinco (5) - dos entrevistados. Sobre essa pergunta, destacaram alguns desconhecer que existam ações direcionadas aos gestores. No gráfico 8, abaixo, está representada, de forma sintética, a percepção dos gestores entrevistados sobre esse quesito:

Gráfico 8 – A percepção dos gestores sobre as ações estratégicas da Gestão da UFBA para implementação da Ações inclusivas



Fonte: elaborado pela autora (2020)

A partir da análise do gráfico 8, pode-se inferir que somente poucos gestores, apenas três (33%), demonstraram conhecimento sobre as normas internas, e correlacionaram tais regras às ações que visam garantir uma assistência ao público estudantil. Todavia, a maior parte dos entrevistados - sete (78%) - reconhecem as principais ações que integram essa política no âmbito da Universidade. Esses resultados permitem deduzir que há a necessidade de ações que visem capacitar os gestores para que, ao assumirem os cargos, tenham conhecimentos elementares sobre as normas que regem a instituição nessa temática.

2.3.4.3 Reconhecimento Acerca do Nível de Participação Política do Público Discente no Tocante às Ações para sua Permanência na Universidade

O sucesso da implementação das políticas de inclusão no âmbito da universidade depende de uma sinergia que envolva todos os segmentos da comunidade acadêmica. Conforme destacado por Ferrari e Dal Ri (2014), são os membros efetivos dessa instituição, ou seja, docentes, discentes e servidores técnico-administrativos que devem participar deste processo na mesma proporção. Nesse bloco de questionamentos, foram realizadas três (3) perguntas-chave que tinham por objetivo compreender o nível de conhecimento dos gestores sobre a participação política do público discente no tocante às ações para a permanência dos quilombolas na UFBA. A análise dessa percepção pode ser observada no Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Conhecimento sobre o Nível de Participação dos Estudantes na Concepção e na Implementação da Política de Assistência Estudantil da UFBA

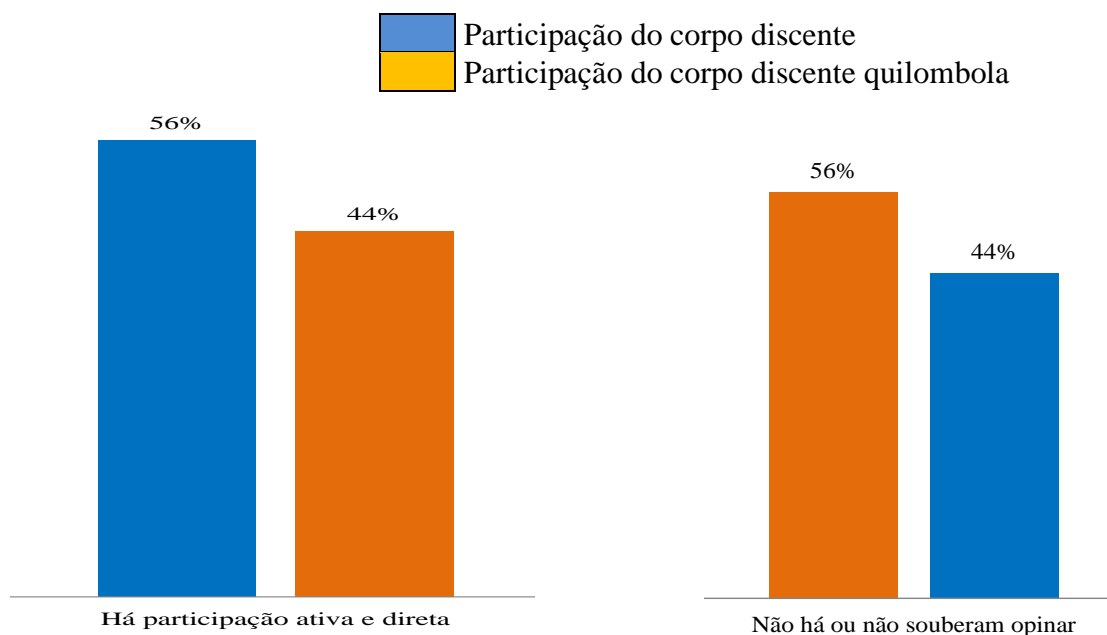
| Perguntas norteadoras | Resultados |
|--|--|
| 1 - Em sua opinião, a concepção e/ou implementação da referida política tem cumprido plenamente os requisitos de uma gestão participativa para garantir o envolvimento ativo de todos os atores interessados? Por quê? | Apenas um (1) entrevistado informou que não, mas não justificou a resposta. Dois (2) informaram que não há medidas para a participação direta dos discentes. Três (3) disseram que há ações para que haja envolvimento do discente; Dois (2) disseram que sim, sem justificar. E um (1) não soube avaliar. |
| 2 - Considera que há a participação da comunidade estudantil (especialmente dos quilombolas) no planejamento e na implementação da referida política na UFBA? Por quê? | Quatro (4) dos entrevistados não souberam opinar. Um (1) disse que não há, e que faltam ações institucionais para tal fim. Um (1) informou que há envolvimento tanto nos conselhos que têm representação estudantil, quanto na vida política, através de eventos e reuniões diretamente com a gestão. Um (1) disse que há, mas não saberia descrever quais são as ações. Dois (2) disseram que sim e indicaram que essa participação se dá por meio dos movimentos e grupos de representação estudantil. |
| 3 - Em sua opinião, quais os principais desafios que a gestão da UFBA deverá enfrentar para garantir a participação ativa dos estudantes? Por quê? | Um (1) entrevistado afirma que é devido a falha nos mecanismos de comunicação da UFBA. Um (1) ressalta falha na interlocução professor x aluno. Um (1) destaca a rotatividade dos movimentos estudantis e indica também a necessidade de abertura de novos espaços para integração e representação. Um (1) fala da evasão e do baixo envolvimento com a militância estudantil. Dois (2) não souberam opinar. Um (1) indicou a falta de engajamento estudantil e de recursos materiais. Um (1) mencionou a necessidade de definição de políticas institucionais mais claras e de compromisso dos gestores. E um (1) falou da falta de qualificação docente. |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As narrativas contidas nesse bloco de questões apontaram que uma parte dos gestores reconhece que há mecanismos institucionais para a participação estudantil, tanto no que concerne à elaboração dos instrumentos que visam regulamentar a política de inclusão no âmbito da UFBA, quanto no que se refere à implementação das mesmas.

Mas, a pulverização de respostas mostra que não há consenso sobre essa questão entre os gestores entrevistados, o que revela um grau importante de discordância para um tema de fundamental importância para garantir a participação dos discentes. Do mesmo modo, é possível identificar duas possibilidades de interpretação, graficamente representadas a seguir no gráfico 9:

Gráfico 9 – A percepção sobre a participação estudantil na concepção/implementação das políticas de inclusão



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Infere-se, da análise deste gráfico 9, que uma parte relevante dos gestores não conhecem as ações e movimentos estudantis e revelam, ainda, que o nível de participação destes nas demandas institucionais, apesar de haver mecanismos que possibilitem sua participação, precisam ser melhor comunicados, de modo a educar os alunos para o exercício pleno do seu papel político. Quando os entrevistados se referem ao público especificamente quilombola, a discrepância de opiniões se acentua revelando um carcer de ações que direcionem o engajamento e a integração desses estudantes, para que possam se qualificar para apresentar demandas específicas no processo de construção e execução da Política de Assistência Estudantil.

Salienta-se que, nos discursos dos entrevistados, ficou evidenciado que a Universidade não tem sido omissa nesse processo, pois atua através de diversas possibilidades de políticas de inclusão, conforme pontuou a Pró-Reitora de Assistência Estudantil. Quando questionada sobre a possível participação dos estudantes no processo

de implementação dessas ações, declarou que “Há envolvimento tanto nos Conselhos que tem representação estudantil, quanto na vida política, através de eventos e reuniões diretamente com a gestão”.

Todavia, apesar dos esforços que veem sendo empreendidos pela Universidade alguns entrevistados registram que ainda permanece lacunas no que tange a atuação dos gestores que estão diretamente envolvidos com a implementação da Política.

2.3.4.4 A Percepção sobre o Processo de Inclusão dos Estudantes Quilombolas

Oportunizar o ingresso e a permanência de pessoas remanescentes dos quilombos nos espaços anteriormente destinados apenas às elites originariamente brancas denota que a sociedade brasileira está se transformando e reconhecendo os danos históricos que a colonização - e as gerações subsequentes (destaque nosso) - ocasionou para os descendentes de africanos que foram escravizados. Conforme destacado por Paré, Oliveira e Velloso (2007), a população negra, ao ser colocada à margem do processo histórico do país, ficou condicionada a ter sua importância menosprezada no processo civilizatório brasileiro. Esses mesmos autores apontam a necessidade de formação dos professores para lidar com a diversidade e para poderem construir a conexão entre os diferentes saberes, além de discutirem no plano pedagógico, dentro e fora da sala de aula, temas que incluam as contribuições culturais advindas dessa realidade étnico-racial. Deste modo, esse estudo considera que dar espaço para que os quilombolas adentrem no espaço universitário e tenham condições plenas de cursar e participar da vida universitária é um dever social.

Destarte, nesse bloco de questionamentos, foram realizadas quatro (4) perguntas-chave que tinham por objetivo identificar a percepção dos gestores sobre as ações de inclusão dirigidas para os estudantes quilombolas na UFBA. As respostas analisadas estão apresentadas no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Conhecimento sobre o processo de inclusão acadêmica dos alunos quilombolas na UFBA

| Perguntas norteadoras | Resultados |
|--|--|
| 1 – Em sua opinião, como tem sido implementado o processo de inclusão acadêmica dos estudantes quilombolas na UFBA? Por quê? | Quatro (4) entrevistados desconhecem algum processo nesse sentido. Dois (2) destacaram as oficinas de exatas e humanas para suprir as carências formativas nessas áreas. Um (1) reconheceu que há algumas ações pontuais bem sucedidas. Um (1) não quis opinar. E um (1) afirmou que não há ações específicas para quilombolas, mas para estudantes cotistas como um todo. |

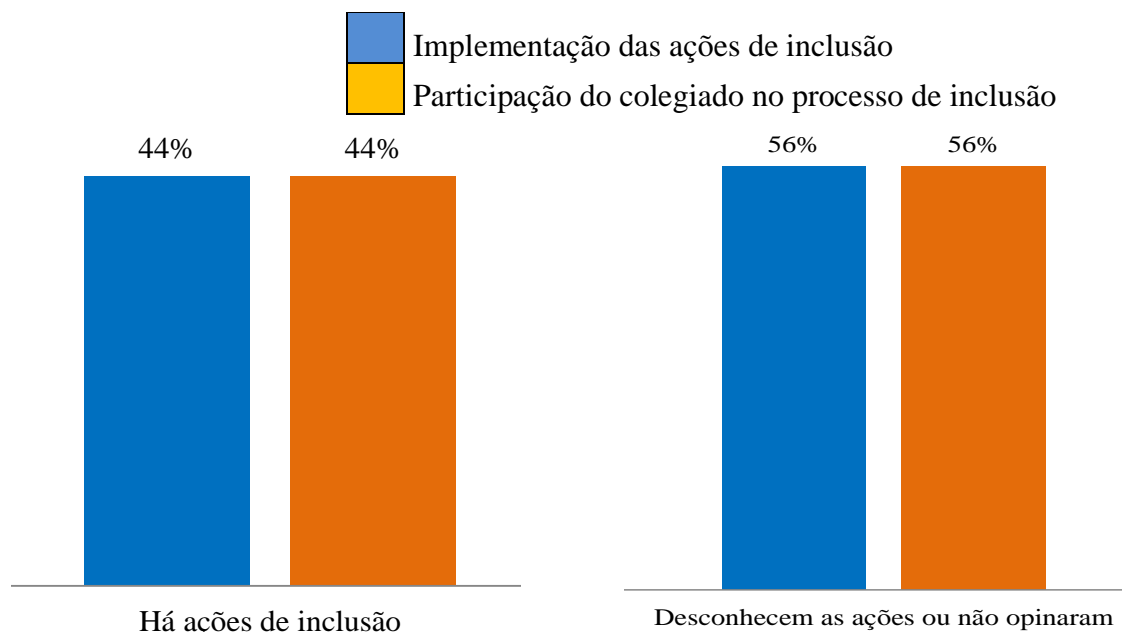
| | |
|--|--|
| <p>2 – Como avalia os níveis de participação dos colegiados de cursos no planejamento e na gestão da referida política, com vistas a prepará-los para o acolhimento desse novo perfil de estudante na UFBA?</p> | <p>Um (1) entrevistado destaca que atuam com dificuldades. Um (1) ressalta que a UFBA faz acolhimento e direciona os estudantes para os demais órgãos de apoio. Um (1) indicou que o colegiado não deve participar de ações dessa natureza, pois considera que o ensino não deve fazer distinção de raça e seguir o rigor científico. Dois (2) afirmam que por meio de reuniões. Dois (2) não quiseram opinar. Um (1) desconhece a atuação do colegiado para tal ação. Um (1) afirma que não há participação do colegiado e nem há ações pedagógicas específicas para discentes vulneráveis, mas estão estudando formas de mudar essa realidade.</p> |
| <p>3 – Você tem conhecimento de alguma ação estratégica voltada para o acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos quilombolas da UFBA? Em caso afirmativo, cite as que considere mais relevantes. Em caso negativo, informe os impedimentos que levam a esse resultado.</p> | <p>Três (3) entrevistados afirmaram não ter informação sobre essa ação. Um (1) informa que sabe que tem, mas não sabe descrever quais. Dois (2) apontaram a monitoria como uma dessas estratégias. Um (1) ressaltou também a monitoria e acrescentou: a orientação acadêmica, as oficinas destinadas a todos os cotistas. Um (1) não quis opinar. Um (1) destacou as ações da PROAE e do colegiado em desenvolver um plano de estudos com os quilombolas.</p> |
| <p>4 - Em sua opinião, quais os principais desafios para o processo de inclusão acadêmica dos estudantes quilombolas na UFBA?</p> | <p>Um (1) entrevistado afirmou ser superar a defasagem em relação ao ensino médio. Dois (2) destacaram ser a formação docente. Um (1) mencionou dificuldades dos estudantes em compreender que a ciência é laica e metódica. Um (1) falou sobre a diversidade cultural, a defasagem formativa e a redução orçamentária como fatores impeditivos. Dois (2) não quiseram opinar. Um (1) deu ênfase ao processo de implementação de ações integradas. E um (1) indicou a necessidade de encontrar formas de combater o racismo na comunidade acadêmica.</p> |

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com base na análise das respostas do bloco 4 de perguntas, depreende-se que há na UFBA ações pontuais que visam maior integração e inclusão dos estudantes quilombolas, principalmente no que concerne aos auxílios estudantis que visam contribuir com itens de necessidades básicas tais como, moradia e alimentação, entre outros auxílios financeiros gerenciados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.

Do mesmo modo, são manifestadas ações pontuais que objetivam sanar lacunas formativas advindas do ensino básico desenvolvidas no âmbito universitário como um apoio para que a defasagem não afete substancialmente o desempenho acadêmico, a exemplo das oficinas de exatas e humanas, assim também como a realização de monitorias e orientações acadêmicas.

Porém, as narrativas também apontam pontos que carecem de melhorias, conforme demonstrado no gráfico 10 a seguir:

Gráfico 10 – A percepção sobre as ações inclusivas direcionadas aos estudantes quilombolas

Fonte: elaborado pela autora (2020)

Neste gráfico 10, é possível identificar que a maior parte dos gestores (5) apontaram que desconhecem ações de inclusão direcionadas para o público quilombola. E um deles, especificamente, não reconhece a importância de haver ações estratégicas específicas para esse perfil de público, fator que destoa dos demais entrevistados que compreendem que ações pontuais direcionadas ao público quilombola são imprescindíveis para a permanência desse público na Universidade. Compreender que é dever da universidade implementar ações que visem a inclusão dos quilombolas é parte do reconhecimento de que é preciso buscar medidas que visem o alcance da reparação histórica das exclusões raciais advindas do racismo estrutural, como apontou uma das gestoras entrevistadas. Esta mesma gestora sinalizou para a necessidade de a universidade investir em estratégias de formação do corpo docente, discente e técnico para uma atuação descolonial e antirracista como parte do processo de implementação das políticas e ações afirmativas, e, dessa forma, combater também o racismo estrutural que permeia a sociedade da qual a universidade está inserida.

Nessa perspectiva, pontua-se que boa parte dos gestores entrevistados estão atinentes às demandas advindas do público estudantil quilombola, e que garantir ações estratégicas de inclusão para eles é um dever institucional. Coadunando com a análise de Paré, Oliveira e Velloso (2007), torna-se imprescindível um olhar mais sensível sobre a inclusão do povo negro no sistema educacional “[...] seja como receptor do conhecimento institucionalizado, seja como produtor da construção desse conhecimento”. Para os citados autores, é preciso reconhecer todo o processo histórico de negação do protagonismo social do negro, bem como

o processo de sua marginalização das benesses sociais, importantes para reduzir as desigualdades que afetam os afrodescendentes no processo civilizatório brasileiro.

Nessa direção, apesar das divergências identificadas nas respostas dos entrevistados, observou-se que há uma preocupação institucional na UFBA em garantir o acesso à população negra e às outras minorias, e que esse esforço tem sido crescente desde 2004, apesar das ameaças advindas das mudanças das políticas públicas adotadas pelos governos brasileiros desde 2016. A pesquisa traz elementos relevantes para o aprofundamento dos estudos propostos neste artigo, e também servirá de base para a integração dos estudantes quilombolas nesse estudo que poderão expressar sua percepção sobre os mesmos temas e nos dará a oportunidade de estabelecer comparações possíveis entre a visão dos gestores, dos docentes-gestores e do público beneficiário, através do instrumento avaliativo das ações inclusivas. Essa possibilidade de escuta ativa dos alunos quilombolas será de grande relevância, pois dará à UFBA e às outras comunidades acadêmicas públicas o conhecimento sobre duas percepções que estão separadas por questões formais, mas em tratar-se de política educacional superior, não há razões que justifiquem pensar a gestão sem os interessados diretos com a finalidade e a qualidade da ação pública.

2.3.5 Considerações Finais

A UFBA é a maior e mais sólida Universidade Pública Federal do estado da Bahia, assumindo por esse papel sócio-histórico um pioneirismo em várias ações, também em âmbito nacional, a exemplo da adoção inovadora da Política de Cotas, criada em 2004, como forma de democratização do acesso ao ensino superior na Bahia e no Brasil. Desde esse movimento de profundo conteúdo e compromisso democrático, esta Universidade vem ampliando e qualificando suas ações institucionais no sentido de ampliar esse processo de inclusão e melhorar a qualidade das ações de permanência desse perfil de estudantes. Nos dados da pesquisa, fundamentados na percepção de gestores acadêmicos e administrativos selecionados, foi possível observar que há um reconhecimento dos avanços da Universidade nessa direção, ainda que se reconheça também os desafios que ainda precisam ser superados, especialmente no que se refere aos seguintes aspectos mais relevantes: (a) ampliar e qualificar as políticas de formação técnica continuada dos gestores administrativos e docentes no âmbito das competências de gestão pública, com ênfase no conhecimento da legislação nacional e interna que regula a Política de Assistência Estudantil;

(b) criar políticas de formação dos docentes para o exercício da gestão acadêmica de modo a prepará-los para assumirem o papel de elos de integração dessa ampla e complexa rede de gestão da Política de Assistência Estudantil que envolve desde questões formais, passando por assuntos organizacionais e administrativas, até alcançar as ações pedagógicas que, à medida que foram integradas, permitirão qualificar a formação acadêmica dos estudantes em situação de inclusão social; (c) ficou evidenciado na pesquisa que os colegiados dos cursos ainda mantêm-se relativamente distanciados dessa política, o que contribui para a formação de gestão dos próprios coordenadores de cursos, tendo em vista que, conforme as normas internas da universidade, esses gestores são escolhidos no âmbito desse colegiado; sugerimos, como sugestão para sanar esse distanciamento, a criação de ações de formação continuada em gestão pública e gestão pedagógica, com ênfase na criação de uma cultura que valorize a gestão do conhecimento e uma cultura de aprendizagem colaborativa; (d) sobre a perspectiva dos alunos quilombolas, objeto prioritário desse estudo, merece destacar que um dos caminhos para o fortalecimento do processo qualitativo de inclusão social desses estudantes seja investir em ações gestoriais e pedagógicas que privilegiem a integração de ações entre as Pró-Reitorias vinculadas diretamente com a Política de Assistência Estudantil, as Unidades de Ensino, os Departamentos, os Colegiados e a Coordenação dos Cursos. Nesse caso, para além dos assentos dedicados aos discentes nos órgãos colegiados, poderiam ser pensadas alternativas criativas de participação formal do coletivo quilombola, e serem criadas ações que inibam o racismo na comunidade universitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N., MARINHO, M. B, CARVALHO, M. J, SANTOS, J. T. dos. **Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. 2005.

BEZERRA, T. O. C., GURGEL, C. R. M. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **Pensamento & Realidade**, n. 27, v.2, p. 95-117. 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43587/a-politica-publica-de-cotasemuniversidades--quanto-instrumento-de-inclusao-social/i/pt-br>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CARRIL, L. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 539-564, jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.=sci_arttext&pid=S141324782017000200539&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2020.

FERRARI, K. P., DAL RI, N. M. Movimento estudantil e a democratização da universidade. In: VI Seminário Internacional Teoria Política Do Socialismo. UNESP, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticado-socialismo/movimento_karina.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

GOMES, L. C. B. O direito quilombola e a democracia no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. v. 50, n. 199, jul./set. 2013, p. 303-320.

KRISHA, K., TARASOV, A. **Affirmative action**: one size does not fit all., Cambridge: National Bureau of Economic Research. 2013.

MAIO, M. C., SANTOS, R. V. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). **Horiz. antropol.** Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 181-214, jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832005000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2020.

NERY, M. B. M., *et al.* Um novo universitário: estudantes de origem popular na Ufba. In: SAMPAIO, S. M. R., **Org. Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p.93-113. ISBN 9788523212117. Disponível em: Scielo Books.

PARE, Marilene Leal; OLIVEIRA, Luana Paré de; VELLOSO, Alessandra D'Aqui. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga de Engenho II (GO). **Cad. CEDES**, Campinas, v. 27, n.72, p. 215-232, ago. 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

UFBA.PDI (2018/2022). Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/planodesenvolvimento-institucional-ufba_web_compressed.pdf. Acesso em: 02 jan. 2019.

2.4. ARTIGO 4 – DESENHO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA

2.4.1 Introdução

O ensino superior brasileiro, por determinação constitucional, deve ser ministrado com base em alguns princípios fundamentais, entre eles cabe destacar: a igualdade de condições para o acesso e permanência, a gratuidade, a gestão democrática e a garantia do padrão de qualidade (BRASIL, 1988, art. 206). O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é parte de uma política pública do Estado Brasileiro, instituído em 2004, no Governo do Presidente Lula, com a finalidade de avaliar a qualidade da educação superior no país e, a partir deste sistema, implementar medidas para efetivá-la, levando em consideração critérios de qualidade previamente definidos para a manutenção de cursos oferecidos pela instituição de ensino superior (BRASIL, 2004). Em uma perspectiva ampliada, percebe-se que, ao avaliar se tem a intenção de encontrar meios para atingir melhorias, e contribui para a transformação da educação na efetivação de fatores importantes do aprendizado.

Com base neste contexto, entende-se que, após 15 anos de ações afirmativas com estudantes ingressos mediante cotas sociais e raciais na UFBA, é preciso avaliar os impactos dessas ações, tomando por referência os princípios constitucionais supracitados, a partir da compreensão de que a avaliação pode gerar subsídios que possibilitem destacar as melhorias alcançadas, identificar lacunas e propor melhoria para tais ações, que neste caso específico, destina-se ao público quilombolas. Para tanto, partiu-se da seguinte indagação: como incentivar uma cultura de avaliação das ações afirmativas implementadas pela UFBA, com a participação ativa dos discentes ingressos, mediante cotas para remanescentes das comunidades quilombolas? Considera-se, pois, imprescindível que os estudantes quilombolas devam se envolver ativamente nesse processo de avaliação, garantindo desse modo uma avaliação democrática, a partir da contribuição do público interessado/beneficiário.

A educação é um direito de todos e um direito social (BRASIL, 1988) que, para ser inclusiva, faz-se necessário buscar informações, entre os envolvidos, de como vem sendo exercida, dando oportunidade para serem escutados em relação a sua inclusão no ensino superior e o que esperam conseguir por meio dela. Assim, anseia-se dar visibilidade e voz aos estudantes quilombolas, que deixarão suas percepções para que a gestão universitária proponha, em conjunto com eles, mecanismos de avaliação que fomentem cada vez mais a inclusão.

O objetivo deste artigo é apresentar um desenho de instrumento avaliativo que seja capaz de captar as concepções dos estudantes quilombolas a respeito da inclusão na UFBA, estando atinente para o propósito da qualidade da educação e para verificar se as condições para a concretizar foram atendidas. Nesse sentido, conseguir, através das dimensões, indicadores e itens selecionados, identificar: como estão inseridos no ensino, na pesquisa e na extensão; suas expectativas em relação ao curso escolhido; sua vivência na universidade; suas redes de sociabilidades; sua atuação profissional e social após a finalização do curso; seu grau de pertencimento. Para o alcance desse objetivo, foram utilizados como perspectiva metodológica os artigos anteriores produzidos nesta dissertação que valsa sobre: O Acesso dos Estudantes Quilombolas por Meio das Ações Afirmativas: um estudo de caso na UFBA; Ações Afirmativas nas Instituições Públicas de Educação Superior: estratégias, limitações e desafios com ênfase no atendimento aos estudantes quilombolas; Avaliação da Política de Ações Afirmativas da UFBA: Uma Análise a partir da Percepção dos Gestores; além de pesquisas bibliográficas e documentais para a seleção das dimensões, dos indicadores, dos itens e do barema utilizados.

Por fim, desta forma, oferecer à universidade um instrumento avaliativo que, ao ser aplicado, traga respostas às incertezas da implementação das políticas inclusivas e que proporcione caminhos para a qualificação e ampliação destas.

2.4.2 Avaliação de políticas públicas: inspirações teórico-metodológicas para a estruturação do instrumento

Segundo Bouldosa e Araújo (2009), avaliar é uma ação natural e frequente na rotina de um indivíduo; o que implica admitir que a todo o momento um conjunto de informações, situações e acontecimentos individuais, organizacionais e sociais são avaliados e julgados informalmente pelas pessoas. Esse exercício, em certa medida espontâneo, possibilita processos cognitivos e de aprendizagens que poderão resultar na construção de opiniões sobre um dado fato. Como ressaltam os citados autores, esse processo de avaliação tem um caráter subjetivo e revela processos intuitivos e informais, ou seja, sem preocupação em criar uma sistemática ou lógica mais sofisticada para proceder a essa avaliação. Pode-se concluir que esse modo informal de avaliar ações cotidianas é um elemento importante para o processo de construção dos comportamentos sociais e para moldar a percepção que sustenta que, de algum modo, a maioria das pessoas estão familiarizadas com esse processo espontâneo que reflete a dinâmica da vida em sociedade.

No entanto, afirmam os citados acadêmicos que, enquanto as avaliações informais resultam de reações naturais, as avaliações formais carregam um grau maior de complexidade, visto que devem refletir informações baseadas em dados confiáveis para se contrapor ao simples julgamento ou opinião. Nesse tipo de avaliação, é necessário definir bases teórico-metodológicas que orientem a definição de procedimentos embasados em pesquisa científica para, assim, poder emitir um juízo de valor com argumentos e justificativas que convençam os interessados no tema. Isso implica que os resultados da avaliação formal deverão possibilitar, pois, uma discussão embasada em dados seguros, orientados para a reconstrução de uma dada realidade social e/ou organizacional (BOULLOSA; ARAÚJO, 2009).

Corroborando com essa análise, Cotta (1998) ressalta que, para que tenha alguma utilidade, o processo avaliativo não deve perder de vista seu caráter prático e aplicado, ainda que esteja sustentado em bases teóricas sólidas. Com base na qualidade dos instrumentos avaliativos, é possível, portanto, verificar o mérito e o valor do que foi avaliado e, com base nessa verificação, contribuir para promover melhorias no desempenho de políticas, programas, projetos e ações, assim como auxiliar a tomada de decisão de gestores, usuários/cidadãos e também (re)orientar a implementação de políticas.

Ampliando essa leitura, Silva e Brandão (2003) destacam que a avaliação pode ser compreendida também como um esforço que reflete elaboração, negociação e aplicação de critérios explícitos de análise de uma política, programa ou projeto. Acrescentam, ainda, que se trata de um exercício metodológico cuidadoso e preciso, que visa conhecer, medir, determinar ou julgar aspectos relativos ao contexto, mérito, valor ou estado de uma determinada situação ou processo visando estimular processos de aprendizagem e o desenvolvimento de pessoas e organizações.

Por tratar-se de um conceito ainda em construção, existem outras correntes teóricas que defendem ser a avaliação uma atividade que deve mostrar a realidade sem emitir qualquer juízo de valor. O que implica que a atividade avaliativa deve ser realizada pela pessoa que solicitou a avaliação e não pelo avaliador. Essa perspectiva racionalista remete às concepções mais instrumentais que defendem que o papel da pesquisa avaliativa e do pesquisador deve ser neutro; ou seja, avaliar implica apenas em registrar os eventos sem emitir juízo de valor. O que, para o campo das ciências humanas e sociais, tem se revelado uma meta de difícil alcance pelo simples fato de que todas as ações humanas e sociais carregam um caráter subjetivo enorme, impedindo que os esforços da ciência positivista garantam níveis de neutralidade comuns aos campos de conhecimento das áreas de exatas.

Sobre essa celeuma, cabe ressaltar que o que se entende por ‘juízo de valor’ não expressa o que tem sido denominado na linguagem do senso comum de “achismos”. Julgar um fato ou uma ação social/organizacional exige a definição de instrumentos e procedimentos próprios do campo da pesquisa social e da pesquisa avaliativa que devem estar fundamentados em argumentos teóricos e contextuais que justifiquem e garantam a plausibilidade da avaliação que se pretende realizar. Os resultados da pesquisa avaliativa devem ser, conforme destacam Boullosa e Araújo (2009), dialogados pelos avaliadores e pela coletividade interessada, experiência que desencadeia um processo de aprendizagem prático-institucional e social fundamental, proporcionando, desse modo, um repensar da própria concepção e/ou implementação do objeto avaliado.

Com base nessa compreensão ampliada da pesquisa avaliativa, pode-se concluir que a avaliação é uma atividade ampliada que envolve, direta ou indiretamente, diferentes atores (avaliadores e avaliados) que estão articulados por representarem distintas e complementares fontes de informação que irão permitir observar o objeto avaliado. Nesse sentido, podem ser utilizados instrumentos múltiplos como entrevistas, reuniões, análise de documentos, levantamento bibliográfico, identificar percepções, dentre outras possibilidades de coleta de dados. Conforme já destacado anteriormente, avaliar é uma atividade de pesquisa que carrega uma elevada carga de subjetividade devido ao potencial que assume de não apenas reinterpretar, mas também de transformar a realidade. Ao admitir uma interpretação crítica sobre a abordagem teórica que deve sustentar o desenho de um instrumento de avaliação, reconhece-se que a realidade a ser observada é resultado e resultante de uma construção social. O que implica admitir que tal realidade expressa opiniões, preconceitos, modos de vida, entre outras percepções que podem emergir desse exercício. Ademais, é fundamental considerar que os atores envolvidos no processo de avaliação têm crenças, princípios, valores próprios que são indissociáveis da forma como se inserem em um dado contexto o que implica que essas singularidades pessoais influenciarão o processo avaliativo (BOULLOSA; ARAÚJO, 2009).

O campo de estudo e de formação em análise e avaliação de políticas e programas na administração pública somente surge após o fim da Segunda Guerra Mundial, momento no qual o Estado amplia seu papel e suas funções na gestão da economia capitalista, em âmbito global e nacional. Na medida em que o poder público passa a assumir novas e mais complexas responsabilidades de não apenas regular as relações sociais de produção, comercialização e distribuição, mas consolida uma tendência que já vinha crescendo, desde o fim da crise de 1929, de ser também um agente do mercado, passando a produzir bens e serviços, que exige novas formas de pensar, implementar e avaliar suas ações (SANTOS, R. S. *et. al.* 2016). Considerando as mudanças radicais que vão alterar o modo de administrar a economia global e nacional, os agentes e profissionais vinculados ao campo da economia

passaram a investir em estudos teóricos e metodológicos dirigidos para possibilitar a emergência desse novo campo de estudo focado na definição de bases confiáveis para avaliar as ações do Estado. Nesse contexto, as práticas avaliativas consolidam-se como um campo profissional sustentado em bases teóricas inter, multi ou transdisciplinares. (CONTANDRIOPOULOS, CHAMPAGNE, *et al.*, 1997).

No Brasil, os instrumentos de avaliação emergem precocemente em articulação com os acordos de cooperação internacional para viabilizar os projetos vinculados aos objetivos do nacional-desenvolvimentismo, especialmente entre os anos de 1940 e 1979. Tais experiências estavam integradas aos acordos de cooperação internacional que impunham metas de acompanhamento e avaliação dos programas e projetos vinculados. Mas, a partir de 1995, com as transformações advindas da adoção das medidas dirigidas para garantir a Reforma do Estado, com base na concepção neoliberal, as políticas avaliativas assumem um papel de destaque, não apenas como instrumento para viabilizar o exercício do controle social (exigência da promulgação da Constituição Federal de 1988), mas, principalmente para garantir indicadores fundamentais para o gerencialismo sustentado no princípio da eficiência. O gerencialismo defendia que o progresso da administração pública estava atrelado ao aumento da capacidade de empreendedorismo do governo que seria alcançado por meio de uma correta alocação e utilização dos recursos públicos.

Apesar de haver uma aceitação formal da prática avaliativa como instrumento relevante para garantir níveis elevados de eficácia, eficiência, e efetividade, muitos estudos ressaltam que a cultura de avaliação não foi incorporada nos processos de formulação, de implementação das ações públicas no Brasil. O formalismo desse esforço pode ser identificado por meio da aprovação de diversas diretrizes estabelecidas pelo poder público (em âmbito federal, estadual e municipal), conforme têm sido exigido pelos órgãos de controle (TCU, CGU, TCEs e TCMs), embora se observe na prática não haver uma cultura consolidada que estimule e utilize a pesquisa avaliativa como um instrumento orientador das ações dos gestores públicos.

Nesse sentido, concordamos com Boullosa e Araújo (2009) quando ressaltam a necessidade de haver um maior investimento por parte da academia para desenhar instrumentos avaliativos qualificados e por parte da administração pública de consolidar uma cultura de avaliação das ações públicas. Entretanto, esse debate carece de alguns cuidados ao considerar que, na atualidade, os esforços que têm sido empreendidos nessa direção estão mais comprometidos em avaliar as políticas públicas por seus resultados, em detrimento do alcance de sua finalidade ou qualidade. A escolha ideológica de instrumentalizar a avaliação por meio de sua tecnificação deve-se ao domínio da perspectiva neoliberal que tem induzido o Estado a defender mais os interesses da economia de mercado do que preservar os interesses sociais mais gerais, mediante a garantia da qualidade e efetividade das ações públicas.

De acordo com Freitas, Costa e Miranda (2014, p.85):

O tema avaliação é por si só complexo, pois quando em debate, logo o conecta a escola, provas, indicadores de desempenho e outros temas polêmicos que permeiam o universo educacional. Porém, o termo avaliação é algo que vai muito além do universo da educação sendo parte da própria condição humana. A avaliação pode ser tratada por diferentes dimensões, e pode ser usada em vários níveis do sistema educacional, de diversas formas e finalidades.

A compreensão do processo avaliativo pelo olhar dos seus usuários, os estudantes beneficiários das cotas, como participantes dos cursos, no caso do objeto dessa dissertação, quando observa o currículo apresentado, o desempenho dos professores na sala de aula, o material didático indicado, a infraestrutura, os acolhimentos oferecidos e os benefícios, contribui nos aspectos tanto quantitativos, quanto qualitativos de todo o processo, evitando o desvio dos objetivos traçados, fazendo conexão com a finalidade da inclusão no ensino superior. Pela sua amplitude e complexidade, um processo de inclusão educativo não pode se concretizar plenamente sem a análise perceptiva dos envolvidos, vinculando os processos formativos, ciclos e modalidades educativas ao seu desenvolvimento intelectual, além das expectativas quanto às práticas pedagógicas e de gestão educacional esperadas.

Casali (2007, p.10) afirma que a avaliação é “[...] um saber situar cotidianamente, numa certa ordem hierárquica, o valor de algo enquanto meio (mediação) para a realização da vida do(s) sujeitos(s) em questão, no contexto dos valores culturais e, no limite, dos valores universais”. Em diferentes campos sociais, avançar na avaliação da educação para atender à gama das diversidades encontradas é um esforço na administração do saber.

2.4.3 Contextualizando os desafios dos estudantes quilombolas após o ingresso na educação superior

Conforme destacado na introdução dessa dissertação, o objetivo geral desse estudo foi identificar os dilemas, os desafios e as perspectivas da implementação da Política de Assistência Estudantil da UFBA, a partir da percepção dos gestores e estudantes quilombolas para garantir um processo efetivo de inclusão social. Como objetivo derivado, mas não menos importante, espera-se que esse trabalho possa contribuir para que a gestão institucional, administrativa e acadêmico-pedagógica da Universidade possa melhorar sua capacidade para receber adequadamente os discentes quilombolas, de modo a ajudá-los no processo de superação das deficiências que carregam, desde o ensino básico. Ao integrar, no desenho do instrumento avaliativo, aspectos que destacam o atendimento das necessidades materiais

(alimentação, moradia, transporte, segurança, etc), privilegiou-se colocar em discussão outras dimensões, especialmente as acadêmico-pedagógicas, dirigidas para ampliar o olhar sobre os aspectos que têm dificultado a permanência e a qualidade da formação desejada desses discentes.

Sobre esse aspecto, merece destacarmos as contribuições trazidas por Goldemberg (1993) ao ressaltar que um ensino básico de qualidade é um diferencial para possibilitar a inclusão no ensino superior. O que valida a pressuposição defendida pelo autor e sustentada no argumento de que as ações inclusivas só podem ser realizáveis, em primeiro lugar, se houver investimentos para qualificar a formação dos professores e melhorar a infraestrutura das escolas públicas (onde são alfabetizados e formados os jovens quilombolas) e, em segundo lugar, qualificar as ações de assistência estudantil e de apoio socioeducativo para esses alunos ao ingressarem na Universidade. Através dessas duas ações convergentes, segundo o autor, é possível alterar significativamente as travessias que esses estudantes têm enfrentado para chegar, permanecer e receber uma formação adequada que lhe garanta uma inserção efetiva no mundo do trabalho.

A educação não pode ser excludente, não pode permitir que seus cidadãos participem e permaneçam no sistema educacional sem a garantia do aprendizado adequado. O processo formativo nas escolas deve atender às diversidades pertencentes a cada grupo de estudante, aprofundando a democratização dos princípios educacionais. Segundo Santos (2003, p. 4) “[...] em educação, a inclusão chegou para reafirmar o maior princípio já proposto internacionalmente: o princípio da educação de qualidade como um direito de todos”.

A política de inclusão no ensino superior, sob a ótica das ações afirmativas, foi promulgada com o intuito de promover a inserção das diversidades e a redução do acesso desigual, permitindo o aumento do número dos estudantes pertencentes aos grupos étnico-raciais e de classe socialmente menos favorecidas na universidade, o que está possibilitando o aprimoramento profissional, cultural e a participação mais profícua na sociedade por esses grupos.

Consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/6) que o ensino superior tem por finalidades:

Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996, IV, art. 43).

Essas finalidades são válidas em todas as circunstâncias, devendo ser aplicadas na inclusão dos estudantes cotistas, portanto respeitando sua realidade e diversidade para que alcancem os conhecimentos necessários e assim possam ser repassados para sua comunidade, contribuindo com o desenvolvimento territorial.

A comunidade quilombola permanece buscando melhorias para a diminuição das desigualdades, batalha por igualdade e por políticas públicas que os incluam, onde se possa garantir uma vida digna, direito à saúde, ao lazer e a uma educação de qualidade que contenha a sua história, descolonizando o conhecimento, para ser de fato uma educação inclusiva, permitindo o acesso ao ensino superior que proporcionará melhorias para seu povo. Logo, faz-se uma mobilização como instrumento de luta para uma reflexão do reconhecimento da garantia do seu território e de sua identidade. Com isso, parte-se da perspectiva de oportunizar a esses atores, após 15 anos em que a UFBA aderiu ao sistema de cotas, avaliar as ações promovidas para a inclusão social dos remanescentes quilombolas, à medida que se procura investigar se os propósitos na inclusão do ensino superior vêm sendo cumpridos, e se as desigualdades e o combate da submissão de pessoas excluídas vêm reduzindo. Este estudo tem por objetivo propor um instrumento de acompanhamento da efetividade das ações afirmativas na UFBA para a inclusão dos estudantes quilombolas, considerando a busca por qualidade e equidade em ações estratégicas que favoreçam a permanência, bem como, a formação inclusiva para a diversidade étnico-racial.

Visando aprofundar essa discussão e incorporar sugestões que minimizem as divergências encontradas entre as ações efetivadas e as esperadas na política e na inclusão dos estudantes quilombolas, este projeto se propôs a apresentar como produto o desenho de um instrumento de avaliação que, quando aplicado, poderá fornecer dados qualitativos fundamentais que irão incorporar a percepção e as expectativas dos estudantes quilombolas em relação ao processo de inclusão na UFBA. Acredita-se que essa será uma relevante contribuição para que gestores, professores e estudantes possam aferir as lacunas institucionais, administrativas e acadêmico-pedagógicas que precisam ser superadas em frente aos desafios e às dificuldades de promoção de uma formação inclusiva. Assim também como permitirá incorporar ações estratégicas que ajudem a expandir as melhorias do ambiente universitário, de forma a aumentar o sentimento de pertencimento dos estudantes quilombolas em relação à universidade. Conforme afirma Coulon (2008), fazer com que os estudantes se sintam afiliados à Universidade implica consagrar espaços de participação ativa nas decisões institucionais, administrativas e acadêmicas-pedagógicas, contribuindo assim para uma formação efetiva e qualificada.

Naturalmente, é fundamental reconhecer que a aprovação das políticas de ações afirmativas teve como impactos relevantes a diminuição das barreiras para o acesso à universidade, constituindo-se desse modo em um importante avanço na democratização da educação superior. Entretanto, ainda persistem muitas limitações no âmbito institucional e administrativo, mas, sobretudo nos aspectos acadêmico-pedagógicos que interferem no nível de permanência dos estudantes cotistas. Dentre essas limitações, podem ser destacados os exemplos da falta de preparo dos colegiados dos cursos e dos docentes para darem o suporte necessário à esses estudantes, de modo a ajudá-los na superação das lacunas de aprendizagem que trazem da formação básica. Sem essas medidas, esses obstáculos poderão se configurar em desafios intransponíveis para o prosseguimento dos estudos na educação superior.

Historicamente, a desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil indica níveis elevados de defasagem no processo de aprendizagem, com rebatimentos graves no acesso à educação aos jovens menos favorecidos. Essa realidade ganha contornos mais graves na população afrodescendente. Tal cenário atrasa ou dificulta a transição de um nível escolar para outro, e muitos desses jovens não conseguem completar nem ao menos o ensino básico. Essa transição tardia se reflete no baixo número de jovens negros no ensino superior, reduzindo, desse modo, a chance de alterar essa trajetória que tem se consolidado como uma impossibilidade de ascensão social. Nesses casos, não há como as políticas de inclusão social resolverem essa situação, pois parte dessa população já está excluída na base.

Esse cenário reforça o argumento de que a educação pública no Brasil é resultado do descaso político e de uma gestão governamental que não oferece as condições adequadas para garantir a permanência dessa população no sistema educacional. Em outras palavras, ao não terem oportunidades ou condições de concluir sua formação básica, potencializa e eterniza as condições históricas que têm perpetrado os tradicionais mecanismos de desigualdades socioeconômica, cultural e política. Essas condicionantes históricas revelam, portanto, as consequências do dualismo que tem permeado as relações sociais brasileiras, com repercussões dramáticas nas políticas de educação.

Conforme já ressaltado anteriormente, o sucesso da implementação da política de ações afirmativas depende também de ações institucionais, administrativas e pedagógicas que permitam o enfrentamento das dificuldades básicas de aprendizagem dos estudantes quilombolas. Em outras palavras, o êxito de um programa social de inclusão deve se basear na especificidade do público que se deseja atingir. Sobre o tema Gomes (2011, p. 134) afirma que:

[...] quanto mais aumenta a consciência da população pelos seus direitos, mais a educação é tomada na sua especificidade conquanto direito social. E mais, como um direito social, que deve garantir nos processos, políticas e práticas educativas a vivência da igualdade social, da equidade e da justiça social aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais.

Conforme já ressaltado, a adoção de cotas étnicas e raciais para egressos do ensino médio de escolas públicas mudou a realidade de muitos jovens e adultos que desejavam acesso ao ensino superior público. Porém, ao garantirem esse acesso, iniciam outra luta não menos inglória para enfrentar outros obstáculos em relação a preparação para o desenvolvimento das competências teóricas, contextuais e práticas da área que escolheram para se formar. Trata-se de desafios para que acessem plenamente os conhecimentos próprios da sua área de especialização vinculados à capacidade de abstração necessária para que possa acessar o pensamento científico, dominar as regras complexas e sofisticadas para articular aspectos teóricos, contextuais e práticos, conhecer as técnicas e simbologias para alcançar um aprendizado rápido e constante, dentre outros domínios relevantes para que alcance sucesso na sua formação. Reafirmando esse argumento, Coulon (2017, p. 1243) destaca que “a mudança mais espetacular que se produz com o ingresso na universidade é a relação dos novos estudantes com as regras e os saberes, uma verdadeira aprendizagem prática que deve ser desenvolvida”.

O investimento na educação pública básica, buscando o aperfeiçoamento contínuo dos educadores, favorecendo a qualidade do ensino, abre maiores chances de sucesso dos seus estudantes no acesso ao curso superior com menos lacunas a serem cobertas para o acompanhamento do conhecimento acadêmico científico. A educação assume, portanto, uma função central para o desenvolvimento de uma população e de seus territórios. Nesse sentido, concordamos com a interpretação de Silva (2009, p. 264) ao reafirmar que as ações afirmativas garantem essa oportunidade visto que têm por objetivo fundamental “[...] corrigir desigualdades no acesso à participação política, educação, saúde, moradia, emprego, justiça, bens culturais; reconhecer e reparar crimes de desumanização e extermínio contra grupos e populações”.

Sobre esse tema, Coulon (2017, p. 1239) também corrobora que “O desenvolvimento do ensino superior é uma questão importante para o desenvolvimento social e para o desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento”. Portanto, expandir o acesso ao saber pela democratização do ensino superior não só permite a liberdade intelectual de um povo como contribui para o desenvolvimento regional, formando uma cadeia que não deve ser interrompida pelo benefício de todos. Investir em educação, abrindo as portas de forma democrática, é a garantia da diminuição das mazelas que afetam o país, é apostar no seu progresso.

Incluir significa buscar relações mais igualitárias, diminuir as desigualdades, combater as práticas excludentes por uma parte da sociedade. Na educação, é uma metodologia para ampliar os conhecimentos, respeitar as diferenças, incluir redes de sociabilidades. É conviver. A inclusão aplica-se em práticas sociais diversas, tanto no trabalho, no lazer, na educação, na cultura e prioritariamente no jeito de se ver, sentir e olhar o outro, são atitudes simples, corriqueiras do dia a dia (CAMARGO, 2017).

São consideradas ações estratégicas para a expansão da inclusão na educação no sistema educacional brasileiro os seguintes instrumentos: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de admissão em instituições públicas de ensino superior; o Sistema de Seleção Unificada (SISU); e a criação e ampliação de universidades públicas nas capitais e no interior do país, além das cotas, um processo que vem dinamizar os princípios democráticos da educação.

A inclusão educacional parte de movimentos de luta que defendem a garantia do direito de todos os cidadãos de buscarem conhecimentos, de adentrarem na concepção que o mundo trás sobre os elementos de qualidade educacionais e de serem capazes de avaliar sua natureza, seus atributos para se chegar a uma inclusão social desejada. As finalidades educativas devem alcançar a todos com a qualidade almejada, respeitando os diferentes espaços, atores e a sua trajetória histórica e cultural. De acordo com Santos (2003), uma instituição educacional inclusiva é aquela que está atenta em apresentar uma estrutura adequada para seu funcionamento, observando as necessidades dos estudantes e tendo por meta responder as diversidades apresentadas por seu público alvo, não só pelo seu desempenho escolar, mas na interação com os colegas e professores, além de acompanhar a atitude dos seus educadores, como também do sistema educacional como um todo.

Em outras palavras, a instituição educacional inclusiva busca uma solução para o enfrentamento dos desafios e cria perspectivas de melhor formação acadêmica que permite um desempenho favorável dos estudantes em sala de aula, evitando a evasão e contribuindo no êxito na conclusão do curso. O processo de inclusão no ensino superior é mais um fator importante que contribui no avanço do aprendizado das minorias amparadas pelas ações afirmativas. No entanto, para que o uso das práticas pedagógicas seja uma medida eficaz, a reflexão sobre uma avaliação educacional que verifique os componentes do processo educacional faz parte também das ações inclusivas.

2.4.4 Percurso Metodológico para a construção do instrumento

A construção do instrumento de avaliação sobre as ações inclusivas a serem respondidas pelos discentes por decisão da Universidade ou inspirado por outros projetos de pesquisa sobre o tema, tomou por base os indicadores de qualidade contidos no Instrumento de Avaliação dos processos de reconhecimento e Renovação de reconhecimento de cursos de Graduação, presenciais e a distância (BRASIL, 2017) utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) por se adequarem ao propósito da pesquisa e por oferecerem maior legitimidade ao estudo. Considerando esses atributos, considerou-se tratar-se de um recurso metodológico que pode servir para atender, ainda que parcialmente, aos objetivos originais que inspiraram esse projeto que contou com a participação ativa dos estudantes quilombolas no desenho do próprio instrumento.

Nesse sentido, ao almejar avaliar a Política de Ações Afirmativas da UFBA, a partir do olhar crítico dos discentes, espera-se contribuir com informações substantivas que reflitam as singularidades e as necessidades (reais e potenciais) desse perfil de estudante, e que possibilitem a redefinição de estratégias de gestão institucional, administrativa e, principalmente acadêmica dos cursos. Esse esforço integrado dos aspectos político-institucionais, técnico-operacionais e pedagógicos deverão apontar, portanto, os rumos que a instituição precisa priorizar para garantir não apenas o acesso e a permanência ao ensino superior, mas para avançar nas ações que possibilitem melhorar a qualidade da educação recebida.

Em termos teórico-metodológicos, o desenho desse instrumento de avaliação inspirou-se nos resultados da pesquisa bibliográfica e documental sobre a origem e a evolução das políticas de ações afirmativas no Brasil, considerando as experiências pioneiras de três universidades públicas baianas: UFBA, UFRB e UNEB. A título de comparação, foi incorporada ao escopo do estudo a realidade de Universidade Nacional de La Plata, instituição Argentina que nos recebeu para a vivência da Residência Social. A escolha das três universidades baianas justifica-se pelo pioneirismo assumido na integração da política de cotas antes da regulamentação nacional sobre o tema.

Foram acrescentados a esses dados a análise das entrevistas realizadas a gestores e coordenadores de colegiados de cursos da UFBA, selecionados por sua atuação na implementação da Política de Ações afirmativas desta Universidade. Integraram esse grupo dois Pró-Reitores e sete coordenadores de colegiados, selecionados por representarem os

cursos com um maior número de estudantes quilombolas. Para orientar as entrevistas, o instrumento contou com dezenove perguntas-chave, divididas em quatro categorias de análise centrais que versaram sobre os seguintes aspectos principais: (1) conhecimento sobre as políticas de ações afirmativas; (2) conhecimento sobre as estratégias de gestão (desenvolvimento institucional) da UFBA para a implementação da política de assistência estudantil; (3) conhecimento sobre o nível de participação dos estudantes na concepção e na implementação da política de assistência estudantil; (4) conhecimento sobre o processo de inclusão acadêmica dos alunos quilombolas.

As dimensões e os indicadores utilizados para compor o instrumento de avaliação foram idealizados, portanto, considerando tanto os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam o estudo, quanto a discussão dos resultados elencados. O roteiro de perguntas privilegiou uma linguagem clara para respeitar o perfil do público-alvo e evitar a indução das respostas. Foram destacados 23 indicadores e 52 descritores que possibilitam tanto detectar a percepção geral dos estudantes quilombolas como identificar suas principais expectativas em relação a qualidade da concepção e a implementação da política de assistência estudantil da UFBA e seus desdobramentos. As alternativas de resposta foram elaboradas considerando o seguinte barema: 1 - Inexistente; 2 - Não atende; 3 - Atende parcialmente; 4 - Atende completamente. Para respeitar a identificação do estudante será solicitado apenas a indicação do curso ao qual está matriculado.

2.4.4.1 Apresentação comentada do instrumento

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o desenho desse instrumento de avaliação deverá servir para inspirar outros estudos que permitam avançar no desenho de uma Tecnologia Social mais sofisticada, ‘coconstruída’ com a participação ativa dos estudantes. Diante das limitações impostas pela Pandemia da Covid-19, considerou-se como uma contribuição relevante para concluir essa pesquisa integrar um instrumento de pesquisa qualitativa dirigida para reconhecer, preliminarmente, a percepção e as expectativas dos estudantes quilombolas. A validação desta proposta metodológica possibilitará, seguramente, que outros estudos possam aplicar esse instrumento como base para a melhoria da gestão da política de assistência estudantil da UFBA, assim como poderá inspirar outros estudantes de pós-graduação a avançar no desenho de uma tecnologia social mais robusta que envolva a participação ativa dos estudantes nesse processo.

Trata-se de um instrumento de avaliação de implementação da política de assistência estudantil a ser respondida pelos estudantes quilombolas da UFBA e que priorizou a seleção de indicadores da qualidade da oferta educacional. O objetivo é que esse formulário, após validado por esta banca de avaliação e ajustado às demandas e prioridades da gestão institucional, administrativa e acadêmica da UFBA, possa ser disponibilizado para uso de toda a comunidade técnica e docente com fins de levantamento de dados e informações que qualifiquem, de forma continuada, a gestão e a governança inclusiva da Universidade.

As principais dimensões de análise que integram o referido instrumento estão dirigidas para mapear as percepções e as expectativas dos estudantes quilombolas sobre a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem voltados para atender às singularidades do perfil desses discentes, conforme destacado a seguir:

- I. Políticas institucionais que articulem as atividades de ensino, pesquisa e extensão com ênfase no processo de inclusão dos estudantes quilombolas;
- II. Organização curricular que revele o compromisso institucional de incluir conteúdos e práticas educativas que respeitem a educação inclusiva que integre temas que tratem das relações étnico-raciais no contexto nacional e local;
- III. Acompanhamento do desenvolvimento acadêmico dos estudantes (qualidade da orientação pedagógica disponibilizada);
- IV. Sistema de avaliação que valorize e reconheça saberes autóctones;
- V. Formação continuada do corpo docente que capacite os professores para uma educação inclusiva;
- VI. Metodologias e estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes e ajudem a superar as dificuldades advindas do ensino básico.

Com base nas dimensões destacadas acima, espera-se que o instrumento de pesquisa permita levantar as seguintes informações:

- A – Avanços e barreiras no processo de ensino-aprendizagem;
- B – Inserção nas ações de pesquisa e de extensão;
- C – Qualidade da oferta dos serviços acadêmicos;
- D - Expectativas em relação à vivência na Universidade;
- E - Expectativas em relação à formação e à inserção profissional e social;
- F – Processos de afiliação estudantil;
- G - Propostas para melhoria da trajetória acadêmica.

Como resultado mais imediato da aplicação desse levantamento, espera-se conseguir uma visão ampliada sobre a percepção e as expectativas dos estudantes quilombolas da UFBA no que se refere à qualidade da implementação da Política de Assistência Estudantil

da UFBA, a partir da avaliação da qualidade da formação graduada alcançada. Em síntese, a aplicação dessa pesquisa poderá trazer para toda a comunidade universitária uma visão geral dos esforços que têm sido empreendidos para o cumprimento da função social da Universidade no que se refere à efetividade das políticas de inclusão social.

Quanto à definição dos Indicadores, o instrumento priorizou medir os níveis de qualidade e efetividade da política de assistência estudantil da UFBA. Cada indicador será avaliado considerando o seguinte barema: (1) inexistente, (2) não atende, (3) atende parcialmente, (4) atende completamente.

O instrumento elaborado disposto no quadro abaixo também deverá ser aperfeiçoado à medida que novas demandas sejam identificadas.

| INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS SOBRE A QUALIDADE E A EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL | | | |
|---|---|---|------------|
| O presente instrumento tem por objetivo identificar as percepções e as expectativas dos estudantes quilombolas sobre a qualidade e a efetividade da Política de Assistência Estudantil da UFBA. Como resultado, pretende-se contribuir para que gestores, técnicos, docentes e discentes levantem dados e informações relevantes que contribuam para (re)orientar as estratégias de gestão institucional, administrativa e acadêmica da Universidade, de modo a favorecer a permanência, garantir uma formação inclusiva e estimular o respeito à diversidade étnico-racial no âmbito da Universidade e da sociedade. | | | |
| A avaliação dos indicadores e de seus respectivos descritores deverão seguir o barema proposto a seguir: | | | |
| 1 - Inexistente; 2 - Não atende; 3 - Atende parcialmente; 4 - Atende completamente | | | |
| I. Identificação: | | | |
| Curso de graduação: | | | |
| Habilitação do curso: | <input type="checkbox"/> Bacharelado <input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Tecnológico | | |
| Ano/semestre de ingresso: | | | |
| Turno do curso: | <input type="checkbox"/> Diurno <input type="checkbox"/> Noturno | | |
| Nº Matrícula (opcional): | | | |
| Avaliação estudantil | | | |
| Dimensão | Indicador | Descritor | Avaliação* |
| Ensino | Projeto Pedagógico de Curso | Contempla formação para a diversidade e especificidades étnico-raciais. | |
| | | Aborda temas transversais (direitos humanos, sustentabilidade, entre outros) por mais de uma disciplina/atividade do curso. | |
| | | Permite o desenvolvimento do pensamento crítico e científico, conhecendo as técnicas e estratégias para alcançar um aprendizado rápido e constante. | |
| | | Apresenta concepções pedagógicas, material didático e metodológicas inclusivas e acessíveis. | |
| | | Prevê ações que visem a superação de possíveis defasagens escolares provenientes da educação básica. | |
| | | Contempla o perfil profissional egresso que articula as competências a serem desenvolvidas pelo discente com as necessidades locais e regionais, alinhadas às demandas étnico-raciais e ao mundo do trabalho. | |
| | | Possibilita oportunidade de participação igualitária em programas de monitorias. | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| Ensino | Orientação acadêmica | Proporciona o atendimento individualizado por orientador acadêmico dirigido para ajudar na superação de possíveis dificuldades e orientações sobre o melhor percurso acadêmico para o estudante, compatíveis com os interesses e necessidades de desempenho acadêmico. | |
| | Outras atividades complementares | Prevê oportunidade de participação em eventos acadêmicos e em atividades extracurriculares. | |
| | | Prevê oportunidade de participação em monitorias, projetos de iniciação científica, de iniciação tecnológica ou de iniciação à docência. | |
| | Estágio (quando houver) | Prevê oportunidade de inserção igualitária nos campos de estágio. | |
| | Relação: estudantes x docentes | Há um ambiente acadêmico que favorece a convivência pacífica e respeitosa entre os estudantes e docentes. | |
| | Relação: estudantes x estudantes | Há um ambiente acadêmico que favorece a convivência pacífica e respeitosa entre os estudantes. | |
| | Habilidades Desenvolvidas | Proporciona autonomia para adquirir conhecimento através de consulta e análise crítica às diferentes fontes de informação. | |
| | | Desenvolve o domínio de habilidades básicas de comunicação. | |
| | | Desenvolve o pensamento crítico-reflexivo. | |
| | | Desenvolve o domínio da escrita culta. | |
| Desenvolve o domínio de técnicas e procedimentos teórico-práticos. | | | |
| Pesquisa | Participação em projetos e programas de pesquisa | Oportuniza a participação em programas e projetos com professores pesquisadores. Possui pesquisa em andamento com professores pesquisadores. | |
| | Equipe de trabalho | Há a oportunidade de envolvimento na resolução de problemas em diferentes situações organizacionais e/ou sociais. | |
| Extensão | Participação em projetos e programas de extensão | Há a oportunidade de participação em programas e/ou projetos extensionistas. | |
| | | Possibilita o envolvimento em projetos ligados às comunidades quilombolas. | |
| | | Proporciona a aquisição de conhecimento científico e a sua aplicação profissional. | |
| | Eventos (Congressos, Seminários) | Há a oportunidade de apresentação de trabalhos realizados durante a formação. | |
| | Participação nas decisões | Há a oportunidade de participação na criação de programas e/ou projetos que atendam demandas das comunidades quilombolas. | |
| Infraestrutura | Redes sociais | Dispõe de ambientes formativos que favoreçam a interação e a integração social. | |
| | Recursos materiais e tecnológicos | Há recursos materiais e tecnológicos disponíveis e acessíveis. | |
| Gestão Acadêmica | Participação em órgãos colegiados | Há a oportunidade de participação ativa nas decisões acadêmicas. | |
| | Ações inclusivas | Oportuniza a participação em processos de avaliação institucional referentes as políticas inclusivas. | |
| | | Contribui para a superação das barreiras da travessia para e pela universidade. | |
| | | Oferece o apoio socioeducativo. | |

| | | | |
|---|---|--|--|
| Gestão Acadêmica | | Reduz o distanciamento para obtenção da graduação. | |
| | | Oferece condições para a permanência na universidade. | |
| | | Desenvolve o sentimento de pertencimento à instituição. | |
| | Representação Estudantil | Participa junto à gestão central e às instâncias deliberativas para garantir o processo eficiente e efetivo da implementação das políticas inclusivas. | |
| | | Participa da avaliação do impacto real e/ou potencial das novas propostas de inclusão social, considerando aspectos técnico-científicos, éticos e políticos. | |
| Participa dos processos de acompanhamento e de avaliação do projeto pedagógico do curso. | | | |
| Formação do corpo docente | Há a formação continuada do corpo docente com a finalidade de implementar ou de consolidar ações inclusivas com ênfase nos aspectos que respeitem as relações étnico-raciais. | | |
| Assistência pedagógica | Apoio material, de saúde e pedagógico | Oportuniza a assistência diferenciada com vistas à permanência e à conclusão exitosa da formação. | |
| | Trajetória universitária | Orienta quanto à escolha ou à mudança de curso, quando solicitado. | |
| | | Acolhe de imediato ao ingressar na universidade: do apoio para moradia, alimentação e transporte. | |
| Assistência Psicossocial | Gestão de si | Apoio para o desenvolvimento pessoal. | |
| | | Oferta o acompanhamento psicológico. | |
| | | Estímulo para o desenvolvimento de valores ético-morais, o respeito às diversidades culturais, políticas e religiosas adquiridas. | |
| Expectativas | Formação | Contempla as aspirações profissionais. | |
| | | Desenvolve conhecimentos abrangentes sobre a profissão, adquiridos na UFBA. | |
| | | Possibilita obter segurança na comunicação e no domínio dos conhecimentos acadêmicos e profissionais adquiridos. | |
| | | Possibilita obter segurança profissional nas tomadas de decisões. | |
| | Oportunidades profissionais | Oportuniza a inserção nos campos de estágio que contemplam a formação profissional. | |
| | | Há oportunidades de inserção profissional após o egresso. | |
| Há a possibilidade de atuação profissional, considerando as potencialidades e as necessidades sociais estudantis. | | | |

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

* Conforme barema

2.4.5 Considerações Finais

O presente estudo proporcionou profícuas reflexões acerca da contextualização da educação de qualidade e das ações afirmativas na educação superior. Buscou-se como proposta fundamental a construção de um instrumento avaliativo que subsidie a gestão universitária no que se refere às ações de inclusão do público quilombola. Compreende-se que as ações educacionais, para serem inclusivas, devem valorizar as diferenças culturais e permitir a implementação de um sistema de autoavaliação que assegure melhorias nos processos da instituição, admitindo a participação dos envolvidos com o beneficiamento das políticas inclusivas.

Na realização desta meta, foi criado o instrumento de avaliação diagnóstica das ações inclusivas da UFBA, objetivando fazer uma articulação das práticas realizadas, das percebidas e das desejadas pelos estudantes quilombolas. Uma avaliação que traga em pauta as contribuições no aprendizado, impactadas nas diferenças culturais, na efetivação das práticas pedagógicas étnico-raciais, dos recursos materiais e tecnológicos oferecidos pela instituição, da gestão democrática inclusiva, dos projetos político-pedagógicos que incluem a pesquisa e a extensão, no atendimento aos estudantes que necessitam de assistência estudantil e no apoio no desempenho acadêmico. Dessa forma, a avaliação está sendo utilizada em um contexto amplo, atendendo ao nível pedagógico, assistencial, administrativo, e trazendo em foco as expectativas do avaliador.

O resultado desta pesquisa atende ao objetivo geral da dissertação, podendo contribuir para o aprimoramento e a qualificação da inclusão dos cotistas quilombolas no ensino superior. A avaliação das dimensões destacadas poderá fornecer dados que colaborem com a ampliação das políticas de inclusão e a requalificação de outras medidas, enriquecendo com dados qualitativos, após as apreciações.

Esse instrumento poderá ser utilizado para aplicação em outros tipos de cotas ou em outras instituições de ensino no país que queiram contar com um sistema que propicie uma avaliação das ações afirmativas na educação, além de ser um mecanismo de avaliação progressiva, podendo ser utilizado para comparação com outros anos. Servirá também, após aplicação, de base analítica-empírica para: compreender, identificar e avaliar os indicadores de permanência e de desenvolvimento acadêmico dos estudantes quilombolas; conhecer a concepção dos estudantes sobre a função social vinculada às ações dirigidas no acolhimento para superação dos desafios da sua trajetória para o avanço na formação superior. Além de servir: para (re)orientar as políticas da PROAE e PROGRAD; de fonte de informações para

os docentes requalificarem metodologias de ensino; e, além disso, possibilitará a UFBA de rever as práticas de intervenção social, com ênfase na inclusão social dos estudantes cotistas quilombolas, viabilizando a permanência destes na Universidade.

É de grande importância que a instituição fique atenta aos padrões de qualidade no ensino e na aprendizagem que garantam a inclusão social dos estudantes quilombolas, vencendo os preconceitos e reduzindo as desigualdades através da educação, proporcionando um sentimento de pertencimento e incorporação dos valores aprendidos.

A aplicação deste instrumento trará a avaliação das condições oferecidas pela Universidade de forma abrangente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: E. C. O'Dwyer. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. São Paulo: ABA/FGV, 2002.

BOULLOSA, R. de F.; e ARAÚJO, E. Avaliação da implementação dos Centros-dia de Referência para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju, V.3 , n.3, p. 123 – 136, jun. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (2000) Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n° 9394/1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília, DF: INEP/MEC, out., 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Editorial Ciências e Educação (Bauru). **Ciênc. educ.** v. 23, n.1, Bauru, jan./mar, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001. Acesso 09 jun. 2020.

CASALI, A. Fundamentos para uma avaliação educativa. In: CAPPELLETTI, I. F. **Avaliação da aprendizagem: discussão de caminhos**. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 2007.

COULON, A. **A Condição de Estudante. A entrada na vida universitária.** Salvador: EDUFBA, 2008.

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-43-4-1239.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

FREITAS, S. L.; *et. al* Avaliação Educacional: formas de uso na prática pedagógica.2014. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 16, p. 85-98, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/217/pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, ago. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 ago. 2020.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, vol. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

LUCHESE, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. **Revista Movimento – Revista da Faculdade de Educação da UFF**, n. 7, maio, 2003, p. 78-91. Disponível em: www.lapeade.com.br. Acesso 17 jun. 2020.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas abrangem vários aspectos sociais, dentre eles, o acesso à educação, visando a inclusão e o respeito à diversidade para que possam servir de meios ao alcance da desejada equidade social. Contudo, o histórico de exclusão da população negra nas políticas públicas provocou lacunas que precisam ser preenchidas para a redução das desigualdades, isso devendo ocorrer através da promoção de recursos em benefício dos mais discriminados. Portanto, um dos caminhos a percorrer é o acesso à educação superior, pautado em uma prerrogativa constitucional dos direitos humanos fundamentais que é o direito à educação. Para a obtenção desse desígnio, medidas reparadoras aparecem com a promulgação da Lei de cotas que só foi possível após anos de luta dos movimentos suscitados por ativistas negros e negras em busca de justiça social. Esses movimentos refletiram nas transformações mais recentes introduzidas no modelo de gestão organizacional e acadêmica das instituições de educação superior. Um novo ciclo foi criado e se caracteriza pelo investimento da ampliação do processo de inclusão social nas universidades. Porém, para que essa inclusão seja efetiva, se fez necessário um estudo mais aprofundado e qualificado para entender como algumas instituições de educação superior públicas têm atuado para implementar as ações afirmativas. Para qualificar essa avaliação, considera-se essencial identificar como esse processo de implementação tem sido percebido pelos estudantes quilombolas. É fundamental identificar o que os discentes pensam sobre o assunto, como foram acolhidos e de que forma se sentem pertencentes à comunidade acadêmica da UFBA.

Ao elaborar esse instrumento de avaliação, considera-se que essa pesquisa cumpriu seu último objetivo específico que era elaborar um instrumento que contribuísse para avaliar o nível de efetividade das ações inclusivas da UFBA, através da percepção e das expectativas dos estudantes quilombolas. Para alcançar essa meta, foram fundamentais os resultados alcançados nos demais artigos que integram essa dissertação, cujos objetivos delineados visavam dar suporte para se pensar/propor formas de integração dos estudantes em uma proposta que permita avaliar os reais e potenciais alcances das políticas de ações afirmativas implementadas na Universidade.

Conforme pode ser observado no conteúdo dos três artigos anteriores, os resultados da análise documental e da pesquisa feita junto aos gestores foram basilares para a construção desse instrumento que possibilitará avaliar a percepção dos estudantes quilombolas sobre a efetivação das ações inclusivas na UFBA. A utilização desse instrumento possibilitará à comunidade universitária identificar as percepções dos atores diretamente interessados na

qualidade da implementação da referida política. Tal esforço ganha relevância especialmente quanto ao alcance desse esforço avaliativo, pois possibilitará envolver desde aspectos relacionados ao processo mais amplo de aprendizagem, como também dimensionar as dinâmicas que fundamentam as relações e as redes de sociabilidade existentes e reconhecer os obstáculos enfrentados para sua permanência na universidade.

Em síntese, ainda que o objetivo inicial desse projeto de pesquisa de ‘coconstruir’ esse instrumento com a participação ativa de estudantes quilombolas, considera-se que os impedimentos gerados pela Pandemia da Covid-19 não reduzem a relevância que essa entrega final assume, já que essa meta poderá ser alcançada por outros pesquisadores interessados no tema, especialmente aqueles mais vocacionados em contribuir para a qualificação da implementação da política de ações afirmativas na UFBA ou em outras IFES.

Sem dúvida, a integração ativa dos atores beneficiários da referida política na construção e validação dos instrumentos de pesquisa avaliativa assume relevância, pois possibilitará avaliar os impactos das ações pretendidas, desde o alcance de sua finalidade última que é garantir um efetivo e qualificado processo de inclusão social.

O primeiro artigo traz os resultados da análise documental, considerando um breve histórico sobre os quilombos, as ações afirmativas, as cotas inclusivas oferecidas pelas universidades e o contingente de estudantes cotistas quilombolas na UFBA, apresentando essa contextualização a partir da revisão das normas jurídicas e dos processos político-institucionais. Esses dados serviram como fonte de informações para a construção da fundamentação teórica desta dissertação que ressalta as políticas educacionais usadas no Brasil, a sua importância histórica e a adoção das medidas de inclusão social pelas instituições de ensino superior. Além disso, foi feito um mapeamento do quantitativo de estudantes matriculados e dos cursos de preferência pelo perfil de estudantes quilombolas. Os resultados apresentados demonstram que, no período estudado de 2005.1 a 2019.2, em torno de 80% dos estudantes fez ou faz o curso com habilitação em bacharelado nas áreas das Ciências Biológicas e nas Profissões da Saúde. Ao longo desse período, o quantitativo de inserção dos quilombolas na UFBA tem aumentado em torno de 200%, o que confere o êxito das medidas adotadas, tornando a universidade mais inclusiva, plural e diversa.

Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a temática para além dos muros da UFBA, realizou-se um estudo comparativo, a partir das experiências da UFRB, da UNEB e da Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, que fundamentou o segundo artigo que integra essa dissertação. Como resultado dessa análise comparativa podemos perceber algumas diferenças quanto às formas de ingresso e às medidas para redução dos déficits de

conhecimentos trazidos do ensino básico que implicam em dificuldades no acompanhamento do ensino científico/acadêmico. Com base nas singularidades identificadas entre as IFES brasileira e a universidade da Argentina, foi possível qualificar a questão central dessa pesquisa ao observar os diferentes métodos empregados para democratizar o acesso à educação superior. As instituições utilizam-se de mecanismos que oferecem a oportunidade de acesso ao ensino superior para os que se encontram em situação de vulnerabilidade; porém, as práticas para o alcance desse intuito são diferenciadas, pois enquanto as IFES no Brasil oferecem cotas para o ensino superior, sem a preocupação dos desafios do aprendizado devido a precarização da educação básica, as instituições argentinas não fazem seleção para a entrada na graduação e buscam nivelar os conhecimentos dos seus discentes para que possam apresentar um bom desempenho acadêmico. Concluiu-se que os dois países ainda têm muito a superar em relação as deficiências educacionais que alimentam a desigualdade social e provocam a exclusão de grupos vulneráveis da sociedade na vida econômica. Porém, os passos necessários para adquirir a igualdade de oportunidades foram iniciados.

Com vistas a cumprir o terceiro objetivo específico do projeto, foi desenvolvido o terceiro artigo, apresentando os resultados das entrevistas realizadas com gestores administrativos e coordenadores de colegiados de cursos selecionados da UFBA, que buscou avaliar a percepção destes sobre os desafios, limites e perspectivas da implementação da política de ações afirmativas. Como resultado, sobressaiu que a UFBA tem desenvolvido ações e projetos que visam a inclusão e a permanência do público cotista em geral, mas não tem ações específicas e direcionadas apenas para o público quilombola. Trouxe também em destaque a necessidade de formação continuada sobre políticas públicas inclusivas para os docentes que ocupam a coordenação dos colegiados, devido às mudanças na gestão após o término do mandato, visando a manutenção do conhecimento sobre as políticas de acesso e a permanência dos estudantes cotistas, formando os gestores/coordenadores para cumprirem suas funções administrativas e pedagógicas, dirigidas para ampliar e qualificar a articulação com a comunidade acadêmica e a sociedade.

Em relação ao quarto objetivo específico, este foi atendido na produção do quarto artigo desta dissertação, no qual apresenta um instrumento de avaliação diagnóstica das ações inclusivas da UFBA, trazendo dimensões, indicadores e itens que contribuem para identificar os desafios, os dilemas e as perspectivas dos estudantes quilombolas no decorrer de todo o processo de inclusão. Com isso, estabeleceu uma conexão com as práticas realizadas e as percebidas por esses atores no alcance dos seus desejos. Este instrumento busca detectar: os aspectos pedagógicos no aprendizado das diferenças culturais e étnico-raciais; as

oportunidades de inclusão no ensino, na pesquisa, na extensão, e no oferecimento dos meios necessários para permitir a sua permanência e o seu avanço na formação acadêmica. Esse instrumento tem relevância, uma vez que, quando aplicado, trará resultados que permitirão a UFBA refletir sobre quais ações precisam ser ampliadas e quais outras podem ser acrescentadas para o sucesso das ações afirmativas no ensino superior.

Considerando a análise dos quatro artigos produzidos, pode-se inferir que este estudo trouxe significativas contribuições acadêmica, social e técnica que podem ajudar na melhoria da implementação da política de ações afirmativas nas IFES. Em termos de tecnologia em gestão, poderá contribuir para melhorar a implementação da referida política, especialmente para reorientar as ações estratégicas da PROAE, da PROGRAD e dos Colegiados de Cursos, especialmente como inspiração para a revisão continuada de práticas de gestão acadêmico-pedagógica inovadoras voltadas para promover processos de inclusão efetivos e qualificados dos estudantes quilombolas. Poder servir ainda como fonte de informações inspiradoras para a requalificação das práticas dos docentes, garantindo desse modo a superação dos obstáculos existentes nesse perfil de estudantes, favorecendo então uma permanência qualificada na Universidade. Outro aspecto relevante que merece ser destacado é a integração de práticas de avaliação permanente do sistema de ensino que integrem a participação ativa dos estudantes, de modo a trazer um retorno mais efetivo acerca do nível de efetividade e qualidade do ensino oferecido. Ademais, o instrumento elaborado como produto desta dissertação tem por finalidade ser uma tecnologia social a ser utilizada para o benefício institucional, constituindo-se em um aporte metodológico que visa contribuir com a gestão acadêmica universitária, assim como o Manual (APÊNDICE D) proposto com vista a ampliar as informações referentes aos serviços e às ações disponíveis na UFBA para os estudantes e o público em geral. Ambos serão, posteriormente, apresentados à PROGRAD/UFBA para fins de aplicação do instrumento que poderá subsidiar a Pró-Reitoria no intuito de identificar e analisar como os estudantes quilombolas estão sendo incluídos e, assim propor as melhorias que forem cabíveis, bem como divulgar e disponibilizar ao público o referido Manual, convertendo-se, desta forma, em mais uma ação, que, somadas às demais já praticadas na universidade, visem a efetiva inclusão.

Conclui-se que esta pesquisa alcançou um dos objetivos centrais do estudo quando trouxe como um dos resultados expressivos a apresentação de dois instrumentos avaliativos relevantes que integram tanto a percepção dos gestores quanto a dos estudantes. O que qualifica o instrumento avaliativo participativo como sendo uma ação estratégica fundamental para garantir não apenas o acesso à educação superior, mas para observar as múltiplas capacidades que a Universidade precisa desenvolver para tornar essa política uma

ação efetiva de inclusão e reparação social. Ainda que a UFBA tenha sido a realidade tratada nesta pesquisa, considera-se que as revelações trazidas podem extrapolar seus muros e fornecer suprimentos para reorientar as ações de outras universidades no esforço de garantir o processo efetivo de democratização do ensino.

É de merecimento destacar que vários fatores surgiram como obstáculos no desenvolvimento deste trabalho. O maior deles foi a limitação provocada pela Pandemia do COVID-19 que não apenas abalou o mundo e o Brasil, mas impactou na condução dessa pesquisa. Em respeito às imposições do distanciamento social, medidas emergenciais impostas pelos governantes foram necessárias para promover alterações no planejamento inicial deste estudo, sem alterar substantivamente o objeto da pesquisa, mas modificando o produto que representaria a entrega de uma Tecnologia Social mais consistente. A título de contribuição adicional, que extrapola os objetivos desse estudo, elaboramos uma breve reflexão crítica sobre as ameaças que a Pandemia da Covid-19 poderá trazer para as Políticas de Ações Afirmativas na UFBA, sendo que esta foi integrada como Apêndice desse documento.

Outro aspecto que merece ser ressaltado como desdobramento da atual crise sanitária e seus efeitos socioeconômicos está relacionado às ameaças de cortes orçamentários para a educação. No caso do planejamento orçamentário da UFBA, estima-se um corte do valor de 30 milhões. Tal cenário certamente terá impactos expressivos em todas as ações da Universidade, especialmente no que diz respeito as ações dirigidas para garantir a permanência dos estudantes cotistas. Nesse contexto adverso, os resultados dessa pesquisa podem trazer uma importante contribuição para tornar a implementação das políticas de ações afirmativas ainda mais eficazes e eficientes e garantir, desse modo, um nível de efetividade que garanta não apenas a sustentabilidade dessas medidas inclusivas, sem comprometer sua qualidade.

Finalizamos essas considerações finais destacando o esforço de tornar os resultados da pesquisa em produtos com qualidade para publicação, o que justifica a própria estrutura de apresentação organizada em uma introdução, quatro artigos e considerações finais. Dois do conjunto de artigos realizados foram submetidos e aceitos para publicação em duas revistas internacionais, a ECCOS (Portugal) e a TRAMPAS (Argentina). O terceiro artigo foi submetido e aceito no ENANPAD. O quarto artigo foi submetido à revista da ONG BAOBÀ, aguardando a avaliação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de et al. **Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: E. C. O'Dwyer. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, 2002.

AUDY, Jorge. **A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade**. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200075. Acesso em: 15 nov. 2019.

BELINCHE, Marcelo; VIÑAS, Rossana. **La zona de tránsito de la escuela secundaria a la universidad: la escritura y la lectura como dispositivos de inclusión y permanência**, 2015.

BEZERRA, T. O. C., GURGEL, C. R. M. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **Pensamento & Realidade**, n. 27, v.2, p. 95-117. 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43587/a-politica-publica-de-cotas-em-universidades--enquanto-instrumento-de-inclusao-social/i/pt-br>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BONOMA, Thomas V. - Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process. *Journal of Marketing Research*, Vol XXII, May 1985.

BOULLOSA, R. de F.; e ARAÚJO, E. Avaliação da implementação dos Centros-dia de Referência para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju, V.3 , n.3, p. 123 – 136, jun. 2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso set 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996**. Brasília: MEC. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: reconhecimento e renovação de reconhecimento**. Brasília, DF: INEP/MEC, out., 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Editorial Ciências e Educação (Bauru)*. **Ciênc. educ.** v. 23, n.1, Bauru jan./mar. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001. Acesso 09 jun. 2020.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três Dimensões: Uma abordagem realista-crítica. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 329-507, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000300503&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 11 ago. 2019.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto**. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n69/1413-2478-rbedu-22-69-0539.pdf>. Acesso: jul 2019.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Avaliação Participativa – Uma escolha metodológica. In: RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001

CASALI, A. Fundamentos para uma avaliação educativa. In: CAPPELLETTI, I. F. **Avaliação da aprendizagem: discussão de caminhos**. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 2007.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**.

CHIROLEU, Adriana. Democratización e inclusión en la universidad argentina: sus alcances durante los gobiernos kirchner (2003-2015). **EDUR • Educação em Revista**. 2018; 34. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e176003.pdf>. Acesso 18 maio 2020.

CONCEIÇÃO, Maria Cristina Gomes. **Igualdade e Diversidade na Democracia: educar contra o racismo**. Editora CRV.

CORREIOS. MEC amplia bloqueio de recursos para a UFBA: corte pode passar de R\$ 55 milhões. **2019**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mec-amplia-bloqueio-de-recursos-para-a-ufba-corte-pode-passar-de-r-55-milhoes/>. Acesso em 16 ago. 2019.

COULON, A. **A Condição de Estudante. A entrada na vida universitária.** Salvador: EDUFBA, 2008.

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-43-4-1239.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projetos de Pesquisa: Escolhendo Entre Cinco Abordagens (Métodos de Pesquisa).** Editora Penso 2014, 3^o edição. Capítulos 2 a 11.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2013, vol.43, n.148, pp.302-327. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742013000100015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, Acesso em: 27 set 2020.

DE PAULA, Maria de Fátima. **A Política de Cotas do Governo Lula: opção real pela democracia do ensino superior ou medida compensatório com fins eleitorais?** Palavra Aberta, 2004, p. 235.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; SOARES, Leôncio José GOMES. Formação de Educadoras/es, diversidade e compromisso social. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 35, enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100207. Acesso em: 26 jun. 2020.

DUBET, François. **Los límites de la igualdad de oportunidades.** *Nueva Sociedad*, 239, pp. 42-50. Nuso n. 239, maio - junho 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/los-limites-de-la-igualdad-de-oportunidades/>. Acesso em: 15 maio 2020.

EURÍSTENES, Poema; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. **Políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2015). Levantamento das políticas de ação afirmativa** (GEMAA), IESP-UERJ, 2015, p. 1.

FERES JR., João; DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 92-123, dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000300092&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 ago. 2019.

FERRARI, K. P., DAL RI, N. M. Movimento estudantil e a democratização da universidade. In: VI Seminário Internacional Teoria Política Do Socialismo. UNESP, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticado-socialismo/movimento_karina.pdf. Acesso em 02 abr. 2020.

FREITAS, Leana Oliveira; SANTOS, Gabrielle dos. **Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão.** 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8188/6217>. Acesso em: 15 ago. 2019.

FREITAS, S. L.; *et. al* Avaliação Educacional: formas de uso na prática pedagógica. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 85-98, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/217/pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Comunidades Certificadas. In: **Certificação Quilombola**. http://www.palmars.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 03 ago. 2019.

FURTADO, M. B.; Pedroza, R. L. S., & Alves, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, 2014, p. 106-115.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, ago. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 ago. 2019.

GOMES, L. C. B. O direito quilombola e a democracia no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. v. 50, n. 199, jul./set. 2013, p. 303-320.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, vol. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

GONZAGA, Yone Maria. **Gestão Universitária, Diversidade Étnico-racial e Políticas Afirmativas: O caso da UFMG**, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AQQMYK/1/final_tese_da_yone___editada_19_07___2017.pdf. Acesso em: 03 ago. 2019.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré e Jurema: emblemas indígenas no nordeste do Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 43-45, out. 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 ago. 2019.

HOFBAUER, Andreas. Racismo na Índia? Cor, raça e casta em contexto. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** Brasília, n. 16, p. 153-191, abril de 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200153&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jul. 2019.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n4/0034-7612-rap-49-04-01059.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IBGE. **PNAD - Contínua 2017: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano**. Agência IBGE Notícias. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 03 ago. 2019.

KAUFMANN. Jean-Claude. A entrevista compreensiva ebook. Editora Vozes.

KLEBA, Maria Elisabeth; COMERLATTO. Dunia; FROZZA, Kenia Munaretti. **Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v49n4/0034-7612-rap-49-04-01059.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

KRISHA, K., TARASOV, A. **Affirmative action: one size does not fit all.**, Cambridge: National Bureau of Economic Research. 2013.

LARCHERT, Jeanes Martins; Oliveira, Maria Waldenez de. Panorama da educação quilombola no BRASIL. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p.44-60, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/45656/28836>. Acesso em: 03 jun. 2019.

LUCHESE, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAIO, M. C., SANTOS, R. V. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). **Horiz. antropol.** Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 181-214, jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832005000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2020.

MARTINS, Carlos B. R. **Habeas Educationem**. Salvador: JusPodium, 2009.

MELO, Fernanda Augusta de Oliveira; KENUPP, Rebeca; MOUTINHO, Jaqueline. **As Ações Afirmativas no Processo de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Globalizado. Gestão e tecnologia para competitividade**. Outubro, 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/9418201.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MOREIRA, Gláucia de Oliveira; FERRARESI, Flávio Henrique; CARVALHO, Emanuel M.; AMARAL, Eliana. Inclusão Social e Ações Afirmativas nas Universidades do Brasil, para quê? (2017). **Ensino Superior UNICAMP**. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/inclusao-social-e-acoes-afirmativas-no-ensino-superior-no-brasil-para-queij>. Acesso em: 03 nov. 2019.

NERY, M. B. M., *et al.* Um novo universitário: estudantes de origem popular na Ufba. In: SAMPAIO, S. M. R., **Org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p.93-113

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **A Permanência na Educação Superior: Múltiplos Olhares**. 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5708>. Acesso em: 11 ago. 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003. Acesso em: 11 ago. 2019.

PARAÍSO, MHB. Índios, naufragos, moradores, missionários e colonos em Kirimurê no século XVI: embates e negociações. In: CAROSO, C., TAVARES, F., and PEREIRA, C., orgs. **Baía de todos os santos: aspectos humanos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 70-101. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/jy7mt/pdf/caroso-9788523211622-05.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

PARÉ, Marlene Leal; OLIVEIRA, Luana Paréde; VELLOSO, Alessandra D'Aqui. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalungado Engenho II (GO). **Cad. CEDES** [online]. 2007, vol.27, n.72, p. 215-232. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622007000200007&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 27 jun. 2019.

Portal do MEC. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

PROAE. **Conheça a PROAE**. Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/conheca-proae>. Acesso em: 16 ago. 2019b.

PROAE. **Folder PROAE 2014** Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/conheca-proae>. Acesso em 16 de agosto de 2019b.

PROAE. **Seleção**. Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/selecao>. Acesso em: 16 ago. de 2019a.

PROGRAD. **Bolsas pet - programa de educação tutorial**. Disponível em: <https://prograd.ufba.br/bolsas-pet-programa-de-educacao-tutorial>. Acesso em: 16 ago. 2019a.

PROGRAD. **Ufba: mostra a sua cara**. Disponível em: <https://prograd.ufba.br/ufba-mostra-sua-cara>. Acesso em: 16 ago. 2019b.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso: 11 ago. 2019.

SANTOS, E. S.; VELLOSO, T. R.; NACIF, P. G. S.; SILVA, Ga. Oferta de Escolas de Educação Escolar Quilombola no Nordeste Brasileiro. **Educação & Realidade**, fev. 25, 2019.

RABOSSI, Marcelo. Universidade pública na Argentina: ineficiente e ineficaz? **Revista Ensino Superior**. Campinas: Unicamp (2013). Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/universidade-publica-na-argentina-ineficiente-e-ineficazij>. Acesso em: 15 maio 2020.

REGIMENTO GERAL DA UNEB. Aprovado pela Resolução CONSU nº864/2011 (D.O.E. 19/20-11-2011), homologada pelo Decreto nº 13.664, de 07-02-2012.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n4/06.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

RIBEIRO, Elizabeth Matos; RIBEIRO, Monica Matos; SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração Pública Contemporânea e as Singularidades Brasileiras** (e-Book, 2017).

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. Colaboradores José Augusto De Souza Peres (Et Al.). 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SALATA, André. **Ensino Superior no Brasil das últimas décadas. Redução nas desigualdades de acesso?** 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20702018000200219&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 02 set. 2020

SANGIOVANNI, Ricardo; CALDAS, Fernanda. **Ações Afirmativas**. Edgar digital, matéria divulgada em 25/05/2019. Disponível em: <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=12836>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova, 2004**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300036. Acesso em: 15 jul, 2019.

SANTOS, Edmilson Santos; Velosso, Tatiana Ribeiro; Nacif, Paulo Gabriel Soledade; Silva, Geovana. Oferta de Escolas de Educação Escolar Quilombola no Nordeste Brasileiro. **Educação & Realidade**. Vol.44 No.1 Porto Alegre, 2019. Disponível em: http://Www.Scielo.Br/Sciolo.Php?Script=Sci_Arttext&Pid=S2175-62362019000100612&Lng=Es&Nrm=Iso&Tlng=Pt. Acesso em: 01 jul. 2019.

SANTOS, Gilberto Lima; CHAVES, Antônio Marcos. **Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra**. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000300007. Acesso em: 15 jul., 2019.

SANTOS, Leidimar Cândida dos. **O Reuni e a democratização do acesso à Universidade Federal da Bahia: estudo a partir das dimensões operacional e reestruturação curricular-pedagógica**, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23876>. Acesso em: 02 out., 2019.

SANTOS, Milton. Brasil, 500 DC. **Os verdadeiros agentes do futuro do país encontram-se entre os que estão sendo excluídos da contabilidade da globalização** (1999). Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2111199903.htm>. Acesso: 11 nov., 2019.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. **Revista Movimento – Revista da Faculdade de Educação da UFF**. n. 7, maio de 2003, p. 78-91. Disponível em: www.lapeade.com.br. Acesso em: 17 jun. 2020.

SEVILHA, Fabíula. Natureza e Civilização: a resistência indígena e as políticas de aldeamento nas margens dos rios Tocantins e Araguaia (1822-1850). **Diálogos - revista do departamento de história e do programa de pós-graduação em história**, vol. 21, núm. 3, 2017, p. 64-78. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305554659006.pdf>. acesso em 10 ago. 2019.

SILVA, Leandro de Sousa; GRAÇA NETO, Antônio; DANELLI JÚNIOR, César Augusto; RAMALHO, Halleyde Sousa. **Ações afirmativas como modo de efetivação do princípio da igualdade frente ao estado democrático de direito**. 2017, Disponível em: <https://www.unibalsas.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/A-1.pdf>. Acesso 04 ago. 2019.

SILVA, Paula Bacellare; SILVA, Patrícia da. Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 24, n. 3, p. 525-542, set/dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v24n3/07.pdf>. Acesso, 23 de jul 2019.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BORBA, Carolina dos Anjos de. **Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional**, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n69/0104-4060-er-34-69-151.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. 2011. Disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br. Acesso em: nov, 2019.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Educação Escolar Quilombola: Reafirmação de uma Política Afirmativa**. Reunião Científica Regional da ANDEP. Educação Movimentos Sociais e Políticos governamentais, 2016.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação Escolar Quilombola: As Pedagogias Quilombolas na Construção Curricular** (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n69/1413-2478-rbedu-22-69-0539.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SUASNABAR, C., & ROVELLI, L. **Ampliaciones y desigualdades en el acceso y egreso de estudiantes a la Educación Superior en la Argentina**. 2016 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v27n3/1980-6248-pp-27-03-00081.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

TOUBIA, Ariane Andreia Teixeira; LIMA, Paulo Gomes. **Ações afirmativas na educação: os avanços na realidade brasileira na perspectiva da universidade para todos**, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFBA. **Ações afirmativas para maior diversidade na universidade. UFBA EM PAUTA**. Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-para-maior-diversidade-na-universidade. Acesso em: 28 jul. 2019.

UFBA. Conselho Acadêmico de Ensino. **Resolução nº 05, de 2 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA. Disponível em: <https://portal.ufba.br/Resolucoes/5861?page=1>. Acesso em: 02 dez. 2019.

UFBA. Conselho Acadêmico de Ensino. **Resolução nº 6, de 24 de setembro de 2014.** Estabelece normas referentes aos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação do ano letivo de 2015. Disponível em: <https://portal.ufba.br/Resolucoes/5861?page=1>. Acesso em: 15 dez. 2019.

UFBA. Conselho Acadêmico de Ensino. **Resolução nº 08, de 07 de junho de 2017.** Revoga Resolução 05/2015 e dispõe sobre a reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA. Disponível em: <https://portal.ufba.br/Resolucoes/5861?page=1>. Acesso em: dez 2019.

UFBA. Conselho Acadêmico de Ensino. **Resolução nº 07, de 19 de dezembro de 2018.** Revoga Resolução 08/2017 e dispõe sobre a reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA. Disponível em: <https://portal.ufba.br/Resolucoes/5861?page=1>. Acesso em: dez 2019.

UFBA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 1, de 26 de julho de 2004.** Altera a Resolução 01/2002 do CONSEPE. Estabelece reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do Vestibular. Disponível em: <https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001.2004.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

UFBA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 03/2012.** Altera o Art. 3º e o Art. 5º da Resolução nº 01/2004 do CONSEPE. Disponível em: https://ingresso.ufba.br/sites/ingresso.ufba.br/files/resolucao_03.2012_1.pdf. Acesso em: 09 ago. 2019

UFBA. **PDI** (2018/2022). Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/plano-desenvolvimento-institucional-ufba_web_compressed.pdf. Acesso em 08 jul. de 2019.

UFBA. **Relatório Anual 2017.** Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27977/1/relatorio_de_gestao_2017_final.pdf. Acesso em: 08 jul. 2019.

UFRB. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal>. Acesso em: 02 out. 2019.

UNEB. Disponível em: <https://portal.uneb.br>. Acesso em: 02 out. 2019.

UNLP. Disponível em: <https://unlp.edu.ar/unlp>. Acesso em: 02 out. 2019.

UNLP. Ensino. disponível em: <https://unlp.edu.ar/ensenanza>. Acesso em: 02 out. 2019.

YIN, Robert. K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2020.

APÊNDICE A - TÉCNICAS METODOLÓGICAS E ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Técnicas metodológicas

Fase 1

F1.1 Documentos:

F1.1.1 Normas jurídicas, regimentos e normas da UFBA;

F1.1.2 Metodologias e estratégias pedagógicas;

F1.1.3 Quantitativo e perfil acadêmico dos estudantes quilombolas.

Fase 2

F2.1 Documentos sobre políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão inclusivas e métodos pedagógicos comprometidos com a educação.

Fase 3

F3.1 Análise comparativa do material adquirido:

Seleção dos aspectos mais relevantes para construção do instrumento de avaliação da efetividade das políticas inclusivas.

Fase 4

F4.1 Entrevistas semiestruturadas com Gestores PROAE e PROGRAD, Coordenadores dos cursos envolvidos;

F4.2 Seleção das dimensões, dos indicadores e dos itens para construção do instrumento de avaliação sobre as ações de inclusão no ensino superior dos estudantes quilombolas.

Desenvolvimento das técnicas:

F 1.1.1 Normas jurídicas, regimentos e normas da UFBA:

Em atendimento aos objetivos específicos: 1º (Identificar o acesso dos Estudantes Quilombolas por Meio das Ações Afirmativas); 2º (Identificar as ações afirmativas implementadas por Instituições Públicas de Ensino Superior) e 3º (Avaliar a percepção dos gestores da UFBA sobre a implementação da Política de Assistência Estudantil para atendimento aos estudantes quilombolas).

Tipos:

- Leis e decretos das políticas de ações afirmativas;
- Normas da PROAE que regulamentam o sistema de cotas e de inclusão social;
- Regimento Interno da UFBA que a PROGRAD e a PROAE se baseiam para instituir a inclusão social;

- Livros acadêmicos;
- Artigos de periódicos e de anais de eventos acadêmicos;
- Dissertações e teses acadêmicas;
- E-mails entre a pesquisadora e as organizações, os pesquisadores e os profissionais que atuam no campo das políticas públicas para inclusão social no ensino superior.

Palavras-chave para pesquisa:

Ações afirmativas, execução das ações inclusivas, assistência estudantil, aprendizagem, indicadores.

Roteiro F1.1.1 – Perguntas norteadoras da pesquisa:

- Quais são os instrumentos legais que instituíram a Política de Ações Afirmativas no Brasil?
- Quais são as estratégias de gestão da UFBA em relação as ações afirmativas?
- Quais os regimentos internos e outros documentos da UFBA que orientam a execução dessas ações?
 - Qual é a concepção sobre as ações inclusivas?
 - Quais são os mecanismos que orientam a execução dessas ações?
 - Quais são e como ocorrem os processos de inclusão dos estudantes quilombolas no ensino superior?
 - Qual o quantitativo de estudantes quilombolas na universidade e em quais cursos?
 - Quais ações são desenvolvidas pelas Pró-Reitorias de Ações Afirmativas (PROAE) e de Ensino de Graduação (PROGRAD)?
- Qual é o papel destas Pró-Reitorias na gestão da Universidade?
- Quais são os principais desafios de gestão?

F1.1.2 Metodologias e estratégias pedagógicas:

Em atendimento ao 2º objetivo específico (Identificar as ações afirmativas implementadas por Instituições Públicas de Ensino Superior).

- Regulamentos da UFBA.
- Pesquisa em sites das Universidades brasileiras e da Universidade Nacional de La Plata (residência social) - Recorte metodológico: Universidades baianas, uma federal e outra estadual, mais antiga e pioneira na adoção das cotas.
 - Livros acadêmicos.
 - Artigos de periódicos e de anais de eventos acadêmicos.

- Dissertações e teses acadêmicas.
- Plano metodológico de ensino.

Palavras-chave para pesquisa:

Metodologias de avaliação diagnóstica; inclusão social; instrumento de avaliação; bases de aprendizagem; desafios.

Roteiro F1.1.2 - Perguntas norteadoras da pesquisa:

- Existem estratégias e práticas que potencializam a política de inclusão social na gestão? Em caso positivo, quais?
- Existe algum obstáculo para que a implantação das ações afirmativas ocorra? Quais?
- Existe alguma metodologia de gestão utilizada para adequação do aprendizado dos estudantes cotistas quilombolas? Em caso afirmativo, quais?
- Existe alguma estratégia ou procedimento de avaliação das ações afirmativas na Instituição? Em caso afirmativo, pode descrevê-las? Em caso negativo, há algum impedimento para a Instituição realizar essa avaliação? Se sim, poderia descrever quais? Se não, por que a instituição não realiza essa avaliação?
- Existem indicadores de avaliação que conduzem ao estudo sobre o aprendizado dos estudantes cotistas quilombolas? Em caso afirmativo, quais?
- Quais os desafios e as perspectivas enfrentados para oferecer suporte acadêmico-pedagógico aos estudantes quilombolas?

F1.1.3 Quantitativo e perfil acadêmico dos estudantes quilombolas.

Técnica para atender ao 1º Objetivo específico (Identificar o acesso dos Estudantes Quilombolas por Meio das Ações Afirmativas).

- Sistema Acadêmico da UFBA (SIAC);
- Regimento da PROAE.

Palavras-chave para pesquisa:

Cotista, quilombolas, indicadores, perfil acadêmico, cursos.

Roteiro F1.1.3 - Perguntas norteadoras da pesquisa:

- Quantos estudantes quilombolas existem na UFBA?
- Quais são os cursos matriculados?
- Quais os cursos de maior procura?

- Quanto tempo leva para se formar?
- Quantos se formam no período mínimo oferecido pelos cursos?
- Qual a média do escore de aproveitamento do curso escolhidos na análise?
- Qual a evolução do número de matrículas?
- Qual o número de evasão?

F2.1 Documentos sobre políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão inclusivas e métodos pedagógicos comprometidos com a educação.

Em atendimento aos 3º e 4º objetivos específicos (Avaliar a percepção dos gestores da UFBA sobre a implementação da Política de Assistência Estudantil para atendimento aos estudantes quilombolas; Construir um desenho de instrumento que viabilize no futuro ser uma tecnologia de gestão social aplicada na busca da percepção e expectativas dos estudantes quilombolas sobre a inclusão no ensino superior na UFBA).

- Pesquisa em sites das Universidades brasileiras e da Universidade Nacional de La Plata (residência social) – Recorte metodológico: Universidades baianas, uma federal e outra estadual, mais antiga e pioneira na adoção das cotas.

- Livros acadêmicos;
- Artigos de periódicos e de anais de eventos acadêmicos;
- Dissertações e teses acadêmicas.

Palavras-chave para pesquisa:

Ensino, pesquisa, extensão, métodos pedagógicos, educação inclusiva.

Roteiro F2.1 - Perguntas norteadoras da pesquisa:

- Quais são as articulações possíveis para se fazer um diagnóstico sobre a efetivação da inclusão?
- Quais questões deverão ser abordadas para a construção de um instrumento de avaliação diagnóstica da efetividade das ações afirmativas da UFBA para a inclusão dos estudantes quilombolas?
 - Quais as variáveis que podem interferir no aprendizado?
 - Quais as variáveis que podem ser utilizadas para a identificação dos critérios de inclusão e de exclusão utilizados pela universidade?
 - Como identificar as perspectivas materiais e simbólicas na política de inclusão?
 - Qual variável é utilizada para dimensionar a efetividade dos processos de aprendizagens, do perfil das (con)vivências, das redes de sociabilidade e dos desafios?

F3.1 Análise comparativa do material adquirido.

Técnica que atende ao 4º objetivo específico (Construir um desenho de instrumento que possibilite no futuro ser uma tecnologia de gestão social aplicada na busca da percepção e das expectativas dos estudantes quilombolas sobre a inclusão no ensino superior na UFBA).

Resultado da pesquisa:

- F1.1.1; F1.1.2; F1.1.3;
- F2.1; F2.2;
- Experiências da Residência Social.

Roteiro F3.1 Análise de Conteúdo:

- Como identificar, nomear e categorizar os desafios da inclusão social?
- Quais são as perspectivas futuras?
- Quais são as estratégias identificadas para vencer os desafios?
- Quais são as propostas que contribuem para a adequação do aprendizado dos estudantes cotistas quilombolas?
- Como montar um quadro comparativo com as informações identificadas?
- Como construir um instrumento para avaliação?

F4.1 Entrevistas semiestruturadas com: Gestores PROAE e PROGRAD; Coordenadores dos cursos envolvidos.

Em atendimento aos objetivos específicos 3º e 4º (Avaliar a percepção dos gestores da UFBA sobre a implementação da Política de Assistência Estudantil para atendimento aos estudantes quilombolas; Construir um desenho de instrumento que possa ser utilizado no futuro como uma tecnologia de gestão social aplicada na busca da percepção e expectativas dos estudantes quilombolas sobre a inclusão no ensino superior na UFBA).

Tipo: semiestruturada, individual e virtual, face a face.

Registro: e-mails e anotações.

Período: janeiro 2020.

Duração (face-à-face): média de 30 minutos.

Entrevistados:

- 1 Pró-reitor(a) de Assistência Estudantil e ações afirmativas da UFBA, ou seu representante;
- 1 Pró-reitor(a) de Ensino de Graduação da UFBA, ou seu representante;
- 5 Coordenadores dos cursos com maior número de estudantes quilombolas.

TÍTULO DO PROJETO: Instrumento para diagnosticar a Implementação das Políticas de Ações Inclusivas na UFBA: Novas Travessias para a Formação dos Estudantes Quilombolas
NOME DO PESQUISADOR: Eglantina Alonso Braz
NOME DA ORIENTADORA: Elizabeth Matos Ribeiro

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

| |
|--|
| <p>1. Identificação: Cargo de gestão que ocupa na UFBA: _____ Tempo no cargo: _____ Sexo: () F () M Já ocupou outros cargos de gestão na UFBA? () Sim () Não Em caso afirmativo, quais?-----</p> |
| <p>2. Formação: Nível de Formação: () nível médio () nível superior () pós-graduação Possui formação específica na área de administração: () Sim () Não Em caso afirmativo, qual (ais)?----- Realizou cursos de capacitação voltados para qualificar sua função como gestor? () Sim () Não Em caso afirmativo, qual (ais)?-----</p> |

BLOCO 01: CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

- 1- Qual sua compreensão sobre políticas de ações afirmativas?
- 2- Qual é o seu conhecimento sobre os principais instrumentos legais que instituíram a política de ações afirmativas no Brasil? Poderia citar os mais relevantes?
- 3- Poderia descrever qual a sua compreensão sobre a Política de Assistência Estudantil brasileira, citando os principais fatores/motivos que levaram a esse entendimento?
- 4- Em sua opinião, a UFBA tem assumido um papel relevante na implementação de políticas de ações afirmativas? Por quê?
- 5- Qual é o seu conhecimento sobre os principais instrumentos legais (internos) que a UFBA instituiu para implementar a política de ações afirmativas? Poderia citar os mais relevantes?
- 6- Poderia descrever seu conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil da UFBA aprovada em 2006, citando os principais fatores/motivos que levaram a esse entendimento?
- 7- Qual(is) o(s) objetivo(s) central(is) da referida política para a atual gestão da UFBA?

BLOCO 02: CONHECIMENTO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO (DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL) DA UFBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

- 8- A concepção e a aprovação da Política de Assistência Estudantil objetivaram o atendimento de metas estabelecidas no PDI ou em outros instrumentos institucionais? Em caso afirmativo, cite quais. E em caso negativo, quais os fatores que levaram a esse resultado?
- 9- Quais as principais mudanças institucionais, organizacionais e/ou administrativas implementadas pela gestão central e acadêmicas da UFBA para garantir o processo eficiente e efetivo da implementação da referida política? Poderia citar os instrumentos que considere mais relevantes (regimentos internos ou outros instrumentos)?

- 10- Considera que há interação entre as Pró-Reitorias envolvidas diretamente com essa política (PROAE, PROGRAD e PROEXT, entre outras que considere relevantes)? Por quê?
- 11- Considera que há interação entre a PROAE, a PROGRAD e as Unidades de Ensino (especialmente o envolvimento direto das Diretorias e Chefias de Departamentos) no que se refere às mudanças necessárias no planejamento pedagógico e nas metodologias de ensino dos cursos para o devido acolhimento desse novo perfil de estudante? Por quê?
- 12- Existem ações de treinamento ou capacitação continuada da equipe de gestores, gerentes (coordenadores, supervisores, entre outros cargos gerenciais) e técnicos responsáveis, direta e/ou indiretamente, pela implementação da referida política na UFBA?

BLOCO 03: CONHECIMENTO SOBRE O NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA CONCEPÇÃO E NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFBA

- 13- Em sua opinião, a concepção e/ou implementação da referida política tem cumprido plenamente os requisitos de uma gestão participativa para garantir o envolvimento ativo de todos os atores interessados? Por quê?
- 14- Considera que há a participação da comunidade estudantil (especialmente os quilombolas) no planejamento e na implementação da referida política na UFBA? Por quê?
- 15- Em sua opinião, quais os principais desafios que a gestão da UFBA deverá enfrentar para garantir a participação ativa dos estudantes? Por quê?

BLOCO 04: CONHECIMENTO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS QUILOMBOLAS NA UFBA

- 16- Em sua opinião, como tem sido implementado o processo de inclusão acadêmica¹ dos estudantes quilombolas na UFBA? Por quê?
- 17- Como avalia os níveis de participação dos colegiados de cursos no planejamento e na gestão da referida política com vistas a prepará-los para o acolhimento desse novo perfil de estudante na UFBA?
- 18- Você tem conhecimento de alguma ação estratégica voltada para o acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos quilombolas da UFBA? Em caso afirmativo, cite as que considere mais relevantes. Em caso negativo, informe os impedimentos que levaram a esse resultado.
- 19- Em sua opinião, quais os principais desafios para o processo de inclusão acadêmica dos estudantes quilombolas na UFBA?

BLOCO 05: OUTRAS CONTRIBUIÇÕES IMPORTANTES

- 20- Poderia acrescentar outras contribuições/informações sobre o tema objeto dessa pesquisa que não tenham sido contempladas nesta entrevista?

¹ Por **inclusão acadêmica** entende-se as condições pedagógicas e simbólicas necessárias para que os estudantes quilombolas possam avançar nos processos de aprendizagens, de acordo com o perfil das competências que cada curso de graduação exige.

F4.2 Seleção das dimensões, indicadores e itens para construção do instrumento avaliativo.

Técnica para atender ao 4º objetivo específico (Selecionar as dimensões, indicadores e itens e construir o instrumento para diagnosticar a efetividade das ações inclusivas na UFBA, através da percepção e expectativas dos estudantes quilombolas).

ROTEIRO F4.2

- Avaliação das políticas que compreendem a valorização e o reconhecimento de saberes autóctones e que apresentem estratégias metodológicas para a superação do processo de aprendizagem, além da avaliação das medidas utilizadas para a permanência dos estudantes quilombolas na universidade.
- Métodos inovadores de aprendizagem.

ASPECTOS SELECIONADOS:

- Barreiras que dificultam a travessia no ensino superior;
- Metodologias de ensino utilizadas;
- Representatividade curricular;
- Ações inclusivas no ensino, na extensão e na pesquisa;
- Deficiências advindas do ensino médio;
- Superação das dificuldades acadêmicas.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

TÍTULO DO PROJETO: Diagnóstico da Implementação das Políticas de Ações Inclusivas na UFBA: Novas Travessias para a Formação dos Estudantes Quilombolas

NOME DO PESQUISADOR: Eglantina Alonso Braz

NOME DA ORIENTADORA: Elizabeth Matos Ribeiro

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade elaborar um instrumento de avaliação do processo de implementação da Política de Assistência Estudantil na UFBA com a participação ativa dos estudantes quilombolas.

A população da pesquisa é composta por gestores, gerentes (coordenadores, supervisores, entre outros cargos) e estudantes quilombolas da UFBA com previsão de entrevistar um total de 17 participantes.

Ao participar deste estudo, permitirá que a pesquisadora Eglantina Alonso Braz possa aplicar a entrevista e obter as informações necessárias para o desenvolvimento do estudo, mas tem total liberdade de recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que desejar, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador e/ou da orientadora deste projeto, através dos contatos disponibilizados no final desse documento.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a manter sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

Ao participar desta entrevista, você não terá nenhum benefício direto, entretanto, esperamos que este estudo possa trazer informações importantes sobre as mudanças institucionais, organizacionais e administrativas decorrentes das práticas de gestão estratégica inclusiva.

Destaca-se, ainda, que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus para sua participação nesta pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento para participar, de forma livre, desta pesquisa. Se concordar, pedimos que preencha ou responda oralmente o questionário encaminhado em anexo e nos envie um documento digital contendo os seguintes termos:

Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo, respeitando o sigilo do nome do respondente, se essa for sua decisão.

Tendo em vista os itens acima apresentados, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Salvador, _____ de _____ de 2020

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora
Eglantina Alonso Braz

Assinatura da Orientadora
Profa. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro

Contatos:

Pesquisadora: Eglantina Alonso Braz

(71) 99908-3183 / e-mail: eab0206@gmail.com

Orientadora: Professora Elizabeth Matos Ribeiro

(71) 3283-7368 – (71) 99254-7524 – e-mail: ematos@ufba.br

APÊNDICE C - Ações Afirmativas Ameaçadas pelo Covid-19 e pelo Corte de Verbas para as Universidades

Introdução

Em dezembro de 2019, foi anunciada, por todos os canais de comunicação, a nova doença provocada pelo coronavírus que atingiu a China – COVID-19 ou coronavirus disease 2019, em inglês. Doença que causa insuficiência respiratória aguda, semelhante a uma gripe que pode ser leve, moderada ou até mesmo grave, em alguns casos levando a morte. Rapidamente, o vírus se espalhou pelo mundo e precisaram ser tomadas medidas preventivas para garantia da vida.

Em março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara pandemia pelo coronavírus e informa que a doença deve se espalhar por vários países, aumentando o número de pessoas infectadas e o número de mortes (CRODA, GARCIA, 2020).

No Brasil, o primeiro caso registrado de contaminação pelo vírus foi encontrado em São Paulo no mês de fevereiro. Dos brasileiros que se encontravam na Europa ou na Ásia e que retornaram ao Brasil, a grande maioria se encontrava na Itália, e alguns vieram infectados. A doença passou a ter uma transmissão comunitária a partir do mês de março, ou seja, quando o paciente infectado fora do país transmite para outro no local que onde se encontra (CRODA, GARCIA, 2020).

Contradições começaram a surgir no Brasil, mensagens *on-line* falsas, teoria da conspiração, a crise econômica se acirrando e o governo federal com ações contrárias as recomendadas pela OMS. O ministro da saúde foi exonerado e, até os dias atuais, o país tem um Ministro da Saúde interino, general das forças armadas. Apesar desse contexto, alguns governantes dos Estados, como no caso da Bahia, passaram a tomar medidas preventivas como: orientar a higiene adequada das mãos, adotar o trabalho remoto, limitar eventos públicos e restringir viagens pela região, estabelecendo o isolamento social.

Coronavírus e as Ações Afirmativas

Em um cenário onde está em curso uma pandemia por covid-19, foram adotadas medidas de isolamento social, tendo por consequência a suspensão das aulas desde o ensino fundamental ao universitário e a realização de trabalhos remotos. Essas ações impactaram na economia do país e nas vidas de todos os cidadãos. Os efeitos da pandemia podem ser vistos

na instabilidade econômica que se intensificou, na xenofobia e no racismo contra os asiáticos e descendentes que ficaram mais aparentes, no desequilíbrio das relações pessoais e no fechamento de instituições públicas e privadas.

A partir dessa nova realidade, a UFBA, no mês de março, suspendeu por tempo indeterminado suas atividades acadêmicas e administrativas em proteção à saúde da sua comunidade: servidores, terceirizados e estudantes. Enquanto isso, aguardava o controle da situação por parte dos órgãos responsáveis. Porém, o caso se agravou, aumentando diariamente o número de contaminados e de mortos, não permitindo a volta à normalidade, permanecendo, desta forma, com suas atividades realizadas por trabalhos remotos; no entanto, repensando em formas do retorno as aulas que não prejudicassem seus discentes. A gestão tem como maior preocupação os estudantes cotistas que utilizam a assistência estudantil para a garantia da moradia, alimentação e transporte. Como manter o isolamento social se estes, na sua maioria, vivem em residências universitárias e com o retorno de alguns à região de origem, como manter a interação *online* se não tiverem acesso fácil a internet? (UFBA, 2020).

A pandemia muda a rotina de todos e nasce a preocupação com a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes. Foram suspensas: as atividades curriculares de campo, os editais de monitoria, de extensão e de assistência estudantil, as matrículas do SISU, a progressão BI/CPL, os ingressos de quilombolas, indígenas e aldeados, de refugiados e pessoas trans, além do funcionamento das bibliotecas e creches, do atendimento ambulatorial e da realização de exames, dentre outros (UFBA, 2020). Sem aulas, quais as perspectivas dos estudantes cotistas: quilombolas, indígenas, negros, LGBTQ+ acerca dos impactos dessa doença?

Vários debates foram realizados pela UFBA sobre a pandemia durante o Congresso 2020, além de constarem no site informações sobre as ações que devem ser realizadas para o combate à doença. Foi disponibilizado um número de WhatsApp para atendimento psicológico e um da ouvidoria, além de e-mail para esclarecimento de dúvidas ou para ajudas necessárias durante esse período (UFBA, 2020).

Com o intuito de disseminar conhecimento e orientar sobre os cuidados para evitar a proliferação da doença, a UFBA lança o hot site “Coronavírus UFBA” (www.coronavirus.ufba.br), com dados de análise de especialistas da universidade sobre a pandemia e a atual situação da saúde pública (UFBA, 2020).

Ameaça de corte de verbas para as Universidades

As universidades, com o desafio de vencer a pandemia e retornar as suas atividades normais na produção do conhecimento, têm que mudar seu percurso em relação a transmissão das aulas, criar mecanismos novos para que a educação não seja interrompida. Buscam-se medidas para adequar a grade curricular presencial em aulas à distância. E neste momento de mudanças e adaptações, quando se necessita de equilíbrio emocional e financeiro para que as coisas se acomodem, o governo ameaça um corte de verbas no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no caso da UFBA, além do contingenciamento de 40% das bolsas para o programa permanecer (UFBA, 2020).

No contexto que se apresenta para realizar as aulas on-line, a UFBA precisará de recursos para disponibilizar internet e notebook para os estudantes cotistas para que tenham as mesmas oportunidades que os não cotistas; porém, pelas medidas intencionais do governo de sucatear o ensino superior, não será possível manter nem as ações inclusivas que foram implementadas. A universidade cresceu em espaço físico, em número de cursos de graduação e pós-graduação e multiplicou o número de estudantes, além da publicação de artigos científicos, e, no entanto, seus recursos sofrem frequentes cortes desde 2017 (UFBA, 2020).

Caso seja aprovado o corte nas despesas discricionárias, a universidade terá grande dificuldade em pagar pela manutenção da estrutura dos campi, da água, da luz, pelos serviços de segurança, de limpeza dos prédios e da internet. Esse problema se expande para as atividades de pesquisas, afetando o número de bolsas de iniciação científica, os estágios, e os auxílios destinados aos estudantes cotistas, atingindo, dessa forma, o ensino, a pesquisa e a extensão, que são a base das universidades (VILAR, 2020).

Consta, em matéria publicada no jornal Correio da Bahia (13.08.2020), a transmissão feita pela TVUFBA sobre a declaração do Reitor e do Pró-Reitor de Planejamento da UFBA, Prof. Dr. João Carlos Sales e Prof. Dr. Eduardo Mota, respectivamente, que afirmam que, com esse corte orçamentário, a universidade regride 10 anos nas verbas recebidas pelo governo federal, com valores inferiores a 2011, quando tinham menos estudantes, menos professores e menos espaços físicos para gerenciar.

O Reitor não limita esforços para encontrar apoio na bancada baiana representativa no Congresso Nacional na busca de recursos extras que mantenham a universidade funcionando. Além disso, analisa mecanismos para minimizar despesas sem a perda da qualidade, conta com seus profissionais na procura de soluções que visem a melhoria nos processos de gestão (UFBA, 2020).

Considerações finais

Negar a ciência, impedir a pesquisa, criar barreiras para a expansão da educação e consequentemente a diminuição das desigualdades levará o país para onde?

A pandemia trouxe momentos para reflexão, o que estamos fazendo para garantia do futuro dos jovens de agora e dos que virão? A UFBA está em movimento, não para de produzir conhecimentos, de promover debates, de buscar soluções. Não se dá por vencida, e junto com a sua comunidade segue em frente, derrubando barreiras, vencendo obstáculos. A luta segue em frente, as ações inclusivas continuarão, pois o público que depende dela a defende, permanece na luta, é guerreiro, pronto para atingir seus propósitos. A desigualdade será combatida.

Os movimentos serão em busca por recursos que garantam a qualidade do ensino, mantendo a pesquisa e a extensão na formação do tripé, que juntos alimentam as ações inclusivas, ampliam os espaços que contribuem com a expansão do conhecimento e agregam cada vez mais a população que se encontra à margem, aguardando uma oportunidade de beber da sua ciência.

REFERÊNCIAS

CRODA, Julio Henrique Rosa; GARCIA, Leila Posenato. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. **Editorial, Epidemiologia de Serviço de Saúde**, v. 29, n. 23, mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress/2020.v29n1/e2020002/pt/#>. Acesso em: 22 ago. 2020.

UFBA. Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-lanca-hotsite-para-concentrar-informacoes-e-acoes-de-combate-ao-coronavirus. Acesso em: 22 ago. 2020.

UFBA. Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-interrompe-atividades-por-tempo-indeterminado-em-combate-ao-coronavirus. Acesso em: 22 ago. 2020.

VILAR, Marcela. Queda livre: orçamento da UFBA previsto para 2021 é o menor em 10 anos. Projeto de lei orçamentária prevê redução de 18,32% no orçamento da UFBA em relação ao de 2020. **Correio da Bahia**, publicado em: 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/queda-livre-orcamento-da-ufba-previsto-para-2021-e-o-menor-em-10-anos/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

APÊNDICE D – Manual de orientações gerais para os estudantes quilombolas

Apresentação

Com base em Coulon (2008, p33), ao entrar na vida universitária, deixa-se de ser aluno(a) para ocupar o status de estudante. Trata-se de uma transição delicada, em que os índices de fracasso e desistência são muito altos, devido aos obstáculos existentes nessa trajetória.

Não se pode deixar de registrar que a educação inclusiva é um direito, é a democratização do saber, e a sua implementação no ensino superior oferece a oportunidade de reparações históricas e profundas das desigualdades que marcam a sociedade brasileira, contribuindo para a mitigação dos problemas encontrados no acesso à universidade.

Essa pesquisa teve como cerne a criação de um instrumento que avalie as ações inclusivas desempenhadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da percepção dos estudantes quilombolas, das Pró-Reitorias de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas e de Ensino de Graduação (PROGRAD), com a contribuição dos coordenadores dos Colegiados sobre a compreensão do tema.

Esse manual tem por propósito indicar caminhos que possam ser seguidos pelos estudantes quilombolas com o intuito de reduzir as barreiras, quando garantida sua vaga em um dos cursos da UFBA, além de informá-los sobre as ações inclusivas realizadas pela Instituição que garantam a sua sobrevivência e permanência no curso escolhido. Desse modo, almeja atenuar os impactos da trajetória da clientela em questão até a Universidade, contribuindo para diminuir os obstáculos existentes e ajudando na superação dos desafios da vida acadêmica.

1 Objetivos

Apresentar um resumo das atividades inclusivas das unidades da administração central, tais como: dos responsáveis por receber os estudantes no seu primeiro ingresso na UFBA e na conclusão do curso, dos papéis que representam, e como os estudantes podem conseguir informações que lhes permitam orientações sobre como prosseguir nos cursos e como alcançar os benefícios que garantam a sua permanência.

2 Primeiros Passos

O estudante, ao escolher matricular-se em um dos cursos da UFBA por cotas para quilombolas, passa a ser assistido pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas (PROAE), a qual acompanha a sua trajetória até a conclusão do curso e sempre que solicitada.

A UFBA, através da Superintendência Acadêmica (SUPAC), em local, data e horário especificados, realiza a matrícula dos calouros, apresentando-lhes a matriz inicial do curso que permite acesso aos componentes curriculares nos quais estão inscritos no primeiro semestre. Essa informação da matriz curricular está disponível no site da UFBA. Neste momento, o estudante tem de apresentar os documentos comprobatórios que fazem parte dos remanescentes quilombolas.

É importante que o estudante procure a PROAE e faça uma requisição para obtenção dos auxílios estudantis de que necessita para a sua permanência na Universidade, caso precise de ajuda imediata, como assistência moradia, alimentação e transporte, após a efetivação da matrícula.

3 Superintendência Acadêmica (SUPAC) - Ações

É a unidade responsável pelo calendário acadêmico da Universidade, pela sua agenda, registro e documentação das atividades de graduação e pós-graduação. Encontra-se sobre a sua responsabilidade a matrícula dos calouros de graduação, a orientação às Unidades de Ensino quanto às dúvidas de qualquer procedimento relacionado aos estudantes. É responsável também pela administração do prédio e dos equipamentos de ensino que se encontram nos pavilhões de aulas e nos espaços compartilhados por todas as Unidades.

No momento da matrícula, o estudante quilombola terá de apresentar, além dos documentos pessoais, o certificado de autodefinição expedida pela Fundação Cultural Palmares e a declaração de que o candidato reside na comunidade quilombola, assinada pelo presidente/coordenador da associação, contendo carimbo com o número do CNPJ, o Registro Geral e telefone do presidente/coordenador e de duas testemunhas.

A SUPAC é estruturada por 1 coordenação e por 7 núcleos para atendimento estudantil, assim descritos:

- Coordenação de Atendimento e de Registros Estudantis (CARE) - registra e emite documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes de graduação e pós-graduação. Os diplomas são sua responsabilidade.

- Núcleo de Apoio à Gestão Acadêmica (NAGA) - responsável por atender às solicitações da comunidade interna e externa sobre os problemas acadêmicos, por avaliar a situação e instruir para pronunciamento da Coordenação sobre a situação, além de realizar ações que auxiliam no reconhecimento e na revalidação de cursos realizados no exterior.

- Núcleo de Atendimento ao Estudante (NAE) - recebe os requerimentos de estudantes, protocola os documentos e encaminha aos órgãos competentes, prestando esclarecimentos sobre as decisões tomadas ao requerente, além de informar qualquer ocorrência relativa à atividade acadêmica.

- Núcleo de Admissão e de Registros da Graduação (NAREG) – responsável pela matrícula especial para estudantes que requerem esse benefício. Para ser aluno especial na graduação, esse solicita a disciplina do departamento que há oferta dentro do período previsto no calendário acadêmico. O NAREG registra os estudantes relacionados às transferências e aos intercâmbios; orienta o público interno e externo da UFBA sobre as suas normas. Atualiza os registros acadêmicos, trancamentos, dispensas de disciplinas (solicitadas pelos Colegiados) e emite histórico escolar oficial e diversos atestados.

- Núcleo de Integralização Curricular (NIC) – valida a situação de integralização curricular no histórico escolar do estudante e registra no Sistema Integrado Acadêmico (SIAC) a forma de saída para expedição de diploma e emite documentos relativos à vida acadêmica dos estudantes.

- Núcleo de Admissão e de Registros da Pós-Graduação (NAREP) – coordena a realização da matrícula, processa as transferências e as adaptações, mantém atualizados os registros acadêmicos estudantis, realiza a avaliação curricular para fins de expedição de diploma, além de emitir documentos acadêmicos relativos aos estudantes de pós-graduação.

- Núcleo de Expedição de Diplomas e Certificados (NEDIC) – emite diplomas e certificados dos cursos de graduação, pós-graduação, dos títulos honoríficos e das atividades de extensão. É responsável pelo registro dos diplomas e certificados dos

cursos de graduação e de pós-graduação expedidos pela UFBA e por outras instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras, na forma da Lei; e mantém a guarda e conservação dos livros de registros de diplomas e certificados.

- Núcleo de Arquivo (NARQ) – é responsável pelo arquivamento e pela manutenção da documentação referente à vida acadêmica de estudantes e egressos.

4 Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas (PROAE) - Ações

Essa Pró-Reitoria está diretamente ligada à Administração Central. A PROAE tem o compromisso de garantir a permanência dos estudantes de graduação em situação de risco socioeconômico no curso escolhido e a combater as desigualdades sociais e a discriminação de grupos excluídos dos espaços legitimados do poder. Todos os esforços são realizados para assegurar aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica um bom desempenho na realização do seu curso, uma vez que esses têm a maior probabilidade de adiar sua formação acadêmica ou até mesmo de abandonar os cursos, devido às adversidades que se apresentam no dia a dia.

A PROAE não dispõe de recursos para atendimento a toda comunidade estudantil com vulnerabilidade econômica, com o intuito de garantir a isonomia. Realiza um processo seletivo para os benefícios oferecidos pela UFBA, através de publicação de edital, possibilitando a inscrição de todos os que se adequam às exigências, destinando vagas para a comunidade estudantil em geral, em conformidade com a Resolução UFBA n.º 07/2018 e o Decreto n.º 7.234/2010.

Essa Pró-Reitoria dispõe de um cadastro geral de estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para ser incluído no Cadastro Geral da PROAE, o discente não pode ter concluído o curso de graduação, exceto se for em Bacharelado Interdisciplinar. Esse Cadastro Geral é de responsabilidade da Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante (CPAE/PROAE/UFBA), sendo requisito para acessar os benefícios concedidos por essa Pró-Reitoria. A inscrição para o cadastro geral é de fluxo contínuo e pode ser feita a qualquer tempo.

Para discentes que almejam pleitear os auxílios e/ou serviços de moradia, transporte, alimentação, creche e bolsa de apoio a pessoas com necessidades educativas especiais, não será exigido cadastramento prévio, uma vez que a avaliação socioeconômica para inclusão no Cadastro Geral será realizada concomitantemente com as respectivas seleções, por meio de editais específicos.

Para ser bolsista do Programa Permanecer e/ou solicitar auxílios eventuais, o Cadastro Geral é um pré-requisito indispensável, devendo ser concluído em data anterior aos respectivos pleitos.

4.1 Como fazer o cadastro geral

É necessária a entrega do formulário socioeconômico que se encontra no site da PROAE, que deve ser preenchido, impresso e anexado a toda a documentação e a declaração sobre o seu núcleo familiar, de cada membro da família citado no formulário, de acordo com um dos perfis indicados, em envelope lacrado e identificado com nome completo, curso, número de matrícula, telefone e e-mail do discente solicitante. Esse envelope será entregue no protocolo da PROAE. O formulário Socioeconômico encontra-se no site da PROAE.

Membro familiar, para fins de estudo socioeconômico, é formado por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa, declarado e especificado no formulário socioeconômico, que residem no mesmo domicílio do/da estudante em Salvador ou, quando oriundo de outro município da Bahia ou outro estado da Federação, aqueles que residem no domicílio de origem do estudante. No caso de haver familiares que contribuam para a renda do/a estudante, deve ser declarada, em documento próprio, apenas a contribuição financeira ou a disponibilização da unidade habitacional, sem, contudo, ser considerado como núcleo familiar.

Para ser beneficiário, o estudante deverá estar matriculado em curso de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias. Existe na UFBA a relação dos cursos que atendem aos critérios, porém os estudantes quilombolas e indígenas têm direito ao benefício independentemente do curso em que estiverem matriculados.

Benefícios:

São eles: Moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, em atendimento ao compromisso com as ações afirmativas. São desenvolvidas ações também para a participação e o aprendizado de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Oferece benefícios eventuais de caráter suplementar e transitório, mediante apresentação de solicitações no Setor de Protocolo na sede da PROAE.

Para discentes de graduação: auxílio-saúde (aquisição de óculos e medicamentos); auxílio para fotocópia de material impresso; auxílio para aquisição de material didático; apoio para participação de eventos acadêmico-culturais como autor principal.

O auxílio-moradia existe em duas modalidades: Residência Universitária, espaço próprio da UFBA, ou sob contrato. São assegurados aos estudantes da UFBA em sua primeira graduação, além da moradia, três refeições diárias, áreas comuns para estudos e convivência, durante o tempo médio do curso. Subsídio pecuniário, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, destinado ao suporte para custear parte das despesas com moradia até a conclusão da primeira graduação, que deverá ocorrer no tempo médio do curso. Os estudantes contemplados com auxílio-moradia terão garantidas duas refeições diárias (almoço e jantar) no Restaurante Universitário, durante o semestre letivo, mais o auxílio café da manhã no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) no mesmo período. O acesso ao Programa de Moradia ocorre por meio de edital de seleção específico, estando incluída a forma de alimentação. Todavia, mesmo aqueles que não forem contemplados pelo auxílio-moradia terão desconto de 50% no valor da refeição no Restaurante Universitário, bastando que apresentem comprovante de matrícula do semestre em curso.

O auxílio creche pode ocorrer de duas maneiras: vagas disponibilizadas para os(as) filhos(as) com idade entre quatro meses a três anos e onze meses na creche da UFBA; ou um subsídio pecuniário no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) por filho(a), destinado a contribuir com as despesas com o cuidado e assistência aos(às) filhos(as) para discentes de graduação que não conseguiram vagas neste espaço (PROAE, 2014). O atendimento às crianças obedece ao calendário acadêmico, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, em dois regimes: Integral, das 07 às 18 horas; Parcial, matutino, das 07 às 13 horas, ou vespertino, das 13 às 18 horas.

O auxílio-transporte é fornecido através de um subsídio pecuniário mensal referente ao valor de 3 (meias-passagens) de ônibus urbano de Salvador, para seis dias semanais, 24 dias por mês, de acordo com o valor vigente do ano, destinado a contribuir para parte do custeio das despesas de deslocamento para as atividades acadêmicas regulares dos estudantes da UFBA em sua primeira graduação. O acesso ocorre por meio de edital de seleção específico.

Os estudantes indígenas e quilombolas, além dos auxílios citados acima, recebem o auxílio-acolhimento que corresponde a duas parcelas por mês de um determinado valor, com o intuito de ajudar o estudante a se organizar financeiramente nos primeiros meses da vida acadêmica. São exigidas: documentação comprobatória e Declaração de certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares autenticadas, para os quilombolas; declaração de certificação da FUNAI autenticada, e declaração da comunidade/aldeia de que o estudante reside na mesma, assinadas por três lideranças, para os indígenas; e comprovante de matrícula (PROAE, 2019a).

4.2 Lista dos documentos exigidos:

- I. Documentos básicos: Documentos oficiais, de caráter obrigatório, de identificação civil e/ou militar; e acadêmicos.
- II. Documentos sobre domicílio: Documentos, de caráter obrigatório, que caracterizam as condições de moradia a partir de endereço e despesas das moradias atual e de origem da/do estudante.
- III. Documentos sobre despesas permanentes: Documentos, de caráter obrigatório, dos últimos 3 (três) meses que comprovem o valor médio de gastos mensais que são destinados às despesas não pontuais e contínuas do núcleo familiar.
- IV. Documentos sobre situação de trabalho e renda: Documentos que caracterizem e que comprovem as atividades através das quais cada membro do núcleo familiar a partir de 18 anos obtém (ou não) e sua renda. É subcategorizado em documentos: (i) obrigatórios, aqueles que todos os membros do núcleo familiar indistintamente deverão apresentar; e (ii) complementares indispensáveis, aqueles que, a depender do enquadramento de cada membro, também deverão necessariamente apresentar os documentos listados.

A PROAE oferece serviço de acolhimento, encaminhamento e acompanhamento dos(as) discentes da UFBA nos casos em que envolvam riscos à saúde, além de ações voltadas para a prevenção e a promoção, buscando garantir um atendimento interdisciplinar e integral ao(à) educando(a), tendo em vista sua inserção plena no cotidiano universitário e na melhoria do desempenho acadêmico.

Além das ações acima descritas, há outras medidas de acolhimento e de auxílio à permanência desses estudantes, a saber:

- I. O PsiU - Plantão de Acolhimento a Saúde Mental e Bem-estar da Universidade Federal da Bahia, voltado para questões pontuais que causam angústias e tensões aos membros. O serviço é aberto a todos os integrantes da UFBA, de forma desburocratizada, sem a necessidade de marcações, inscrição ou cadastro e com o objetivo de acolher inquietações ligadas à vida acadêmica, à própria casa, ao deslocamento ou a outros temas que estejam perturbando a vida do indivíduo.
- II. Projeto Entre Letras e Números – oferece monitorias nas áreas de Português, Matemática, Física e Técnicas de Estudo.
- III. Curso de idiomas – PROFICI e o NUPEL - para a inscrição em ambos, é necessária a abertura de editais, e que o estudante passe por um processo de seleção (concorrência ampla).
- IV. Apoio pedagógico – auxilia os estudantes em assuntos relacionados à vida acadêmica.

Através do Programa Permanecer, concedem-se bolsas acadêmicas aos estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, vinculadas a projetos de iniciação à pesquisa, extensão e iniciação ao ensino, sob a orientação de servidores(as) dos corpos docente e técnico-administrativo da Universidade. O Projeto Conviver oferece produção e publicação de livros científicos e literários de autoria de estudantes de graduação com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de edital de seleção. São oferecidas atividades para formação acadêmica dos discentes participantes. A PROAE possui o UFBA em Paralaxe, que é um projeto institucional que engloba várias ações, cujo propósito visa combater os preconceitos e as discriminações que impactam e dificultam a qualidade de vida e autoafirmação de segmentos específicos de estudantes: negros(as), indígenas, mulheres, pessoas com necessidades educacionais especiais, em condição de vulnerabilidade socioeconômica, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros/LGBTTT. Apoiar as atividades de lazer e esporte, através de edital de Bolsa-Esporte que beneficia 100 (cem) estudantes atletas matriculados(as) em cursos de graduação da UFBA.

5 Colegiados de Cursos

Cada curso tem seu Colegiado representado por um Coordenador Docente. As atividades principais desempenhadas pelos colegiados são:

- I. Matrícula presencial e ajuste de matrícula;
- II. Colação de grau;
- III. Orientação acadêmica;
- IV. Análise de processos diversos: aproveitamento de estudos, trancamento fora do prazo, permanência no curso etc.;
- V. Atendimento presencial e emissão de declarações diversas: frequência regular, percentual de cumprimento da grade curricular etc.;
- VI. Assinatura de comprovantes de matrícula;
- VII. Registro e acompanhamento de estágios;
- VIII. Acompanhamento de alunos com necessidades especiais;
- IX. Solicitação à PROGRAD, quando necessário, de antecipação da formatura.

6 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD)

É um órgão estruturante da Administração Central que tem por objetivo atender às demandas acadêmicas dos estudantes e docentes de graduação. É responsável pelo diagnóstico das não-conformidades e pela proposição de políticas relacionadas ao ensino de graduação. O papel da PROGRAD é implementar políticas, projetos e programas de acesso, ensino e avaliação dos cursos de graduação da UFBA, promover a qualidade do ensino de graduação com ações que integrem o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com a legislação vigente e com o Plano de Desenvolvimento Institucional e coordenar as atividades relativas ao ensino de graduação (PROGRAD, 2019).

Das atividades ligadas diretamente aos estudantes, está Pró-Reitoria administra as bolsas do Programa de Educação Tutorial (PET), que foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e que atendam às necessidades do próprio curso de graduação. Também é responsável pelo Programa de Monitoria, no qual o discente monitor pode receber um auxílio pecuniário (bolsa) pelas atividades desempenhadas, que envolvem auxiliar o professor, monitorando grupos de estudantes em projeto acadêmico, visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação. O estudante também pode ser um monitor voluntário, ou seja, sem

auxílio pecuniário. Em ambos os casos, os estudantes recebem um certificado de participação, e a carga horária pode ser aproveitada para fins de integralização curricular, a depender das normas de funcionamento de cada curso definidas em projeto pedagógico próprio. Visa intensificar e assegurar a cooperação entre estudantes e professores nas atividades básicas da Universidade, relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, assim como subsidiar trabalhos acadêmicos orientados por professores, através de ações multiplicadoras e da mobilidade acadêmica que permite aos alunos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras realizar intercâmbio entre elas (PROGRAD, 2019a).

Em relação às ações afirmativas, a PROGRAD trabalha em parceria com a PROAE na luta pela aprovação de medidas que avancem e proporcionem mais oportunidades aos discentes carentes. Trabalha para a ampliação de vagas para os cotistas, a contratação de mais professores e avalia as reformas curriculares apresentadas pelas unidades de ensino. É responsável pela fiscalização dos estágios obrigatórios e não-obrigatórios no acompanhamento do cumprimento dos direitos dos estudantes.

Atua, quando necessário, autorizando a antecipação da formatura, formalmente justificada pelos Colegiados.

7 Serviço Médico Universitário Rubens Brasil (SMURB)

O Serviço Médico Universitário Rubens Brasil, desde 2010, funciona como um órgão vinculado ao Sistema Universitário de Saúde (SIUNS). Encontram-se pautadas, entre as suas responsabilidades, formular, implementar, monitorar ações integradas de atenção à saúde de trabalhadores e estudantes da UFBA. Além disso, cabe ao Serviço Médico apoiar e estimular os projetos de pesquisa, extensão, criação e inovação universitária, contribuindo com a construção do conhecimento com foco no desenvolvimento institucional.

O SMURB oferece atendimento médico, odontológico, nutricional, psicológico, psiquiátrico e acompanhamento por assistentes sociais, cujos serviços estão disponíveis para todos os servidores, docentes e técnicos-administrativos e estudantes da UFBA. Para ter direito ao atendimento, o estudante tem de estar matriculado em um dos cursos da UFBA.

A habilitação da Unidade SIASS/UFBA no SMURB possibilitou a ampliação da população assistida, agregando servidores de órgãos federais através de Acordo de Cooperação Técnica entre órgãos e a Universidade.

O SMURB fica situado no 4.º andar do Ambulatório Magalhães Neto, do Complexo Hospitalar Professor Edgard Santos, na Rua Padre Feijó, 240 – Canela. Hoje, possui uma nova denominação: Serviço de Promoção à Saúde Doutor Rubens Brasil Soares.

8 Bibliotecas

A UFBA oferece um Sistema Universitário de Bibliotecas, que promove o acesso e o uso das informações, contribuindo no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É um sistema integrado de bibliotecas. O acervo bibliográfico é amplo e disponível a empréstimo. Possui recursos de tecnologia: computadores, impressora, rede de internet banda larga, acesso aos periódicos (CAPES, etc.) e salas com ares-condicionados, silenciosas.

No bairro de Ondina, em Salvador, está localizada a Biblioteca Central da UFBA, aberta de segunda a sexta, das 07 às 19 horas, e a sala de estudo das 07 às 21 horas. Aos sábados, somente disponibiliza a sala de estudos das 08 às 14 horas. Essa biblioteca conta com um acervo para atender especialmente às comunidades do Instituto de Letras, Faculdade de Comunicação, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Instituto de Biologia, Faculdade de Farmácia, Escola de Medicina Veterinária e Escola de Dança. Encontra-se aberta também ao público externo.

9 Informações Complementares

Mais informações encontram-se disponibilizadas nos sites institucionais ou presencialmente na sede dos órgãos:

PROAE: www.proae.ufba.br. Endereço: Rua João das Botas, 27, Canela e no NAPE (PAF III, Campus Universitário de Ondina). E-mail: proae@ufba.br; cpae-proae@ufba.br; acoesafirmativas@ufba.br.

SUPAC: <https://supac.ufba.br/>. Endereço: Rua Araújo Pinho, nº 265 – Canela. Tel. (071) 32837161/ 32837144. E-mail: supac@ufba.br

PROGRAD: <https://prograd.ufba.br>. Endereço: Rua Dr. Augusto Viana, nº 265 – Canela. Por E-mail: prograd@ufba.br . Tel. (071) 32837119.

SMURB: <http://www.smurb.ufba.br/>. Endereço: Rua Padre Feijó, 240 – Canela, 4º andar do Ambulatório Magalhães Neto, do Complexo Hospitalar Professor Edgard Santos, ou pelo email: smurb@ufba.br. Tel. (071) 3283-8700.

SIBI: sibi.ufba.br